

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 647
22 de Maio de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Governo Cavaco: tudo agravado nada resolvido

Lei das rendas

O decreto regulamentador dos subsídios às famílias sem recursos elaborado pelo Governo Cavaco Silva consegue ser ainda pior que a lei do aumento das rendas aprovada pelo PPD, PS e CDS na anterior Assembleia. O grupo parlamentar do PCP tudo tem feito para combater uma legislação que agrava brutalmente as condições de vida dos portugueses. — Págs. 1 e 2/Semana

Trabalhadores

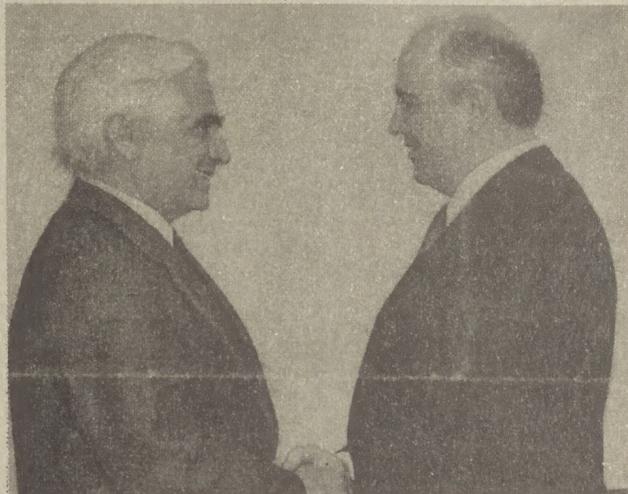
A uma semana do início do V Congresso da CGTP-IN em Lisboa, acções intersectoriais assinalam hoje, com uma concentração, a semana de luta no concelho de Loures, uma das zonas que como Setúbal, Leiria, Almada e muitas outras pelo País fora enfrentam a calamidade do desemprego agravado pelo silêncio do Governo quanto a «saídas» para os despedimentos em massa que continua a fomentar. Os trabalhadores e as suas organizações representativas multiplicam-se em propostas sem eco nas instâncias oficiais. São obrigados a recorrer às formas de luta mais variadas para se fazerem ouvir em sectores como a metalurgia, a metalomecânica, a cristalaria, a Função Pública, os médicos mais jovens, a administração local. A luta e as acções de protesto aparecem também como a única saída para evitar ou contrariar os verdadeiros descalabros que se preparam no sector empresarial do Estado. Casos flagrantes entre outros avultam os da Sorefame, vidreiras da Marinha Grande, CNP (Petroquímica), EDP, Setenave e Parry & Son. Grandes órgãos de comunicação social, com relevo para a Televisão, adoptam formas de silêncio irresponsáveis, incompreensíveis por vezes, perante verdadeiros dramas colectivos que tendem a agravar-se diariamente. — Págs. 4 e 5/Semana

Lei da SegurANÇA

O Governo quer abrir a correspondência, escutar conversas telefónicas, impor o dever de delação aos trabalhadores da Função Pública, militarizar a PSP — e etc.! — Pág. 5/Em Foco

Agricultura

No Baixo Mondego, o Governo promove — violenta e coercivamente — o emparcelamento agrícola em benefício dos grandes proprietários e em prejuízo dos pequenos e médios agricultores. Além disso, tenta impor «novas culturas» impostas pela CEE contra o interesse da produção e da economia nacionais — Págs. 8 e 9/Em Foco



Encontro de A. Cunhal com M. Gorbachov

No dia 19 de Maio, M.S. Gorbachov encontrou-se com o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, que se encontrava a passar umas curtas férias na URSS.

Num ambiente de calorosa amizade e plena compreensão mútua, M.S. Gorbachov e A. Cunhal trocaram informações sobre a actividade política e teórica do PCUS e do PCP na actual etapa de desenvolvimento dos seus países.

Procedeu-se a uma aprofundada troca de opiniões sobre os mais importantes problemas internacionais, sobre as dificuldades e perspectivas da luta contra a ameaça nuclear, pelo

fim da corrida aos armamentos.

Foram abordadas questões actuais do movimento comunista e operário.

O encontro confirmou comuns pontos de vista de princípios do PCUS e do PCP na apreciação da luta pela Paz, pelo socialismo e pelo progresso da Humanidade.

Foi expressada a vontade de tudo fazer para o desenvolvimento de relações de igualdade e mutuamente vantajosas entre a União Soviética e Portugal e das relações de amizade entre os povos português e soviético.

Racistas sul-africanos bombardeiam Zimbabwe Botswana e Zâmbia

Pág. 12/Semana

Delegação do PC Romeno
visita Portugal a convite do PCP
Pág. 11/Semana

COMÍCIO DE AMIZADE

Hoje, às 21 e 30, na sala da Junta de Freguesia de Alcântara realiza-se um comício de amizade PCP-PCR em que usarão da palavra os camaradas **Ion Comen** e **Álvaro Cunhal**

Avante!

Devido ao feriado de 29 de Maio, o próximo número do «Avante!» sairá na quarta-feira, 28 de Maio

Exigências actuais do movimento democrático

Ao povo português, em especial aos trabalhadores e a todos os democratas do nosso país, importa hoje tomar o pulso da situação nacional, adquirir plena consciência da verdadeira natureza e alcance da política do Governo minoritário de direita do PSD dirigido por Cavaco Silva e responder de maneira consequente e concertada no terreno da acção aos rudes desafios da hora actual.

Portugal democrático está hoje diante de uma situação de facto a que não pode fechar os olhos: o plano contra-revolucionário interrompido em Julho do ano passado pela ruptura da coligação PS/PSD, sob o impulso do movimento popular e democrático e claramente rejeitado pelo povo português nas legislativas de 6 de Outubro, foi de novo retomado em força, sob a capa da demagogia, pelo actual Governo minoritário do PSD.

Se é verdade que os «compromissos políticos» do «Acordo» de Julho de 83, renegociados em Dezembro de 84 entre os dois partidos então coligados, foram rompidos pela ascensão de Cavaco à chefia do PSD e a subsequente ruptura da coligação, é também incontroversa verdade que as chamadas «Medidas de política institucional» do referido «Acordo» entraram de novo numa fase de execução acelerada sob o actual Governo ou estão presentemente no choco no plano legislativo e no da iniciativa governamental.

Com um ano de atraso sobre o «calendário» acordado — e apesar das importantes modificações políticas favoráveis à democracia produzidas desde então na situação nacional — é de toda a evidência que o plano de destruição do regime democrático e das conquistas fundamentais da Revolução de Abril está de novo em curso e se impõe à consideração e acção das forças democráticas e do movimento popular de massas no momento actual.

Impedi-lo, repor os caminhos de Abril na vida do nosso povo, é hoje uma questão vital para a democracia portuguesa.

A retomada do plano contra-revolucionário não é um «espantalho» que os comunistas agitam para assustar o português pacífico — é uma realidade desde já palpável nos seis meses de vigência do Governo Cavaco/PSD, particularmente nos últimos tempos.

Basta fazer o cômputo entre as medidas do «Acordo» de 83 e a prática política do actual Governo nos seis meses da sua existência para se chegar a conclusões esmagadoras.

Como é sabido as leis repressivas constituíam e constituem objectivos básicos no terreno político do plano contra-revolucionário. A «regulamentação» e «implementação» da lei dos Serviços de Informação (no «Acordo» de 83 calendarizadas até Fevereiro de 85) foram agora efectuadas e são uma realidade desde o último mês de Abril. Ao mesmo tempo, sob a orquestração da «luta contra o terrorismo», as Leis do Estado de Sítio e do Estado de Emergência e a da Segurança Interna (também calendarizadas até Fevereiro e Março de 85)

vão ser agora agendadas na Assembleia da República onde o Governo as espera fazer passar.

A destruição das nacionalizações era também um dos objectivos básicos no terreno económico do plano contra-revolucionário, expressos no «Acordo» de 83. O desmantelamento acelerado do Sector Público e Empresarial do Estado, empreendido pelo Governo Cavaco Silva é uma realidade evidente dos dias actuais.

Decretos-leis sobre a «reestruturação do SPEE»; sobre a «extinção das Empresas Públicas consideradas inviáveis»; sobre a «alienação das participações financeiras» de empresas do SPEE a efectivar através do IPE; sobre o «estudo de definição das indemnizações por nacionalização e expropriação de bens»; sobre a «redução do imposto de capitais incidindo nos lucros das empresas»; sobre a «transformação» de Empresas Públicas em «empresas de capital público» (forma eufemística de referir a sua reprivatização); sobre o «sistema financeiro e a reabertura da Banca e dos Seguros à iniciativa privada» — tudo calendarizado de Fevereiro a Junho de 85 no «Acordo» de 1983 — tem sido já atingido numa larga escala nestes seis meses de governação Cavaco/PSD.

Os factos dos últimos dias falam por si:

Depois do desmantelamento no ano passado das empresas de navegação CTM e CNN a ofensiva vira-se agora para as empresas de construção e reparação naval que se pretende de novo entregar aos Mellos e a outros antigos possuidores. O encerramento da Parry, na sequência dos ataques à Lisnave, à Setenave e ao próprio Arsenal do Alfeite é a medida mais brutal deste processo.

A extinção da CNP com todas as suas consequências económicas e sociais para o País e para a área industrial de Sines; o projecto de desmembramento da EDP e da Quimigal; a anunciada intenção de declarar a Sorefame em «situação económica difícil»; a venda das participações do BESCL nas empresas Mendes Godinho, em cuja compra estão interessadas algumas grandes multinacionais; as evidentes manobras visando a reprivatização da Tabaqueira, da Portucel, do Metropolitan, da EPAL, da TAP, da Siderurgia; a venda de títulos de participação no mercado da Bolsa do BESCL, do BPA, do BPSM, ao mesmo tempo que se criam e entram em actividade novos bancos privados como o Banco Comercial Português e as chamadas «sociedades de investimento» (a mais recente a Geofinança), são tudo factos que ilustram a ofensiva contra o SPEE visando a transferência para o capital privado português e estrangeiro de sectores importantes da actividade económica nacional.

Só a venda de participações do BESCL e do BPA atingem os 9 milhões de contos, enquanto que a nomeação do ex-secretário de Estado do Tesouro para governador do Banco de Portugal, em substituição de Vitor Constâncio, aponta para a aceleração de todo o processo, sabendo-se que gestores actuais da banca nacionali-

zada defendem operações de reprivatização que ultrapassem o âmbito da simples venda de títulos de participação.

Naturalmente, como objectivo central do plano da contra-revolução implícito no «Acordo» de 83, a guerra social contra os trabalhadores atingiu a maior brutalidade nos últimos tempos e tornou-se uma constante da política social do Governo minoritário de direita.

As medidas calendarizadas no «Acordo» foram largamente excedidas sob o Governo Cavaco/PSD nos seus seis meses de existência. Basta comparar as medidas do Acordo com o ponto a que se chegou na actualidade.

A definição de um «quadro multi-sectorial para combater os salários em atraso», calendarizado até Fevereiro de 85, inventado para camuflar o arrastamento da solução deste grave problema social (iludido e protelado até hoje pelo Governo, apesar de aprovadas pela maioria parlamentar as propostas de lei da oposição na segunda metade de Abril último); a «revisão da legislação laboral», através da chamada «flexibilização das leis do trabalho» (leia-se liberalização dos despedimentos); a revisão da lei da greve e outras, calendarizadas até Maio de 1985 e agora em vésperas de serem agendadas pelo Governo no próximo mês de Junho; a promulgação de novas leis rurais, designadamente do Arrendamento Rural, dos Baldios, do Emparcelamento agrícola e, em particular a chamada «Lei de Bases da Política Agrícola», que representaria, se fosse avante, a destruição da Reforma Agrária, são pontos que as medidas e decisões do Governo conduziram a uma situação de miséria, ruína e fome vastas camadas da população trabalhadora e das classes e sectores intermédios do povo português.

O golpe brutal contra as empresas cristaleiras da Marinha Grande, desferido pelo Governo, atira para o desemprego e a miséria cerca de 2500 trabalhadores e os seus familiares, num total de cerca de 8000 pessoas; na metalomecânica pesada, na construção civil, na indústria têxtil, nos químicos, na indústria mineira, nos assalariados agrícolas, o desemprego e a fome alastram em largas manchas em todas as regiões do País.

O encerramento e a falência de empresas, num ritmo mais acentuado do que antes, a diminuição dos postos de trabalho levam este flagelo a novos contingentes de operários e empregados. O alastramento do «trabalho negro», dos contratos a prazo, do trabalho infantil, aumentam uma escala antes desconhecida a exploração desumana dos trabalhadores e a insegurança no mundo do trabalho.

O Governo Cavaco/PSD agrava por todos os meios a gravíssima situação dos trabalhadores portugueses, fazendo pesar ainda mais sobre eles a carga fiscal, os encargos com a habitação (agora levados a um ponto excepcional com a próxima entrada em vigor da Lei das Renditas de casa que vai principalmente afectar os reformados e pensionistas), do ensino, da saúde e outros.

A situação nos campos torna-se caótica para os pequenos e médios agricultores. A falta de escoamento da

Resumo

14

Quarta-feira

Num estudo elaborado no âmbito do seu V Congresso, a CGTP afirma que, para se manter a actual taxa de desemprego, o País necessita de criar mais de um milhão de postos de trabalho nos próximos dez a quinze anos ■ Em Conselho de Ministros, o Governo, ao definir a realização de um es-



Desmembrar a EDP

tudo para a regionalização da EDP, «já tomou a opção política de desmembrar» esta empresa, segundo os trabalhadores ■ Em alocução pela televisão soviética, Gorbachov convida o presidente norte-americano para «um encontro sem tardar». O encontro, que se poderá realizar em qualquer capital europeia ou em Hiroxima, terá como objectivo alcançar «um acordo sobre a interdição dos ensaios nucleares» ■ No parlamento francês, o ministro da Cultura e Comunicação, François Leotard, anuncia «a privatização imediata do primeiro canal da televisão francesa».

15

Quinta-feira

A criação do concelho de Vizela volta a ser chumbada na Assembleia da República com os votos do CDS, do PPD e da maioria dos deputados do PRD. No final, o deputado do PSD Vargas Bulcão é agredido por alguns populares ■ Pela viabilização da empresa, em defesa dos postos de trabalho e pelo prosseguimento da discussão da ta-



Ocupação

bela salarial, os trabalhadores da Sorefame ocupam os estaleiros desta unidade fabril na Venda Nova ■ Joaquim Pinto Machado toma posse como Governador de Macau ■ Segundo um anúncio oficial da Casa Branca, Ronald Reagan rejeita a proposta soviética de uma cimeira sobre a suspensão dos ensaios nucleares ■ O médico norte-americano que coopera no tratamento dos sinistrados de Tchernobil, Robert Dale, afirma que esta tragédia demonstra a incapacidade médica em caso de uma eventual guerra nuclear.

16

Sexta-feira

A Assembleia da República aprova, por unanimidade, um voto de protesto contra a

agressão de que, na véspera, foi vítima o deputado do PSD Vargas Bulcão ■ Começa, em Lisboa, a 56.ª edição da Feira do



Feira do Livro

Livro ■ Segundo um documento divulgado pelo Centro de Estudos Judiciários, em Portugal existem 3900 famílias em que as crianças são maltratadas fisicamente ■ Trabalhadores da saúde manifestam-se junto ao Ministério da Tutela contra a falta de diálogo da ministra Leonor Beza ■ Os militares que em 1982 dirigiram as tropas argentinas na guerra das Malvinas foram condenados pelo Supremo Tribunal militar da Argentina. O ex-presidente, Leopoldo Galtieri, foi condenado a 12 anos de prisão ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, critica uma vez mais a permissividade do Governo português em relação às actividades da RENAMO no nosso país.

17

Sábado

Termina, em Albufeira, o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Os congressistas não aceitam o facto consumado da distribuição dos dinheiros do FEDER. Pela primeira vez, autarcas da APU integram os órgãos directivos da Associação ■ Termina, em Lisboa, a vigília de 24 horas de solidariedade para com os povos da Nicarágua e de Angola ■ Começa no Porto a IX edição do Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI) ■ Em seminário promovido pela revista «EC-Economia», especialistas concluem que «a decisão governamental de extinguir a Companhia Nacional de Petroquímica contraria o desenvolvimento da economia portuguesa» ■ Por considerar que «não há possibilidade de vitória militar», o chefe contra-revolucionário anti-sandinista, Eden Pastora, rende-se entregando as armas às autoridades da Costa Rica.

18

Domingo



Homenagem

No comício de homenagem a Catarina Eufémia, que se realizou em Baleizão, Octávio Pato afirma que «se os partidos de-

mocráticos tivessem vontade política para colocar os interesses do País e da democracia acima dos interesses partidários», poderiam «constituir ou apoiar» um governo de alternativa ao actual sem se ter de recorrer a eleições antecipadas ■ O Conselho de Comunicação Social conclui que a RTP cedeu imagens à candidatura de Freitas do Amaral, o que constitui uma violação da Constituição ■ A Direcção Nacional do MDM considera, no final de uma reunião, que a entrada de Portugal na CEE «traz novos problemas às condições das mulheres, em particular das trabalhadoras» ■ O presidente da Nicarágua afirma, em entrevista dada a correspondentes soviéticos, que os Estados Unidos preparam contra o seu país acções semelhantes ao ataque contra a Líbia.

19

Segunda-feira

A convite do PCP chega a Portugal uma delegação do Partido Comunista Romano. A delegação é chefiada por Ion Coman, membro do Comité Político Executivo do PCR ■ Trabalhadores da Administração Local fazem vigília frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, em defesa da segurança e estabilidade do emprego, da reestruturação das carreiras e do Poder Local democrático ■ Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, o desemprego aumentou 11,1 por cento no primeiro trimestre deste ano ■ Comboio de mercadorias descarrila no Entroncamento. Não houve vítimas. Este é o quarto acidente ferroviário ocorrido neste mês ■ Tropas sul-africanas atacam simultaneamente as capitais do Zimbábue, da Zâmbia e do Botswana. Num primeiro comentário, Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia, afirma que com o ataque norte-americano à Líbia foi dado o exemplo.

20

Terça-feira



PRD, PSD e CDS votam em conjunto na AR para impedir o alargamento do âmbito de aplicação dos subsídios para mais inquilinos ■ O reforço da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa é apontado como necessidade fundamental num documento entregue em Belém ao PR por estudantes finalistas de Direito, regressados de uma viagem a São Tomé e Príncipe ■ 7 de Setembro foi o dia marcado pela CM de Gaia para a realização das eleições na freguesia de Lever, onde a população local tem, como se sabe, impedido a realização de qualquer acto eleitoral devido a um conflito de limites com Crestuma ■ Confirmam-se as notícias sobre a tentativa falhada de atentado contra o presidente da Argentina, Raul Alfonsín, ocorrida em instalações militares, na cidade de Córdoba ■ Suspensa no domingo de manhã, é retomada, por ordem do presidente da República, Salvador Jorge Blanco, a contagem dos votos das presidenciais na República Dominicana ■ A 9.ª etapa da Volta à Itália em bicicleta é ganha pelo português Acácio da Silva, que assim atinge a 4.ª posição da geral.

batata e de outros produtos agrícolas, os elevados custos dos arrendamentos de terras para os seareiros do tomate e do melão, as medidas restritivas no plantio das vinhas e da produção vinícola, encerramento dos matorrais, as actividades produtivas da nossa agricultura fortemente afectadas pela importação de produtos de que somos excedentários, as injustiças do emparcelamento, espoliando numerosos rendeiros, sobretudo do Norte e Centro do País e numa medida de extrema gravidade para os agricultores portugueses as exigências decorrentes da integração na CEE que estão transformando num verdadeiro inferno a vida do povo do campo.

As gritantes realidades da situação criada pelo Governo Cavaco/PSD — que a demagogia e a manipulação da comunicação social podem de momento ocultar na sua verdadeira expressão a sectores pouco esclarecidos da nossa população — colocam-se à consideração e à acção das forças democráticas.

A oposição democrática está hoje numa situação nova onde se produziram modificações favoráveis a uma alternativa política e a uma política alternativa ao Governó actual, está diante de responsabilidades a que não pode furtar-se.

Pode-se afirmar que a atitude dos partidos da oposição face ao Governo Cavaco/PSD é hoje a pedra-de-toque das forças democráticas portuguesas.

Em certos sectores da oposição estão perigosamente a esquecer-se as lições da experiência recente, em particular as das últimas batalhas eleitorais.

A «síndrome» do anticomunismo veda os horizontes de certos democratas e pode tornar-se mortal para os seus objectivos e ambições e para a própria democracia.

Enganam-se lamentavelmente os que acalentam a ideia de isolar o PCP, de reduzir à irrisão a sua força e influência política e de massas, de substituir o seu papel insubstituível na defesa e consolidação da democracia e da independência nacional.

Seria uma tarefa inútil e sem sorte.

Os exemplos de luta de vastos sectores na classe operária e do campesinato, e sobretudo a imponente força unitária de massas das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, são leccionadores e devem constituir um poderoso incentivo para novas convergências, novas acções comuns, novas manifestações de unidade sem o que pode perder-se o rico património de experiência e luta acumulado nos últimos meses.

No plano social, no plano institucional, na frente da cultura e em todas as outras onde os problemas se agravam e reclamam soluções urgentes é imperioso o entendimento e o diálogo sem preconceito na busca de uma alternativa democrática.

A equipa governante de Cavaco Silva/PSD é uma força minoritária a que só a posse do Executivo dá uma aparência de estabilidade e força. Criar com a necessária urgência as condições para a sua substituição no Governo do País é uma exigência fundamental de sobrevivência do regime democrático.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97/22

ADMINISTRAÇÃO: «Editorial Avante! SARL» Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Março: 34 424

O DIREITO À HABITAÇÃO VAI CUSTAR MAIS CARO



PRD, PSD e CDS fizeram passar, na sua fase final, a chamada Lei das Rendas, ao votarem contra os pedidos de suspensão da vigência do Decreto-Lei n.º 68/86 que «Define o regime de atribuição do subsídio de renda de casa». Os pedidos de suspensão tinham sido requeridos, no final do debate sobre a ratificação do referido decreto pedida pelo PCP, respectivamente pelas bancadas comunista e socialista. Contudo, o diploma, por proposta do PSD, aprovada por maioria, baixou à Comissão do Equipamento Social para que no espaço de oito dias sejam consideradas as propostas de alterações apresentadas pelo PCP e pelo PS. Reside aí a última esperança de se poder alterar uma lei gravosa para dezenas de milhares de famílias.

Dizia o deputado do PRD, Vasco Mendes, que a lei tem, do nosso ponto de vista, defeitos, mas o congelamento das rendas é socialmente injusto e completamente errado.

Por isso — acrescentou — também não procuraremos, nem apolaremos tentativas de inviabilizar ou adiar a vigência da lei por formas enviesadas.

Por seu turno, o secretário de Estado da Construção e Habitação começou assim a sua intervenção, que consideramos de antologia:

Sendo o Governo, um governo social-democrata, a nossa atitude política face à Lei 46/85, de 20 de Setembro, é conhecida.

Infere-se desta importante afirmação que se o Governo não fosse social-democrata não seria conhecida a sua atitude política em relação à referida lei.

Referia-se o secretário de Estado à chamada Lei das Rendas. E na sua ingenuidade (?) vai mais longe, ao afirmar que sempre assumiram um apoio claro por entendermos que a lei concorria plenamente para a consagração de um direito constitucional — o direito à habitação (e não resistimos à tentação de continuar a citar o referido membro do Governo), direito este inalienável à própria natureza humana e indispensável à estabilidade familiar e social pelo que a sua implementação ficou devidamente consagrada no Programa do Governo.

E esta, hem!? Aumenta o desemprego, aumentam e não são pagos os salários em atraso, a situação de pobreza atinge a

maioria da população portuguesa conforme divulgação feita na presença do Primeiro-Ministro, e o Governo descobre que o inalienável direito à habitação só se consegue aumentando as rendas, ao mesmo tempo que revela a sua somitiquice nos subsídios às mesmas.

Mas, satisfeito pelo bem que vai provocar em dezenas de milhares de famílias, o secretário de Estado não hesitou em recordar que nesse mesmo dia fora publicada a portaria relativa às tabelas dos subsídios de renda.

Surpresa vão ter os cidadãos quando recorrerem aos serviços para que lhes seja atribuído um subsídio (recorde-se que estão previstas verbas de 180 mil contos só para os serviços de apoio e informáticos e mais 50 mil contos para esclarecimento público) e verificarem que se encontram abaixo da renda-base ou acima da renda-limite e que, portanto, não têm direito a subsídio...

Entretanto, o argumento de que a crise da habitação se irá atenuar com o descongelamento das rendas continua a ser utilizado despididamente, esquecendo-se estes defensores que existem no mercado cerca de 40 mil fogos devolutos, que ninguém aluga nem compra. E neste caso nem sequer há a questão de terem rendas antigas. Pura e simplesmente não têm. Mas continuam devolutos.

Analisando o diploma do Governo, a deputada Odete Santos, do PCP, falou do quadro de pauperização do País a que o Executivo é insensível ao assegurar apenas um subsídio igual ao aumento resultante da correcção extraordinária, ou de

obras efectuadas para os agregados familiares cujos rendimentos mensais sejam iguais ou inferiores ao produto da pensão mínima de invalidez e velhice, do regime geral de segurança, pelos factores de equivalência constantes de uma tabela.

Factores que o Governo fabricou, em função de resultados que queria obter. Resultados esses que segundo dados fornecidos pelo próprio Governo apenas abrangeriam 12 por cento dos arrendatários.

E deu dois exemplos:

O que quer dizer, tomando em conta a pensão referente a 1984, que para a família média portuguesa (3 pessoas), apenas é garantido um subsídio igual ao aumento se o rendimento mensal tiver sido igual ou inferior a 13 200\$00.

Assim, uma família vivendo em Lisboa ou Porto, em prédio sem porteira e sem elevador, com uma renda fixada antes de 1960 em, por exemplo, 1000\$00, que vê a renda aumentada no primeiro ano para 3150\$00 não tem direito a um subsídio igual ao aumento se tiver tido de rendimento mensal 15 000\$00!

Mas não se ficou por aqui o Governo, pois a fórmula do diploma exclui do subsídio equivalente ao aumento muitas famílias classificadas como pobres e como se isto não bastasse procurou o Governo Cavaco Silva excluir do direito mesmo a uma parte do subsídio muitas outras famílias em situações carenciadas, usando de um artifício grosseiro. E Odete Santos adiantou:

Para tal, fabricou os conceitos de renda-base e de renda limite. À medida dos seus objectivos conseguidos através da fixação de uma renda-base, abaixo da qual ninguém tem direito ao subsídio, e de uma renda limite, acima da qual os rendimentos não são cobertos pelo subsídio.

E mais adiante acrescentou dois exemplos:

É assim que a família média

Luís Sá

**INTRODUÇÃO
À TEORIA DO ESTADO**

A teoria do Estado organiza toda uma imensa soma de dados históricos e de dados sobre as actuais situações concretas, na perspectiva de ajudar a compreendê-los, a dar elementos para conhecer o futuro e lutar por ele.



O manequim e a competência

Há competências que entram pelos olhos dentro. A dos manequins — estejam em montra da «baixa» ou na pacatez de sobreloja de bairro — disso, é, um exemplo superlativo. Despidos à Verão ou albardados a sobretudo e cachecol, vestidos de ponto em branco ou com a gravata debaixo do braço, eles são sempre competentes na difícil arte de ficar espedado sem coçar o nariz. Serenos, sem um lamento, um queixume, um simples esgar, executam de fio a pavio, ao longo dos anos e dos passeios comerciais, o que deles se espera: que mostrem competência na difícil arte de mostrar, o que implica uma outra competência (aliás já assinalada) — a de ficar espedado sem coçar o nariz.

O que é obra. O que responde muito para além do exigível, em matéria de competências. O que se abeira da perfeição. Felizmente que há também pessoas assim, com competências a entrar pelos olhos dentro. Não muitas, é verdade, mas as suficientes para chegarem a primeiro-ministro.

Aníbal Cavaco Silva é uma delas — e das mais raras, que são as que chegam a primeiro-ministro, constituindo, de resto e por isso, o grande e único precedente mundial até hoje conhecido, o que não deixa de ser gratificante ao brio nacional.

De facto Aníbal Cavaco Silva chegou, viu e foi nomeado primeiro-ministro com competência de entrar pelos olhos dentro do mais ceguinho. Além do mais veste com a qualidade, a classe e o bom corte do mais sofisticado manequim, a ponto de se confundir com um de verdade (ou seja de plástico) quando está mais de dois minutos quieto, o que acontece com frequência. É evidente que coça o nariz de vez em quando, pois trata-se de uma pessoa que tem a competência de um manequim e não de um manequim que tem a competência de uma pessoa. A cibernética avançou muito mas ainda não vai aí.

Mas onde ele atinge competência quase a confundir os sentidos literal e figurado da comparação, é no que toca ao «que deles se espera: que mostrem competência na difícil arte de mostrar» (o plural não envolve, natural e literalmente, a pessoa do primeiro-ministro, pelas razões devidamente salvaguardadas no parágrafo anterior).

Peguemos apenas em dois ou três exemplos recentes. No aniversário do seu partido, o PSD, Aníbal Cavaco Silva sobe à tribuna do Campo Pequeno, como seu dirigente máximo que é, e ameaça: «Se a obstrução parlamentar se verificar, exigirei ser julgado pelo povo através do voto livre e democrático!».

Foi o delírio. Era necessário mostrar ao redondel meio composto de fervor social-democrata que, para ali, a Assembleia da República vinha de carinho, e assim Cavaco fez. Com a máxima competência.

Horas depois a Assembleia da República — que tolerante e já surpreendentemente ainda consente que este Governo governe — abespinhou-se e os jornalistas perguntaram a Aníbal Cavaco Silva se ele confirmava o que ameaçara há pouco, de que se demitiria — de resto a sua única possibilidade constitucional de exigir «ser julgado pelo povo através do voto livre e democrático». Aí Aníbal Cavaco Silva, como Primeiro-Ministro que é e, pelos vistos, deseja continuar a ser, respondeu: «Não disse nada disso. As minhas palavras foram mal interpretadas.»

Dias depois Aníbal Cavaco Silva foi a Inglaterra, em representação oficial nas comemorações da aliança luso-britânica. Após visitar a universidade de York, onde estudou, e ser lá-elogiado por personificar «o primeiro chefe de governo a sair daquela instituição» (o que faz suspeitar que o nosso «mais velho aliado» está a abusar de novo do conceito de «aliança»), Cavaco debitou numa entrevista em directo para 100 milhões de pessoas de que há a possibilidade de o nosso país possuir, no futuro próximo, a sua primeira central nuclear, já que «80% das importações energéticas do País são constituídas por ramos de petróleo». Isto dito, naturalmente, com toda a competência.

Horas mais tarde a comunicação social portuguesa, obviamente empenhada em recolher para os dez milhões de principais interessados a bombástica informação que o Primeiro-Ministro entendera dar em primeira «mão» a 100 milhões de estrangeiros, tentou de novo a confirmação, mal Cavaco assomou nos «VIPs» do aeroporto. Resposta sem dúvida competente: «Não disse nada disso. As minhas palavras foram mal interpretadas.»

Competência assim está, de facto, quase ao nível da dos manequins, ou seja — à beira da perfeição. Quanto às perspectivas, são as mais promissoras: uma reputada estilista de modas da nossa praça até já o cobiou para manequim ideal, tantas potencialidades lhe reconhece. Diz ela que só precisava de meter mãos à obra... Só esperamos que não assine. Ou que, pelo menos omita o «Salazar». É que ele há nomes!!!...

■ H.C.

Assembleia da República



portuguesa (3 pessoas) que tenha ao seu dispor apenas o rendimento correspondente ao salário mínimo nacional, não terá direito ao subsídio de renda, se após a correção esta se situar nos 2100\$00, que, em muitos casos, corresponde a mais do dobro da renda actualmente paga.

Ficam, e ainda por exemplo, excluídos do subsídio de renda os agregados familiares com 5 pessoas vivendo apenas de um vencimento mensal de cerca de 23 contos se a renda não ultrapassar os 1925\$00 que alguns casos pode representar o dobro ou mais da renda em vigor.

Não contente com estes resultados encontrados através da renda-base, o Governo lançou mão de outro artifício, receoso de que lhe viessem a escapar pelo fundo da agulha muitos outros subsídios que o Governo tinha a firme intenção de não conceder.

Contente com a manipulação das expressões algébricas, reduzindo o drama das famílias a taxas e coeficientes, tentando desdramatizar com aridez dos números na esperança de, desta forma, diminuir o impacto da brutalidade das medidas, o Governo encontra a fórmula da renda-limite no ponto exacto que lhe permite ao mesmo tempo excluir do subsídio alguns rendimentos, e diminuir o montante do subsídio para os que se situam entre a renda-base e a renda-limite.

A Assembleia da República teve na terça-feira passada a possibilidade de responder aos sobressaltos dos que dentro de poucos dias serão confrontados com os brutais aumentos de rendas. Bastava para isso que tivesse deliberado suspender a vigência do Decreto-Lei n.º 68/86, pois é grave a crise social e a casa — com disse Odete Santos — é porventura o último reduto do acossado pelos mais variados males provocados por uma política virada contra os portugueses.

Os votos conjuntos do PRD, PSD e CDS inviabilizaram essa solução. Um dos partidos que viabilizou a lei dizia, nos corredores da Assembleia, que se a situação se agravar substancialmente é sempre possível tomar uma iniciativa legislativa para remediar a questão. Como se fosse possível fazer mais tarde uma lei para baixar as rendas de casa. E se o assunto não fosse tão grave e não estivesse em jogo os interesses de tantas famílias portuguesas valia a pena exclamar: «Essa não! Me tira o tubo!»

«Habitação é direito na Constituição»

Muitas centenas de pessoas concentraram-se terça-feira no largo fronteiro à Assembleia da República para protestarem contra a entrada em vigor da lei das rendas. Os manifestantes, convocados pela União dos Sindicatos de Lisboa, pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses, pelo MURPI e pelo MDM, ao entoarem a palavra de ordem «não à demagogia de Cavaco e companhia» expressaram de forma clara o seu sentimento para com aqueles que pretendem aumentar em 300 e 400 por cento as suas rendas.

Em causa está, conforme sublinha a resolução aprovada na concentração e entregue por uma delegação aos diversos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, a entrada em vigor de uma lei que contraria inequivocamente a Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o seu artigo 65.º.

No decorrer da concentração — que obrigou à interrupção do trânsito no largo de São Bento —, os manifestantes empunhavam panos onde diziam de suas razões e das soluções que preconizam: «não ao aumento das rendas» era uma das frases preferidas, tanto nas faixas como nas bocas dos muitos presentes. Outras faixas havia. Numa delas, casas toscamente pintadas afirmavam que «precisamos de recuperação, de impostos não». É que «Habitação é direito na Constituição».

A maioria dos presentes era constituída por idosos e por mulheres, havendo também alguns, poucos, jovens.

Não se trata de um facto para admirar, uma vez que os idosos são os principais afectados por esta medida governamental. Com as suas magras pensões e vivendo em habitações degradadas, os reformados vêem nesta lei uma institucionalização do despejo em massa.

e uma legislação coerente sobre o inquilinato podem resolver os problemas habitacionais de Portugal.

Nesse sentido, propõem que seja elaborado um Plano Nacional de Habitação que tenha em conta estes parâmetros.



Na resolução por todos aprovada, os manifestantes afirmam que só uma Política Nacional de Solos, a proliferação de rendas justas, a construção de habitação social, a recuperação dos imóveis degradados, o apoio empenhado às cooperativas, a obrigatoriedade do arrendamento de fogos devolutos, o crédito acessível à aquisição de casa própria

Em termos mais sintéticos, o que os manifestantes exigiram ali em São Bento — no mesmo dia em que foi votada uma proposta de ratificação do diploma que atribui subsídios aos inquilinos e que foi apresentado pela bancada comunista — foi o cumprimento integral da Constituição, da qual o Governo continua a fazer tábua rasa.

TAP Dá lucro, privatiza-se

Na sessão de quinta-feira passada dois temas foram importantes: a votação da lei da amnistia e a eventualidade da criação do município de Vizela. Mas no período de antes da Ordem do Dia, a deputada comunista Ilda Figueiredo abordou a situação da TAP e dos trabalhadores da empresa.

Começando por referir que está a terminar o «regime sucedâneo» a que têm estado sujeitos os trabalhadores da TAP, regime regularmente actualizado desde que em 12 de Julho de 1980 a empresa foi declarada em situação económica difícil, Ilda Figueiredo recordou que tem sido com base neste estatuto que os sucessivos governos têm posto em causa durante mais de seis anos o princípio da livre celebração de convenções colectivas.

Esta situação é contestada pelos trabalhadores visto assentar em pressupostos incorrectos e actualmente profundamente alterados, pelo que se impõe a sua imediata revogação.

Fazendo prova da alteração que é justa, citou Ilda Figueiredo o diploma legal que determina o quadro normativo na base do qual as empresas públicas podem ser declaradas em situação económica difícil, o DL n.º 353/H, de 29 de Agosto de 1977.

Recordando o que está disposto, salientou a deputada que na situação actual da TAP não

se verifica qualquer dos pressupostos enunciados, e acrescentou:

Desde 1984 que o resultado líquido da empresa é positivo (164 mil contos em 1984 e cerca de 200 mil contos em 1985). Por outro lado, as responsabilidades da empresa por financiamentos concedidos por instituições de crédito nacionais situam-se nos 7 por cento do seu activo líquido, muito longe, portanto, dos 60 por cento previstos no diploma legal que tipifica os casos de declaração de empresas públicas em situação económica difícil. Por último, a TAP tem cumprido as suas obrigações para com o Estado, a Segurança Social e o sistema bancário, tendo recebido insuficientes indemnizações compensatórias pelos serviços prestados abaixo do seu preço real para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A minha preferência pela privatização

Não há nada, pois — acrescentou Ilda Figueiredo — que justifique a manutenção da declaração da TAP em situação económica difícil (...). A TAP é hoje uma empresa lucrativa, englobando um pequeno grupo económico de empresas

complementares e subsidiárias, situando-se no grupo cimeiro das empresas portuguesas cuja gestão deve ser encarada com a maior atenção.

No entanto, e isso mesmo foi denunciado pela deputada comunista, novas ameaças surgem, como foi quando da nomeação do actual Conselho de Gerência da empresa e é indício de que pode estar em preparação um ataque governamental a esta empresa.

Adiantou Ilda Figueiredo, para que se tenha uma melhor compreensão do que se passa ou está em preparação:

Não pode defender uma empresa pública quem foi especialista em negociações no IPE e quem afirma no acto de posse, como o fez o presidente do Conselho de Gerência da TAP o seguinte: «é conhecida a minha preferência pessoal pela privatização do sector empresarial do Estado, nela incluindo a possibilidade de alienação de parte de propriedade das empresas». Outro elemento do Conselho de Gerência (o seu vice-presidente) admitiu já a abertura da Air Atlantis ao capital privado (nacional e estrangeiro) ao mesmo tempo que anunciava um endurecimento do Conselho de Gerência face à contratação colectiva de trabalho.

Mais uma empresa pública na linha de mira do Governo Cavaco Silva. Dá lucro, privatiza-se.

Assembleia da República

Município de Vizela Os pratos da balança penderam para os que estavam contra

Vizela e a criação do município do mesmo nome foi tema quente na sessão plenária da AR na passada quinta-feira. As esperanças que a população daquela vila depositava na resolução definitiva de um anseio antigo — e prometido pelo partido do actual Governo — foram frustradas porque outros valores se levantam e há quem, como Pilatos, diga que «quem criou os problemas é que os deve resolver».

Contudo, a frustração não justifica a violência que se gerou no final da sessão, levando a que alguns habitantes de Vizela (e convém frisar que foram só alguns) que vieram assistir à sessão tivessem agredido um deputado do PSD — Vargas Bulcão, dos Açores, e que teve a infelicidade de ser o primeiro a abandonar o plenário — e danificado algumas viaturas estacionadas e que presumiam pertencer aos deputados que tinham votado contra ou que se abstiveram.

Vizela estava na ordem do dia e ainda continua a estar. Directamente relacionado com o assunto duas questões estiveram em discussão nesse dia. A primeira visava a alteração da Lei Quadro para a criação de municípios, em que havia um projecto do PS para ser revogado o n.º 4 do art.º 14 da referida lei, que faz depender a constituição de novos concelhos da criação das Regiões Administrativas e o projecto do PCP que pretendia a revogação pura e simples da mesma lei, com base no facto de existir legislação apropriada — como foi no caso da criação do município da Amadora — não tendo cabimento, portanto, a Lei-Quadro aprovada no fim da anterior legislatura.

A segunda, prendia-se com os projectos de lei existentes para a criação do município de Vizela, um do deputado independente Ribeiro Teles, outro do deputado independente Lopes Cardoso e um terceiro do PCP, e não dependiam da Lei-Quadro — embora se verificassem esforços nesse sentido por parte das bancadas do PSD e do CDS — para serem aprovados e aplicados.

A lei travão

No respeitante à Lei-Quadro da criação de municípios, cuja alteração ou eventual revogação primeiramente se discutiu, vale a pena referir a intervenção do deputado socialista Agostinho Domingues. Falou ele da criação da referida lei, quando do Governo PS/PSD, coligação de poder com implicações difíceis também em matérias secundárias onde os dois partidos podiam ter posições antagónicas ou inconciliáveis.

E acrescentou: Era o caso quanto à criação do concelho de Vizela. Não era o caso da Lei-Quadro da criação de municípios. Por isso foi possível aos partidos do Governo PS/PSD acordarem o texto da nova lei. As negociações, longas e penosas, haviam chegado ao fim. A luz surgia finalmente ao fundo do túnel...

Seria mesmo a luz? — avançou. À última hora o PSD des-cobria um travão, que veio a

ficar consignado no n.º 4 do art.º 14 da Lei n.º 142/85 e que reza assim: «A criação de novos municípios só poderá efectuar-se após a criação das regiões administrativas nos termos dos artigos 250.º, 256.º e seguintes da Constituição».

O meu Grupo Parlamentar, conflate na vontade política do PSD em regionalizar rapidamente o País e atendendo a razões maiores de Estado, terminou por se resignar.

A minha confiança no Partido Social Democrata não chegava para tanto, embora às razões de Estado seja sempre muito sensível. Por isso solicitei liberdade de voto que prontamente o meu Grupo Parlamentar com generosidade me concedeu. Votou contra o travão.

Mas como se viu isso não foi suficiente, mas também não foi determinante. Com travão ou sem ele os deputados do PSD, do CDS e de grande parte do PRD não estavam interessados em que Vizela se tornasse em município.

A desmontagem da Lei-Quadro

A desmontagem da Lei-Quadro procedeu o deputado comunista João Amaral e só não o entendeu quem assim entendia proceder ou andava preocupado com a não-disciplina de voto.

Salientou João Amaral a desnecessidade de tal lei e acrescentou as razões: porque a Assembleia da República já criou um município — o da Amadora — sem que tal Lei-Quadro existisse; porque a lei 11/82 já contém as regras mínimas necessárias para a criação de municípios; finalmente porque não existe no sistema constitucional português nenhuma hierarquia de leis, pelo que a Assembleia pode sempre, por outra lei de igual valor, criar municípios que não se enquadrem... na Lei-Quadro!

Mas foi mais longe:

Vive o País e esta Assembleia uma situação de crise em que se multiplicam os projectos de criação de novos municípios? Todos os srs.deputados sabem que isso não é verdade. Os projectos apresentados nesta legislatura e na anterior resumem-se a 6 casos.

A Lei-Quadro vigora há menos de um ano, e o facto é que nos 9 anos em que a Assembleia funcionou sem Lei-Quadro foi um único — um único, sublinho — o Município criado: o da Amadora, que, suponho, ninguém questiona!

Definindo mais adiante: A autarquia-município, srs. deputados, é antes de tudo o produto da sedimentação his-

tórica e cultural de populações em concreto, no exacto desenho moldado pela tradição do passado, pela vontade afirmada no presente, e pelo empenho na construção de um futuro melhor. E mais do que isso: a formação e reconhecimento legal de municípios que seja justo e democraticamente exigível criar é, no Estado democrático, a afirmação de uma vontade clara de valorização das formas participadas de exercício do Poder, de reforço do Poder Local, de empenhamento no caminho da descentralização democrática.

PSD contra Vizela

Manuel Moreira, do PSD, afirmou na sua intervenção que não estava em causa a legítima aspiração das populações pretenderem e reivindicarem a

sua autonomia ou independência municipal, e ainda que nada move o PSD contra qualquer população local, mas que em relação ao município de Vizela não podia ser nada.

Por seu turno, o deputado do PRD, António Feu realçou logo no início da sua intervenção ser de público conhecimento que os deputados do Partido Renovador Democrático não têm disciplina de voto, como se constatou depois na votação.

Ribeiro Teles e Lopes Cardoso bateram-se, juntamente com os deputados socialistas, comunistas e do MDP para que o concelho de Vizela fosse uma realidade. Debalde. A esmagadora maioria dos votos contra do PRD — só quatro votaram a favor e os restantes abstiveram-se ou votaram contra — fizeram pender o prato da balança para os que inviabilizaram as esperanças da população de Vizela.

Marinha Grande Mais desemprego

Da situação das empresas de cristalaria da Marinha Grande e da proposta de lei de Segurança Interna que o Governo entregou à Assembleia da República falaram, na passada terça-feira, no período de antes da Ordem do Dia, os deputados comunistas Joaquim Gomes e José Magalhães, respectivamente.

O primeiro, abordando a decisão do Governo de pôr termo ao acordo de viabilização para aquele sector vidreiro salientou os reflexos sociais gravíssimos para o concelho da Marinha Grande e a região, o que implicará a curto prazo o encerramento de cinco empresas, entre elas a Ivima, a maior empresa vidreira da Marinha Grande.

Em termos de desemprego referiu que são aproximadamente 2500 postos de trabalho directamente postos em causa, envolvendo cerca de 8000 pessoas numa população de 36 000 e também com graves consequências na indústria transformadora a jusante da indústria cristaleira que emprega naquele concelho cerca de 1000 pessoas.

Acrescentou o deputado Joaquim Gomes que a Ilgetreza com que o Governo se apresou a decretar a morte do sector cristaleiro sem sequer dar mostras de considerar e ponderar tais consequências são incompreensíveis, até porque tais decisões foram tomadas sem se aguardar a conclusão do estudo que o Governo havia solicitado recentemente ao IAPMEI.

Recordando que o Governo não entrou em linha de conta com muitos factores indispensáveis à viabilização, o deputado comunista afirmou que existem boas perspectivas de alargar as exportações neste sector, como

é o caso da M. Pereira Roldão, que não obstante as condições de intranquilidade, nos três primeiros meses deste ano, exportou o equivalente a 70 por cento do que exportou em todo o ano de 1985.

Mas a cumprir-se a decisão do Governo, o inverso é que se vai verificar e as importações subirão em flecha. E disso mesmo falou Joaquim Gomes, considerando-a um atentado à economia nacional, pois esta decisão além de quase liquidar a produção de vidro de uso corrente, fomentará importações que a breve prazo podem atingir valores que se aproximariam dos 2 milhões e 200 mil contos.

PCP

Festa da Alegria — o abraço da juventude

É já nos próximos dias 4, 5 e 6 de Julho que se realiza a Festa da Alegria/86, iniciativa da Organização Regional do Minho do PCP que adquiriu justamente o carácter do maior acontecimento político-cultural anual da região e que, este ano, regressa ao seu espaço tradicional — o Parque Municipal de Exposições de Braga.

O seu vasto programa, em vias de elaboração final e de que em breve será dado conhecimento pormenorizado à Comunicação Social em conferência de imprensa, é este ano marcado pela sua inserção no Ano Internacional da Paz proclamado pela ONU e no ano da comemoração do centenário do Primeiro de

Um sim e um não deram origem à agressão

Os acontecimentos violentos que se registaram logo após a votação que inviabilizou, por agora, a criação do município de Vizela talvez não se tivessem verificado, acaso não houvesse ocorrido um incidente no hemiciclo com um deputado do CDS, José Gama.

Tendo sido pedida pelo PS a votação nominal — o que perturbou seriamente uma das bancadas — os deputados iam respondendo sim, não ou abstenção conforme era feita a chamada por ordem alfabética.

E tudo corria normalmente, sem qualquer agitação nas galerias onde estiveram durante todo o dia (a sessão começou às 10 horas e terminou cerca da 1.30) numerosos vizelenses, até que chegou a vez dos Josés.

E José Gama, talvez distraído, talvez ensonado, talvez levado pelos sims que o antecederam respondeu também sim. Dando-se conta do lapso gritou logo não...

E foi então que as galerias reagiram, começando a gritar que aquilo não passava de uma fantochada e insultando os deputados. Já cá fora, nos corredores da Assembleia sucediam-se as cenas de desespero por mais uma vez se sentirem ludibriados nos seus anseios.

Na rua, para onde entretanto foram levados, um grupo pouco numeroso de exaltados ameaçava para quem os quisesse ouvir que iam esperar os deputados, pois eles tinham de sair...

E foi então que surgiu o deputado do PSD Vargas Bulcão que, mal a votação terminou, se dirigiu para o seu carro. Teve a infelicidade de ser o primeiro, pois perante o estado de espírito que reinava naquele grupo qualquer que fosse o deputado que aparecesse corria grave risco para a sua integridade física.

Da agressão todos os órgãos de comunicação falaram, não vale a pena estar a repetir. Mas é importante falar da violência que se gerou e que não serve os interesses justos da população vizelense, violência que só faz o jogo dos que por campanhas procuram descreditar e desvalorizar o trabalho realizado pela Assembleia da República.

O sentimento de mais uma vez terem sido atraídos, não justifica a violência. E registou-se que por parte dos vizelenses presentes na AR houve quem a condenasse e procurasse impedi-la.

De resto — acrescentou — já agora se estão a importar centenas de milhares de contos em vidro que podíamos produzir no País o que constitui um verdadeiro escândalo.

Sobre a proposta de lei de segurança interna falou o deputado José Magalhães, que sobre o mesmo assunto dá uma entrevista, neste número do «Avante!». Referiu na sua intervenção:

Por coincidência, nestes dias em que o Governo invoca a Insegurança para reivindicar poderes inconstitucionais, o título «FP's atacam de novo» voltou a encher de negro as páginas de alguns jornais mais próximos do Governo. É

uma coincidência a assinalar.

Acrescentamos nós outra coincidência quando, no mesmo dia, a «Antena-1» informou que no tribunal de Monsanto, onde estão a ser julgados os elementos das FP's, teriam sido ouvidos tiros. Mais tarde veio a saber-se que os disparos provinham de uma carreira de tiro próxima. Mas continuemos com a intervenção de José Magalhães.

O PCP considera que as deliberações a tomar pela Assembleia da República nesta matéria devem ser ponderadas e assumidas livre, informada e serenamente. Os apóstolos de debates «a quente», se os há, que escolham outro tema, outro tempo e outro lugar.

Braga
em Julho

Maio, acontecimentos que serão devidamente assinalados através de variadas realizações alusivas às questões da paz e do movimento operário (exposições, debates audiovisuais, etc.).

Todas as regiões do País estarão representadas na Festa, com exposições, artesanato, produtos e petiscos regionais. A par do folclore, do cinema, do desporto, do vídeo, do mercado do livro e do disco, das iniciativas para as crianças, a Festa da Alegria trará de novo a Braga alguns dos mais qualificados intérpretes das principais correntes da música que actualmente se produz em Portugal.

A juventude terá na Festa da Alegria deste ano um lugar mais

destacado: com um espaço de convívio próprio, um festival regional da canção juvenil (que funcionará como apuramento regional para o festival da canção juvenil da Festa do «Avante!»), com exposições e com condições de acessos especiais — o IF/Jovem (ingresso na Festa para os jovens maiores de 12 anos e menores de 18), que custará apenas 200 escudos, enquanto o IF normal tem o preço de 350 escudos, ambos podendo já ser adquiridos nas sedes do PCP.

Para a participação no festival da canção juvenil será em breve divulgado pela sua comissão organizadora o respectivo regulamento.

Trabalhadores

V Congresso da CGTP-IN começa na próxima quinta-feira

desemprego considerado problema número um



Lisboa 29, 30 e 31 Maio 86

Só para manter a taxa de desemprego existente e não para resolver esse problema nacional, será preciso criar nos próximos 10/15 anos mais de um milhão de postos de trabalho. Considerando «o desemprego o problema número um dos trabalhadores portugueses», a CGTP-IN, que prepara em todo o País o seu V Congresso, sublinha que «o objectivo central da política económica portuguesa terá de ser o emprego». Ao criticar, por outro lado, a «política de confrontação» mantida por este Governo, a Inter, que aprofundará no Congresso os seus pontos de vista sobre a adesão de Portugal à CEE, considera «globalmente nefastas» as consequências dessa adesão.

Alguns traços gerais de um documento a apresentar no Congresso sobre o Mercado Comum sintetizam a integração de Portugal nas Comunidades como uma «aventura» e não um «desafio». A CGTP, que não abdica do seu «direito a participar nos diversos organismos ligados a instituições da CEE em que esteja prevista a representação sindical dos Estados membros», recorda no entanto que aquela adesão foi «um acto antidemocrático de manipulação da vontade e da consciência dos portugueses».

Em apoio desta afirmação a Central unitária refere uma sondagem à opinião pública segundo a qual em Março de 1986 «58 por cento dos portugueses não sabiam o que era a CEE e 78 por cento ignoravam o que era o Tratado de Roma».

Ao fundamentar a sua posição crítica sobre este assunto, que aliás sempre manteve, a CGTP reafirma que as suas críticas «só

podem ser consideradas factor positivo para a representação dos interesses nacionais», reforçando melhor a importância da participação sindical nos organismos e instituições da CEE.

O documento da CGTP-IN sobre o Mercado Comum não deixa contudo de salientar que «as ajudas financeiras e acessos a fundos comunitários poderão a curto prazo dar uma ilusão diferente, mas a realidade é que o conjunto do aparelho produtivo nacional está impreparado para fazer face à poderosa concorrência do capital monopolista da CEE e das sociedades transnacionais», ou multinacionais, como são mais conhecidas essas empresas capitalistas.

Um milhão de empregos no próximo decénio

O V Congresso da CGTP-IN

● Vai ser apresentado estudo sobre a CEE

● Recusada a «política de confrontação»

que se reunirá durante três dias (29, 30 e 31 deste mês) no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, incluirá entre os seus documentos principais uma análise do desemprego e das formas de o combater. Cálculos entretanto efectuados pela Central «apontam para a necessidade da criação de mais de um milhão de postos de trabalho nos próximos 10/15 anos, não para resolver o problema do desemprego, mas para manter a elevada taxa do desemprego que actualmente possuímos».

Para a Central sindical unitária, a resolução dos problemas relacionados com o emprego só poderá surgir «num quadro mais global de desenvolvimento orientado para a satisfação das necessidades básicas, assente numa correcta política de regionalização, de pleno aproveitamento dos recursos nacionais e com maiores taxas de crescimento do produto, que o relativo atraso da economia portuguesa mais que justificam».

Essa resolução não poderá ser encontrada, sublinha a CGTP, «como resultante residual das outras medidas económicas, quantas vezes ditadas por inte-

resses conjunturais e limitados», como se tem verificado até agora.

O combate ao desemprego, encarado como «problema número um dos trabalhadores portugueses», não é evidentemente compatível com a reedição do «pacote laboral». No que pode considerar-se «um aviso» ao Governo, que não desiste de rever a lei dos despedimentos, a CGTP-IN reafirma que as sucessivas tentativas nesse sentido, se não tivessem deparado com «a firme e corajosa luta dos trabalhadores», teriam conduzido a «uma crise social sem precedentes».

Não à política de confrontação

Ao analisar, num outro documento com vista ao Congresso, a evolução político-social desde 1983, a CGTP-IN conclui que a «política de confrontação social» baseada no «desrespeito constante e sistemático da Constituição» tem sido a causa da crítica situação económico-social em que o País se encontra.

Depois de se referir entre outros aspectos dessa política à generalização do desemprego, dos salários em atraso, das necessidades por que passa grande parte da população, incluindo fome e miséria, a Central unitária sublinha que «a manutenção do Governo minoritário de Cavaco Silva, dispo de factores resultantes da favorável conjuntura económica e financeira internacional e dos financiamentos da CEE, pode, através da demagogia, iludir sectores importantes da opinião pública, permitindo-lhe intensificar a sua perigosa ofensiva contra o regime democrático».

Como aquilo que prevê venha a ser uma das principais conclusões políticas do seu V Congresso, a CGTP-IN adianta que «a convergência democrática, que esteve na base da eleição do actual Presidente da República, pode e deve renovar-se, aos vários níveis da vida nacional, particularmente no plano governativo, parando a ofensiva da direita e governando para bem dos portugueses, da democracia e do país».

Na esfera da sua actividade a CGTP-IN garante que não regateará esforços nesse sentido,

pois «sabe que é esse o desejo de todos os trabalhadores».

Extensa mobilização tem entretanto assinalado a preparação do V Congresso da CGTP, que começa na próxima quinta-feira. Nas sedes de distrito, nas União e Federações — estruturas intermédias da Central — multiplicam-se as propostas de alteração, aditamentos; prosseguem as reuniões em que participam sindicalistas e outros representantes dos trabalhadores de empresas e ramos de actividade.

Outras iniciativas ligadas ao Congresso, como colóquios, debates e esclarecimento junto dos trabalhadores prosseguem por sua vez um pouco por todo o País, a par da eleição de delegados ao V Congresso para o qual está estabelecida a seguinte ordem dos trabalhos: «1. Aprovação do regulamento de funcionamento do Congresso; 2. Discussão e deliberação sobre a alteração dos Estatutos e do regulamento eleitoral; 3. Apreciação do relatório de actividades a apresentar pelo conselho nacional a discussão, e aprovação das orientações para a actividade sindical da CGTP-IN; 4. Eleição do órgão ou órgãos da CGTP-IN».

Minas da Panasqueira 527 postos de trabalho em perigo

Nas minas da Panasqueira, 38 por cento dos postos de trabalho estão em risco. O Regulamento de Higiene e Saúde do sector não é cumprido e recentemente um mineiro morreu vítima das más condições de trabalho a que os trabalhadores são obrigados.

Estas são, em síntese, as principais preocupações dos mineiros da Panasqueira, tal como as apresentaram ao primeiro-ministro, na exposição que lhe entregaram durante a sua visita à Covilhã.

No documento, e uma vez que Cavaco «não teve tempo»

para com eles falar, os mineiros lembram que a Beralt Tin & Wolfram Portugal, empresa exploradora das minas da Panasqueira, «pretende agitar o espectro do desemprego. Afirmando-se em situação difícil para conseguir alterações às leis laborais».

No entanto, e como nos afirmou na altura um dirigente sindical, as minas da Panasqueira «não estão nada em crise, que eles continuam a ter direito a 70 litros de gasolina e a 10 contos mensais de compras no supermercado».

Mas o que é certo é que, escudando-se na má situação económica das minas, a Beralt Tin pretende despedir 527 trabalhadores e aumentar os horários de trabalho.

Afirmando que «as miseráveis condições de trabalho, pela lavra gananciosa das multinacionais, acompanhado da não aplicação do Regulamento de Higiene e Segurança para as minas (decreto-lei 18/85 de 15 de Janeiro), agravam as condições em que os mineiros deste país vivem», como o comprova «mais uma

morte que ocorreu nestas minas há pouco dias», os mineiros salientam que «se saberão opor» a todas estas medidas, em defesa dos seus postos de trabalho e da segurança na laboração, não sem deixar de lembrar a Cavaco Silva que «querer despedir tra-

balhadores ou aumentar o horário de trabalho são princípios políticos contrários ao que o 1.º Ministro afirmou na sua campanha eleitoral».

Como contrapartida desta política, salientam os mineiros no documento, «diminuir o horário

de trabalho, criar postos de trabalho e melhores condições de reforma para os mineiros, isso é que será uma política de vontade de segurar o futuro para as populações que laboram no meio de vales, das montanhas e de um profundo isolamento».

Peso decisivo do capital público

Alguns dados sobre o sector mineiro em Portugal: predomina a pequena e média empresa; baixo nível técnico na exploração; más condições de trabalho, baixa produtividade; 68 empresas com produção conhecida; estagnação do emprego (6800 trabalhadores ao todo, incluindo 6000 operários); entre 1971 e 1973 desapareceram mais de mil postos de trabalho; peso decisivo do capital público (85 por cento do volume de vendas); o capital estrangeiro é da Beralt (Panasqueira) Somincor, Companhia Anglo-Portuguesa de Caolinos, Minarco, Sociedade Mineira de Jales, Mines et Industries e Pirites Alentejanas; o capital público é total da ENU, Ferrominas, Carbofero do Douro; maioritário nas Pirites, Somincor (51 por cento) e Beralt (19 por cento).



Dia 17 na Covilhã

Trabalhadores

SEMANA DE LUTA EM LOURES

Concentração hoje

• Acções de luta e protesto em empresas e sectores

Em Sacavém de Baixo, junto à ponte, está marcada para hoje às 17 horas uma concentração de trabalhadores. Convocada pela delegação dos sindicatos de Loures da União dos Sindicatos de Lisboa, a acção integra-se na semana de luta que se prolonga até sábado, 24, naquele concelho e coincide com as lutas em várias empresas locais numa «resposta intersindical» à ofensiva do patronato responsável pelos salários em atraso, retirada de regalias sociais, não cumprimento das convenções colectivas de trabalho, encerramentos, falências, despedimentos individuais e colectivos, juntamente com outras ilegalidades — assinalam as delegações sindicais. Ainda na zona da Grande Lisboa o destaque vai para as acções reivindicativas, movimentações, protestos e lutas em empresas e sectores como a função pública, médicos (pré-aviso de greve para hoje), metalurgia e metalomecânica, administração local (anunciada greve para a próxima quarta-feira), Petroquímica (CNP), EDP, Sorefame e Parry & Son.

Nesta última empresa onde os accionistas se decidiram pela falência sem garantia de pagamento dos salários em atraso e outras dívidas, os trabalhadores manifestaram-se na passada segunda-feira nas ruas de Almada, concentrando-se depois junto à delegação local do Ministério do Trabalho onde protestaram contra a falência que levará ao desemprego 540 trabalhadores. Contra a decisão dos accionistas tomada no dia 12 a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul recordou que a falência custa mais (um milhão de contos aproximadamente) do que a viabilização dos estaleiros — medida que o Governo e o Instituto de Participações do Estado desencorajaram completamente. O Sindicato e os trabalhadores repudiam a decisão de falir, recordam os 15 meses de salários em atraso (21 no complemento de reforma) e sublinham que «os trabalhadores sempre apresentaram propostas concretas para o saneamento económico e financeiro, a renovação do parque de máquinas da empresa, a reestruturação da frota nacional e a procura de novos mercados».

Ocupação na Sorefame

Na quinta-feira passada os trabalhadores da Sorefame voltaram à luta ocupando as instalações da empresa na Amadora e na Amora. Depois de um plenário convocado pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) seguiu-se aquela acção decidida para demover a administração, o Governo e o IPE de encerrarem a fábrica da Amora em proveito da SGM (Sociedade Geral Mecânica) do interesse privado. Os trabalhadores e as suas organizações representativas, designadamente a comissão intersindical e a comissão de trabalhadores pretendem continuar as negociações da tabela salarial, com base nos 16 por cento de aumento; manter os postos de trabalho, recusando despedimentos; repudiam a declaração da empresa «em situação económica difícil»; e apresentam propostas

para a «resolução dos graves problemas da Sorefame com vista à sua viabilização», com os 2800 postos de trabalho actuais (400 na Amora). Uma semana antes da ocupação das instalações, mil trabalhadores da Sorefame tinham-se deslocado a Lisboa em manifestação.



Sede em Loures: Não têm «cobertura» os salários... nem os cheques

para a «resolução dos graves problemas da Sorefame com vista à sua viabilização», com os 2800 postos de trabalho actuais (400 na Amora). Uma semana antes da ocupação das instalações, mil trabalhadores da Sorefame tinham-se deslocado a Lisboa em manifestação.

Recusado o desmembramento da EDP

As medidas recentemente anunciadas para a EDP-Electricidade

de Portugal, EP pelo ministro da Indústria, que reunia com a comissão de economia da Assembleia da República, designadamente o «programa para a regionalização» da empresa, formam um conjunto (um «pacote legislativo») «claramente demagógico, ineficaz no que respeita à resolução dos grandes problemas da empresa, e visa em última análise centrar na EDP/EP — a maior empresa do País — o ataque ao sector empresarial do Estado», afirma o secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas. A FSTIE que «denuncia publicamente as intenções do Governo de desmembrar a EDP» revela

suas estruturas sindicais o mais vivo repúdio, mesmo se feito à sombra demagógica da palavra regionalização.

Tarefeiros da FP: Plenário hoje

Movimentação em vários sectores e intensa actividade sindical, destacando-se na passada sexta-feira o Encontro da Mulher Trabalhadora, têm caracterizado ultimamente a acção dos trabalhadores e activistas sindicais da função pública e da administração local. Nessa movimentação se inclui, hoje, com início às 17 e 30, no Sindicato dos Rodoviários,

REGIÕES

Setúbal

Além dos casos mais conhecidos e que temos destacado em números anteriores, como a Parry, Setenave, CNP (Petroquímica), assinala-se, quanto à redução dos postos de trabalho na região de Setúbal, o facto de nos últimos quatro anos mais de metade dos empregos extintos no distrito ter atingido o sector empresarial do Estado. O total dessa extinção, referido e confirmado várias vezes publicamente, aproxima-se dos 15 mil, só no âmbito distrital. No período que ronda os quatro anos, entre 1982 e 30 de Março findo, encerraram no distrito 84 empresas de 10 sectores de actividade.

O total dos despedidos, só devido a encerramentos, atinge os 5978. A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal forneceu-nos recentemente o seguinte quadro sobre o assunto:

Sectores	N.º Empresas	N.º de Trabalhadores
Metalúrgico	16	2432
Têxtil	14	782
Corticeiro	6	269
Químico	4	257
Construção Civil	18	450
Cerâmico	12	1158
Ind. Alimentar	7	509
Comércio	4	84
Hidratos Carbono	2	25
Rodoviários	1	12
10 Sectores	84	5978

Num balanço das lutas por empresas e sectores, relativamente ao período de Janeiro a Abril deste ano, a União dos Sindicatos de Setúbal nomeia 18 acções principais, que incluíram concentrações junto ao Governo Civil, Câmara Municipal, Assembleia da República e outros órgãos do poder; greves de vários tipos; manifestações de rua; vigílias; e uma marcha dos trabalhadores do Entrepósito. As várias formas de luta resultaram de salários em atraso; reclamações para a viabilização de empresas; negociação de acordos, contratos colectivos e cadernos reivindicativos; proibição de entrada de subempreiteiros na empresa (Setenave, 21 de Fevereiro). Além das duas empresas citadas, a União dos Sindicatos de Setúbal refere: Mecânica Setubalense, sector da função pública, ferroviários, têxteis, Siderurgia Nacional, Parry & Son, sector da metalurgia, Antram (transportes) e CP.

Leiria

Uma situação social em degradação acelerada, que o Governo estimula, tem provocado a intensificação das lutas operárias e dos restantes trabalhadores. Marchas a pé, cortes de estrada e via férrea, ocupação de edifícios públicos e de bancos têm sido as acções mais notadas. Organizadamente, sob a responsabilidade sindical, como nos casos citados, aparecem outras formas de luta, designadamente intervenções colectivas junto de órgãos de soberania, Governo Civil e outras entidades públicas. O motivo principal das lutas, relacionado com a viabilização das empresas e a defesa do emprego, é o pagamento dos salários em atraso.

No primeiro trimestre deste ano subiu 23 por cento o total da dívida salarial. Em 30 de Abril havia no distrito de Leiria 6445 trabalhadores com salários atrasados. Eram mais 1970 do que em Janeiro deste ano. O total das dívidas atingia há cerca de um mês os 730 mil contos. As situações mais graves registam-se na Marinha Grande e nas Caldas. Elevado número de casos difíceis atingem também Pombal e Alcobaça.

Além da machadada final que o Governo pretende desferir cristalaria (Marinha Grande) há empresas com problemas graves na região. Entre elas a Audio, F.A. Calado, Condaço, Geopeças, Unical. Nas Pescas de Peniche a situação é preocupante devido ao baixo preço do pescado, que não compensa a saída da frota. As dificuldades acentuam-se no movimento cooperativo do sector. Nas conservas encerraram mais duas fábricas.

A repressão cresce. Recentemente foram levantados processos disciplinares, incluindo dirigentes, delegados e activistas sindicais em empresas como a Faprilma, Valverde, AHA e Unical. Aumenta o trabalho clandestino. Grande parte da contratação colectiva não se cumpre. São numerosas as empresas que deixaram de pagar salários ultimamente. Outras encerraram. Voltaremos ao assunto com mais pormenores.

Michel Grimaud

A dama de couro

CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL

CAMINHO
ficção científica



Payan apercebeu pelo canto do olho as cabeleiras ruivas, brancas, negras, azuladas, mosqueadas. Sentiu os olhares que convergiam para ele, surpreendeu movimentos rápidos, viu espargir-se um círculo de vapor de água opaco.

PCP

90 mil desempregados

Grave situação social no distrito do Porto

• Salários em atraso atingem 20 mil trabalhadores

A situação social, a necessidade de prosseguir e aprofundar esforços no sentido da convergência e da unidade de todas as forças e sectores democráticos, os problemas da juventude e, finalmente, o reforço orgânico do PCP no distrito foram temas em foco na última reunião plenária da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, que, para além de outros documentos de trabalho, aprovou um comunicado para divulgação pública onde se condensam as conclusões essenciais do debate realizado em torno dos temas já referidos.

Nesta edição do Avante! damos aos nossos leitores uma panorâmica de alguns dos principais aspectos referidos pela DORP no tocante à situação social no distrito portuense, que «assume um carácter extremamente grave», no conjunto dos problemas que se registam na indústria, nos serviços, na agricultura e nas pescas, salientando-se desde já os elevados índices de desemprego, dos trabalhadores com salários em atraso e do volume do emprego precário.

Chamamos, pois, a atenção dos nossos leitores para os elementos divulgados pela DORP.

Mais de 20 000 trabalhadores de 119 empresas continuam com salários em atraso. Continua a alastrar, assumindo novas formas, o trabalho precário — mais de 120 mil trabalhadores têm contratos a prazo, dezenas de milhares de trabalhadores, sem quaisquer direitos, trabalham ao domicílio, a feição, à tarefa, etc.

O desemprego, que ultrapassava já os 75 000 trabalhadores no fim de 1985, segundo dados oficiais, não pára de crescer, — calculando-se em cerca de 90 mil — alastrando dos jovens à procura do 1.º emprego a traba-

lhadores de todas as idades que perdem os seus postos de trabalho.

Despedimentos

Multiplicam-se os despedimentos e as tentativas de despedimento, como é o caso recente da Sundlete, (com utilização da falência como processo de liquidação dos postos de trabalho), da Construtora do Tâmega, dos botões Perite, da Desco da Serl, da Fibra Comercial Lusitana, da Adneva, da Peper, Prah. Multiplicam-se os casos de

liquidação de postos de trabalho através de rescisões por «mútuo acordo», «reformas» antecipadas, etc., como vem sucedendo na Electro Cerâmica, na Equimetal/Porto (com a própria liquidação da empresa), na C. Santos, na Portucel, na Cerâmica de Valadares, no Comércio do Porto, na Imperconer, na Companhia Portuguesa do Cobre, nos Produtos Estrela, no Porto de Leixões, entre outras.

Grandes unidades económicas continuam afectadas na sua laboração, em certos casos com centenas e até milhares de trabalhadores inactivos, por razões que têm a ver quer com a estratégia de crescimento e reagrupamento do grande capital e de obtenção de benefícios à custa do Estado ou do sector público — caso das empresas do Grupo Mondago, Cifa, Ormls, Jotocar, Wandschneider — quer com a política do governo de ataque e destruição do sector público, como sucede com a Sitenor, em prejuízo da economia regional e do país.

O Governo pretende fazer crer que em resultado da sua acção estão a melhorar as condições de vida dos trabalhadores e da população em geral. Mas a verdade é que, após quatro anos em que os salários desceram em termos reais 30%, o Governo se apressou, a pretexto do abrandamento da taxa de inflação a tentar impor sucessivos lectos salariais, que já vão em 12,5%. Só a luta e a acção unida dos trabalhadores por novos CCTs e ACTs permitiu fazer face a esta política do Governo e derrotá-la. Foi o caso nos últimos meses no distrito do Porto, dos trabalhadores gráficos, metalúrgicos, ferroviários, dos transportes terrestres, do material eléctrico, do sector cervejeiro, das lavandarias, dos ourives, da construção civil, das madeiras, da indústria química, dos transportes de longo curso, da função pública, da Siderurgia Nacional, da EDP, da APDL, da Marconi, da RDP e RTP, da Simão e Guimarães, da UTIC, da EGIL e muitas outras empresas, só pela luta foi possível defender regalias contratuais e impor o aumento de salários, acima dos tectos do Governo Cavaco Silva, assegurando a recuperação de parte do poder de compra perdido (...)

Os nossos camaradas assistiram às comemorações do 1.º de Maio em Moscovo, nomeadamente ao desfile na Praça Vermelha, e tiveram possibilidade de contactar vários aspectos da realidade soviética através de visitas em Moscovo e em Volgogrado. Nesta última cidade visitaram a Central Hidroeléctrica e

uma fábrica, tendo sido recebidos no Soviete local. O grupo de difusores do nosso jornal foi recebido na Redacção do «Pravda» pela directora do Serviço Internacional e teve um encontro com o Comité de Defesa para a Paz. Todos os encontros e visitas decorreram em ambiente de viva amizade e solidariedade recíproca que caracterizam as relações entre o PCP e o PCUS.

Esta visita efectuou-se no quadro da cooperação existente entre os dois partidos e respectivos órgãos centrais.

Depois de referir que «as lutas dos agricultores das margens do Mondego pela suspensão do processo de emparcelamento, pela limpeza das valas de rega, pela satisfação das suas reivindicações no que diz respeito às obras do Mondego, são movimentações de grande importância, a somar-se à luta vitoriosa pela reabertura ao gado da Feira dos 23», a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP «alerta a população do concelho para o crime de extracção maciça de arelas no Campo do Boião, que para além da destruição dos melhores solos agrícolas do concelho, está a provocar baixa do nível das águas na zona e origina charcos de água

premo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores, nomeadamente o de 17 de Abril que impõe um prazo de 90 dias para entrega às UCPs «15 de Outubro», de Estremoz, e «Albufeira do Monte Branco», de Terrugem-Elvas, das herdades, gados e máquinas que ilegalmente lhes tinham sido tirados e entregues a agrários. É necessário que os trabalhadores e as forças democráticas conjuguem esforços e se unam para travar a ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária, tal como sucedeu com a suspensão do Decreto-Lei n.º 4/86, de 6 de Janeiro, contra a Reforma Agrária, devido à posição conjunta tomada pelo PS, PCP, PRD e MDP.»

Reunião da DORP

Octávio Pato em Baleizão

A verdade que ninguém pode esconder

Falar de Catarina é, ao mesmo tempo, falar da heróica luta do proletariado alentejano e do seu Partido de classe, o Partido Comunista Português. Continuar a luta em defesa da Reforma Agrária e das restantes conquistas de Abril, contra a ofensiva desencadeada pelos sucessivos governos de direita para as destruir, é a melhor homenagem que podemos prestar a Catarina. É dessa vontade determinada de continuar a lutar, é da firme confiança na vitória dessa luta, que viemos hoje todos aqui dar testemunho.

São palavras de Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, no comício realizado no último domingo em Baleizão, durante a jornada evocativa de Catarina, trabalhadora comunista assassinada há 32 anos pelo fascismo. Antes do comício, que reuniu milhares de pessoas no centro da freguesia alentejana, decorreu uma romagem ao túmulo de Catarina, no cemitério de Baleizão. «A verdade que ninguém pode esconder — acentuou Octávio Pato — é que, com a Reforma Agrária, no Alentejo a área cultivada aumentou 3 vezes relativamente ao tempo do latifúndio; o efectivo pecuário passou de 7 para 14 cabeças normais por 100 ha, ou seja, o dobro do que se verificava no tempo dos agrários; o número de postos de trabalho é 2 vezes e meia o que existia antes das ocupações; e os investimentos realizados pelas UCPs para o desenvolvimento da produção e apoio social atingiram, no fim de 1984, cerca de 3,8 milhões de contos a preços correntes, o que, actualizado com base nos coeficientes oficiais, corresponde a um valor próximo de 13 milhões de contos.»

«Entretanto, — acrescentou o dirigente comunista — tendo como único intuito a reconstrução do latifúndio e das grandes empresas agrícolas capitalistas e a concentração forçada e selvagem, nas mãos de um punhado de agrários, das terras e riqueza produzida pelos trabalhadores nas UCPs/Cooperativas, começou-se a desenvolver, a partir do aparelho do Estado, uma verdadeira cruzada de assaltos, roubos, repressão, ilegalidades e corrupção.»

Noutra passagem da sua intervenção, afirmou Octávio Pato: «É necessário obrigar este Governo a cumprir a lei, tal como prometeu quando em 6 de Outubro se apresentou ao eleitorado. É necessário obrigar o MAP a cumprir os 300 acordões do Su-

estagnada com graves riscos para a saúde e bem estar da população da cidade.»

Uma luta, uma saudação e um apelo na parte final da informação escrita prestada aos órgãos de Comunicação Social pela Concelhia do Partido:

A luta das autarquias do concelho para que o Governo transfira para o Município de Coimbra as verbas necessárias à cobertura dos custos sociais dos Transportes Colectivos, pela satisfação das expectativas criadas com a propagação dos dinheiros do FEDER, a luta pela manutenção do depósito legal de livros na Biblioteca Municipal e a criação do Conselho Municipal de Coimbra são outros tantos exemplos significativos da afirmação do Poder Local Democrático no nosso concelho.

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP saúda os seus militantes, simpatizantes e as populações das freguesias de Arzila, Ameal, Antuzede, Almedina e Torres do Mondego pelo seu esforço e trabalho criador, patente em já numerosas iniciativas e Jornadas de Trabalho Unitário viados para a resolução de problemas concretos das populações.

A Concelhia apela à participação de todo o Povo do Concelho de Coimbra nas iniciativas do Ano Internacional da Paz e nas Comemorações do — 1 de Junho — Dia Mundial da Criança.

«Integra-se nessa acção os ataques aos sectores público e nacionalizado, nomeadamente através da alienação e venda ao capital privado das empresas e sectores rentáveis, como pretendem fazer com o «Jornal de Notícias» manobra travada a tempo pelos partidos democráticos, ou do desmantelamento de outras como a EDP, ou ainda o seu encerramento, caso da Petroquímica, e a liquidação de milhares de explorações agrícolas, lançando em qualquer dos casos milhares de trabalhadores no desemprego.

«A par destes verdadeiros atentados à economia nacional, o Governo entretém-se a fazer «braço de ferro» com os trabalhadores, agudizando conflitos sociais, arrastando negociações ou negando-se a satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores, numa clara tentativa de os fazer vergar. Mas quando, perante a firmeza dos trabalhadores, sabe que vai ser obrigado a recuar e a ceder, como no caso dos ferroviários, da Carris, do Metro, anuncia na véspera que vai recorrer à re-qualificação civil à repressão, para fazer crer que o recuo foi dos trabalhadores, para tentar esconder que foi realmente o Governo que recuou e que foram os trabalhadores que obtiveram significativas vitórias na luta pelas suas reivindicações salariais e outras.

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

«Cavaco e Silva procura dar a imagem de ter um Governo «forte» mas, na verdade, é fraqueza o que ele transpira por todos os poros, minoritário como é e abalado como está pelas pesadíssimas derrotas que tem sofrido, designadamente na Assembleia da República.»

DORS reuniu em Sines

São exteriores ao distrito as causas dos problemas

• Encontro com a C. Social em Almada

«Apreciar a situação económica e social no distrito» foi um dos objectivos da recente reunião da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, realizada em Sines.

A DORS aprovou um documento intitulado «Vencer a Crise, Desenvolver o distrito de Setúbal», no qual se referem os principais aspectos da degradação da situação económica e social (14 mil trabalhadores com salários em atraso, mais de 45 mil no desemprego) e as verdadeiras causas dos problemas do distrito, além de um conjunto de propostas apresentadas pelo PCP para a sua solução, às quais nos referimos com todo o pormenor nestas colunas do «Avante!». A luta de massas e a acção dos comunistas são temas em foco no último capítulo do documento.

Entretanto, no passado dia 14, decorreu em Almada um encontro com a Comunicação Social para divulgação das conclusões da reunião plenária da DORS. Participaram as camaradas Carlos Ramildes, membro suplente

da Comissão Política do Partido, João Bernardino e Conceição Morais, ambos do Comité Central. Apontando uma das principais conclusões, Carlos Ramildes referiu na declaração inicial que «a situação se tem agravado com o Governo Cavaco Silva/PSD, a exemplo do que sucede por todo o País e como comprovam vários indicadores e decisões governamentais», nomeadamente o crescimento do desemprego, o prolongamento do flagelo dos salários em atraso, a intenção de extinguir a CN Petroquímica, o fecho de empresas (Parry, SNR, etc.), a degradação dos serviços de saúde, a situação caótica que certamente se verificará de novo na abertura do próximo ano escolar», etc.

Salientando que «são exteriores ao próprio distrito as causas dos problemas existentes», Car-

los Ramildes apontou, na base das conclusões da DORS, as seguintes causas: em primeiro lugar — a ofensiva governamental contra o sector empresarial do Estado e contra a Reforma Agrá-

ria, o que consideramos não só anticonstitucional como antieconómico; em segundo lugar — a estagnação e recessão económicas e a desarticulação do aparelho produtivo que se verificam em consequência da política de direita de sucessivos governos; em terceiro lugar — a adesão de Portugal à CEE e, também, os ruinosos acordos celebrados num quadro de submissão a interesses estrangeiros.

Noutra passagem da sua intervenção aos jornalistas, afirmou: «Ao mesmo tempo que, segundo a sua apreciação, apontou as causas fundamentais dos problemas, a DORS do PCP de-

finiu também posições e propostas, numa base positiva, capazes de enfrentar e vencer as dificuldades existentes. Por um lado, foi reafirmada a total disponibilidade dos comunistas para conjugar esforços e acções com outras forças democráticas. Por outro lado, a DORS definiu um conjunto próprio de 15 objectivos sectoriais prioritários para vencer a crise existente e desenvolver o distrito de Setúbal.»

ria, o que consideramos não só anticonstitucional como antieconómico; em segundo lugar — a estagnação e recessão económicas e a desarticulação do aparelho produtivo que se verificam em consequência da política de direita de sucessivos governos; em terceiro lugar — a adesão de Portugal à CEE e, também, os ruinosos acordos celebrados num quadro de submissão a interesses estrangeiros.

ria, o que consideramos não só anticonstitucional como antieconómico; em segundo lugar — a estagnação e recessão económicas e a desarticulação do aparelho produtivo que se verificam em consequência da política de direita de sucessivos governos; em terceiro lugar — a adesão de Portugal à CEE e, também, os ruinosos acordos celebrados num quadro de submissão a interesses estrangeiros.

ria, o que consideramos não só anticonstitucional como antieconómico; em segundo lugar — a estagnação e recessão económicas e a desarticulação do aparelho produtivo que se verificam em consequência da política de direita de sucessivos governos; em terceiro lugar — a adesão de Portugal à CEE e, também, os ruinosos acordos celebrados num quadro de submissão a interesses estrangeiros.

Objectivos sectoriais e prioritários para vencer a crise e desenvolver o distrito de Setúbal

15 propostas mostram que há soluções

A Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP definiu um conjunto de objectivos sectoriais prioritários para vencer a crise existente e imprimir uma dinâmica de desenvolvimento ao distrito de Setúbal, na base das seguintes propostas:

1. Parar a ofensiva anti-constitucional e antieconómica contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, e assegurar efectivo apoio a todas as formações económicas existentes.
2. Aproveitar integralmente a capacidade produtiva instalada no distrito e as potencialidades em infra-estruturas para a implantação de novas indústrias, tendo também em atenção a recuperação e viabilização das indústrias e actividades tradicionais.
3. Viabilizar as empresas do sector da indústria naval, na base do aproveitamento das suas óptimas condições de desenvolvimento tecnológico e da dinamização da sua competitividade no mercado (tradicional e novos), em articulação com a

assegurando o aumento significativo da área de regadio, da produção, e a criação de novos postos de trabalho.

8. Cumprir o princípio constitucional de descentralização do Estado para o Poder Local, respeitando a sua autonomia e garantindo-lhe os correspondentes meios financeiros.

9. Apoiar as acções legislativas conducentes à regionalização, nomeadamente o projecto de lei do PCP que visa instituir, simultaneamente com as outras Regiões a Região Administrativa de Setúbal como base indispensável de desenvolvimento regional.

10. Promover a construção de habitação social e apoiar programas das Cooperativas de Habitação.

11. Melhorar as acessibilidades internas do distrito (rede rodoviária, rede ferroviária, transportes públicos).

12. Desenvolver o aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas da região.

13. Melhorar a prestação dos cuidados de saúde primários e dos serviços de saúde às populações em todo o distrito.

14. Construir no mínimo e com carácter de urgência 6 escolas preparatórias e 4 secundárias, para além das que se prevê entrarem em funcionamento no início do próximo ano escolar. Concretizar a instalação e funcionamento efectivo e definitivo da Escola Superior de Educação e Instituto Politécnico de Setúbal satisfazendo prioritariamente os interesses da juventude e do desenvolvimento regional.

15. Melhorar os salários e as condições de vida das populações, tendo em conta, no mínimo, a inflação verificada no ano transacto.

Ao avançar as propostas que acabámos de citar, a DORS do PCP chama a atenção para três aspectos:

Primeiro
Nas últimas semanas têm surgido várias tomadas de posição e uma ou outra iniciativa, na base de alegadas intenções de resolver ou minorar os problemas sentidos no distrito de Setúbal.

Segundo
Pela sua parte, nas diversas frentes em que desenvolve a sua acção, o PCP tudo continuará a fazer na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e demais camadas da população.

Terceiro
Os comunistas do distrito de Setúbal de há muito vêm apresentando propostas viáveis e exequíveis para resolver os problemas do distrito, nomeadamente através das conclusões da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal (Julho/84) e na Conferência Nacional do PCP «A via de desenvolvimento para vencer a crise» (Março/85).



Novas iniciativas na campanha dos 10 mil

O espaço de convívio do novo CT do PCP na cidade do Porto, que foi recentemente inaugurado, vai ser palco de diversas iniciativas de animação e confraternização. No passado sábado decorreu uma noite de fado que reuniu muitos camaradas num ambiente de alegria e sa camaradagem. Mas, ao espaço de convívio, e já que estamos em tempo de calor, vai juntar-se um outro agradável local — uma esplanada. É verdade! Os camaradas da organização local do Porto aproveitaram o espaço ao ar livre no seu CT para, com muito bom gosto, montarem uma esplanada. A inauguração é no dia 31 de Maio com uma sardinhada, a partir das 15 horas. Entretanto um novo sorteio está aí a sair. Já no próximo fim-de-semana estará em distribuição. Os prémios são sem dúvida aluciantes: um gravador vídeo ou uma televisão a cores, um «ZX Spectrum» e um rádio-gravador. Da tómbola gigante para a Festa do Avante! já demos aqui conta mas nunca é de mais lembrar: a comissão central da campanha vai levar à Festa do «Avante!», entre outras iniciativas, uma tómbola gigante. Tão grande, tão grande, que vão ser necessários 10 mil objectos, o que é obra. Por isso, é preciso começar já e com muito entusiasmo. As organizações preparam-se com empenho para a próxima contagem da emulação, no dia 6 de Junho.



PCP

Plenário da Distrital de Beja

Há um caminho para combater o desemprego e assegurar o bem-estar do povo

Há um caminho seguro e certo para combater o desemprego e assegurar o bem-estar das populações. É o caminho do aproveitamento racional dos nossos recursos, concretizando o Alqueva, aproveitando integralmente as pirites alentejanas, apoiando a Reforma Agrária, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. Este o sentido de uma das conclusões da recente reunião plenária da Comissão distrital de Beja, do PCP.

Segundo aquele organismo de direcção, «a situação económica e social do distrito caracteriza-se

pela crescente degradação e estagnação das forças produtivas, aumento do desemprego e dos salários em atraso, aumento do número de jovens que são forçados a abandonar os estudos por dificuldades financeiras, degradação dos serviços de saúde, vislumbrando-se medidas que podem agravar a prestação destes serviços».

Ao nível das empresas, a Distrital de Beja do PCP chama a atenção para os casos da **Meta-lúrgica Alentejana, Trical, Costa e Silva, Consol** (encerradas), **Euro-Radial** (salários em atraso há vários meses) e da **Coopera-**

tiva de Mira, um caso verdadeiramente «inexplicável» de empresa que não paga aos seus trabalhadores.

Salientando que «a política do actual Governo minoritário do PSD está a provar, no dia-a-dia, a sua incapacidade para resolver os problemas do povo e do País», o plenário da Comissão Distrital de Beja, reunida na capital do Baixo Alentejo, refere:

«A adesão à CEE, ao contrário do que afirma Cavaco Silva, não resolverá os graves problemas económicos e sociais. Antes, irá agravá-los ainda mais, levando à ruína cen-

tenas de pequenas e médias empresas comerciais, industriais e agrícolas, fazendo depender os projectos de desenvolvimento económico das decisões da CEE, pondo assim em causa a independência nacional».

Finalmente «o PCP exorta todos os amantes da Paz a participar, neste Ano Internacional da Paz, em todas as acções que visem contribuir para o desarmamento simultâneo e controlado, nomeadamente o desmantelamento de todas as armas nucleares e por uma política de cooperação com todos os Povos do Mundo».

Célula da Caminho em Assembleia

Determinar no determinante

Prestando contas do trabalho realizado, discutindo avanços e insuficiências, procurando melhores formas de desenvolvimento do trabalho e de resposta às exigências que a actual situação coloca a todos os comunistas — eis como a célula do PCP na Editorial Caminho explicou a realização da sua II Assembleia de Organização realizada no passado sábado no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do nosso jornal, que encerraria os trabalhos com uma intervenção sobre a situação política.

A II Assembleia de Organização da Editorial Caminho funcionou durante toda a tarde, com um primeiro período de trabalhos dedicado a propostas de alteração ao projecto de relatório, seguindo-se um outro para discussão. A eleição do novo secretário da célula e a intervenção política, a cargo do camarada

Dias Lourenço (que presidiu à Assembleia), completariam os trabalhos da iniciativa.

No relatório aprovado foram apontadas duas direcções de trabalho fundamentais: uma, sobre a participação organizada na luta geral dos trabalhadores e do povo português, «contra todas as investidas da direita e defendendo com toda a firmeza o que foi alcançado com Abril»; outra apontando «para a participação activa e consciente, trabalhando em empresas cujos objectivos coincidem com os da luta do povo português e contribuem para a elevação do nível da luta ideológica, cuja importância cada vez mais se faz sentir com os ataques mais grosseiros ou mais subtils contra o nosso Partido e contra a comunidade socialista».

Quanto ao primeiro ponto, foram discutidas questões relacionadas com o funcionamento da célula e o estilo de trabalho (onde se concluiu, nomeadamente, pela vantagem da descentralização de trabalho anteriormente decidida), os núcleos (que mereceram alguns reparos e o apontar de novos métodos de funcionamento), as comissões (de fundos — com balanço positivo; de informação e propaganda — com altos e baixos), a ligação da célula à actividade geral do Partido (Festa do «Avante!» e participação nas campanhas eleitorais, onde se concluiu que houve muito de positivo no trabalho realizado, embora continuem em aberto questões centrais como o melhoramento do trabalho colectivo, o combate à rotina e à falta de espírito de iniciativa, o desenvolvimento do trabalho ideológico).

Quanto à segunda direcção de trabalho discutida e aprovada no relatório, após um preâmbulo onde se define que «a Editorial Caminho e a Editorial «Avante!» são empresas determinantes para a formação cultural e a luta ideológica do povo português, determinantes para a divulgação das ideias progressistas que queremos ver vingar no nosso País», laborando em condições adversas no panorama de uma sociedade capitalista e, como tal, decidindo «que é aqui que empenhamos também uma boa parte da nossa consciência e do nosso empenhamento de militantes», concluiu-se pela importância do melhoramento constante do trabalho da célula no seio da empresa, desempenhando «um papel actuante no sentido da concretização dos objectivos por que o nosso Partido luta» sendo necessário «que as questões tenham um enquadramento político, que haja reuniões regulares e vivas a todos os níveis — Partido, Empresa, ORT's».

1.ª Assembleia da célula do PCP nas autarquias de Santiago do Cacém

Quem enriquecemos nós com o nosso trabalho?

«Prosseguir o recrutamento, dando especial atenção às mulheres, de forma a atingirmos 120 militantes até ao final do ano» constitui um dos objectivos aprovados na 1.ª Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas das autarquias de Santiago do Cacém, no distrito de Setúbal.

O relatório do secretariado cessante e a proposta de composição desse organismo mereceram a aprovação unânime dos 50 delegados presentes na Assembleia, que contou igualmente com a participação do camarada **Carlos Ramildes**, da Comissão Política do Partido.

Os comunistas que exercem a sua actividade profissional nas autarquias de Santiago manifestaram a necessidade de reforçar a ligação e o empenhamento de todos os camaradas na vida da célula e de desenvolver hábitos de trabalho colectivo e discussão, ao mesmo tempo que apontaram, como outra prioridade, o aumento e a melhoria da participação dos militantes na organização e na actividade sindical.

Destaque ainda para outros objectivos de trabalho discutidos e definidos na 1.ª Assembleia: manter a regularidade alcançada na cobrança da quotização; aumentar a quota média para 100\$00 e a distribuição da imprensa do Partido; intensificar a participação organizada nas iniciativas concelhias do Partido, contribuindo, nomeadamente, para assegurar a realização da Festa da Amizade, em Vale Verde.

Uma pergunta

Documento revelador da capacidade, do prestígio, da influência, das deficiências e dos projectos da célula — «o maior organismo do Partido no concelho: somos mais de uma centena de militantes, o que significa que em cada 5 trabalhadores das au-

tarquias há 2 camaradas nossos» —, o relatório aprovado na Assembleia interroga a dado passo: «Quem enriquecemos nós com o produto do nosso trabalho?», respondendo de seguida:

«Os caminhos e as estradas, a água, os esgotos, os edifícios, como as festas e feiras, a ginástica e o desporto, as exposições e os espectáculos, tudo reverte, afinal, em benefício da população do nosso conselho, nós próprios incluídos.

«Isto é um facto tão evidente que até poderia parecer desnecessário pôr a questão, mas que tem para nós consequências muito importantes.

«Nós, trabalhadores, militantes do PCP, pensamos e dizemos



que defendemos os interesses do povo, que lutamos e trabalhamos para resolver os seus problemas, nunca podemos esquecer que um caminho arranjado

melhor, mais depressa, por exemplo, é um problema concreto do povo que foi melhor e mais depressa resolvido: por isso mesmo, porque fazemos o que

dizemos e pensamos, produzimos mais no nosso trabalho em benefício da população do nosso concelho é, para nós, uma forma de luta».

• Lisboa

«O contributo de cada militante para o reforço do Partido»

Encontro da 5.ª Zona

Organização foi tema do recente encontro de militantes da 5.ª Zona de Lisboa, realizado no salão de festas do Bairro do Padre Cruz, na freguesia de Carnide.

Decorrendo sob o lema «o contributo de cada militante para o reforço do Partido», este encontro dedicou-se a aspectos da vida e do trabalho das células de empresa e bairro, formação ideológica, imprensa do

Partido, centros de trabalho, quotização e fundos. Autarquias, juventude e mulheres foram também temas abordados nesta reunião, dirigida por uma mesa em que se encontravam os camaradas Jorge Barata, membro do organismo de direcção da 5.ª Zona, Maria Vilar, presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Maria das Dores, da DORL, e José Cavaco, membro do Comité Central do Partido.

O encontro contou com a par-

ticipação de perto de meia centena de camaradas em representação das organizações de freguesia e locais de Benfica, Carnide, S. Domingos de Benfica e Bairro da Boavista.

Uma das direcções de trabalho definidas aponta a necessidade de realização das assembleias das três organizações de freguesia que compõem a 5.ª Zona até ao final do ano.

Convocado pelo executivo do

organismo de direcção do PCP na zona, este encontro permitiu uma discussão aberta com o relato de experiências de trabalho, em que foi possível fazer o balanço da actividade e perspectivar conclusões para o futuro, com a definição de objectivos que, a serem levados à prática, permitirão reforçar e aumentar a capacidade de intervenção do Partido e a sua influência junto dos trabalhadores e das populações.

Nacional

Saúde

Todos querem diálogo ninguém quer Beleza

Ir à Caixa põe-nos doentes, o preços dos medicamentos às portas da morte. Nas conversas, os primeiros culpados são os trabalhadores. A doença não perdoa e o nervosismo não deixa ver claro. Mas essa não é a verdade. Os verdadeiros culpados estão tranquilamente sentados à secretária ou despejando ministeriais mentiras em frente a uma câmara de televisão. Tudo começa, antes do mais, pela não aplicação de um Serviço Nacional de Saúde e pelo não reajustamento dos meios às necessidades das populações. Mas outros tópicos desta política são, também eles, fundamentais para o estado caótico a que a prestação de cuidados de saúde chegou. É deles que hoje tratamos e prendem-se directamente com a política de pessoal.

Nos últimos anos, são bem conhecidas as lutas dos médicos policlínicos, confrontados com o despedimento e com a não possibilidade de se especializarem.

Mas hoje em dia, é caso para se dizer que os trabalhadores da saúde na sua totalidade se confrontam com graves problemas que se repercutem directamente na satisfação dos problemas da população. Médicos, paramédicos, administrativos, operários, auxiliares e motoristas.

Estes problemas advêm, antes do mais, da não definição das suas carreiras, da ameaça de desemprego que sobre muitos deles paira e com a falta de condições em que são obrigados a trabalhar.

Começemos pelo último destes problemas, que a sua ordem é arbitrária e que enquadra, de certo modo, todos os outros. Sabe-se — pela nossa experiência diária e pelos inúmeros relatos da imprensa — que se vive uma situação caótica nos bancos de urgência dos hospitais civis da capital. Sabe-se também da ineficácia dos serviços de atendimento permanente e dos Centros de Saúde. Recentemente, e pela mão dos mais diversos interessados, o problema dos hospitais distritais veio a lume: estão há sete anos em regime de instalação.

Em conferência de imprensa recentemente realizada, uma delegação de 23 comissões instaladoras de hospitais distritais lembra que o regime de instalação deveria ter terminado em Janeiro de 1985, mas que até hoje nada se fez para obviar a situação, o que leva a que não exista uma definição dos critérios de financiamento — nem a discussão dos

mesmos —, o enquadramento legal das unidades hospitalares e dos seus funcionários, nem os apoios técnicos e financeiros que permitam resolver problemas como a carência de instalações e a degradação das existentes.

Para os trabalhadores da saúde — que quinta-feira se concentraram frente ao Ministério da Educação — esta situação leva ainda a que se pratique «uma gestão arbitrária de pessoal» e a que os trabalhadores não sejam integrados nas suas carreiras.

Definição de carreiras

Estes problemas trazem um outro: a definição de carreiras dos trabalhadores do sector. Em recente luta, os médicos policlínicos obtiveram uma importante vitória neste aspecto, malgrado o papel divisionista da Ordem dos Médicos. Pela definição das suas carreiras estão agora os paramédicos (técnicos de diagnóstico e terapêutica) e os trabalhadores da saúde em luta.

Os paramédicos lutam pela aplicação do despacho 384/B que satisfazia esta reivindicação a partir de 1 de Outubro. O diploma foi publicado mas a ministra da Saúde fez dele tábua rasa.

Os trabalhadores administrativos, operários, auxiliares e motoristas exigem a definição das suas carreiras e o fim dos tarefeiros. A solução que preconizam quanto a este segundo ponto é a integração de todos os tarefeiros no quadro e não, como o pretende Leonor Beleza...

apesar de também falar em «integração» —, o seu despedimento puro e simples. A acontecer o que o ministério pretende, muitos serviços hospitalares — porque são praticamente garantidos por estes profissionais — ficariam paralisados, como é o caso dos administrativos e das enfermarias do Hospital de Santa Maria e das urgências do Hospital de São José.

Imposição não, diálogo sim

«Imposição não, diálogo sim» é uma palavra de ordem que nos últimos tempos se tornou quase corriqueira. Dizem-no os trabalhadores da Função Pública, dizem-no os professores, dizem-no também os trabalhadores da Saúde. Estes últimos afirmam que Leonor Beleza «não percebe nada disto e como não dialoga com ninguém comete argoladas».

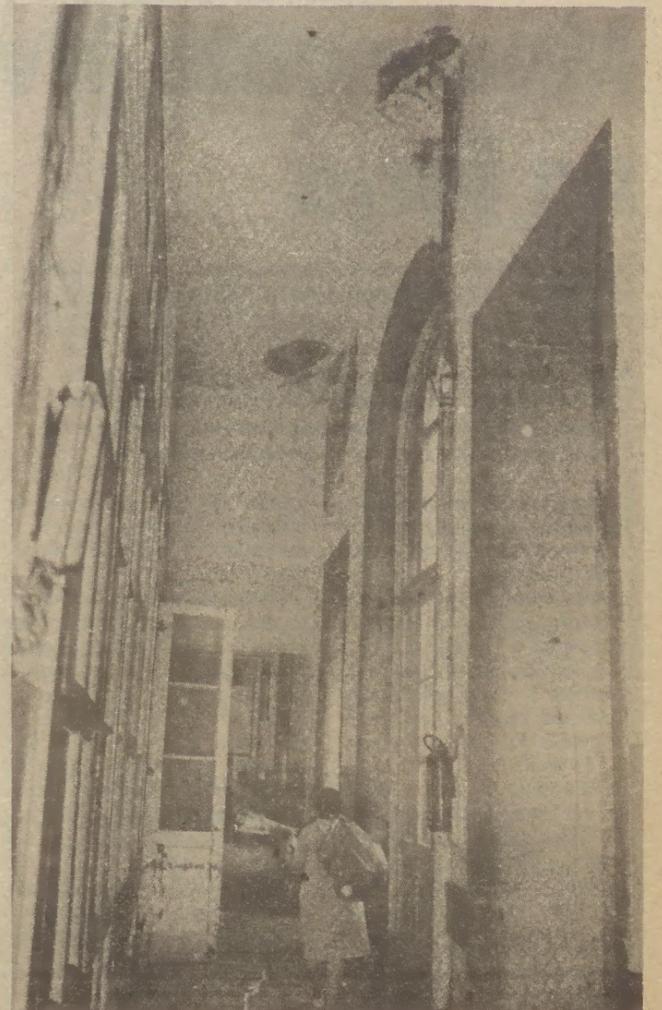
O que se passa será mais ou

menos isto. Leonor Beleza não fala nem com as direcções hospitalares, nem com os técnicos, nem com os trabalhadores. Recusa-se pura e simplesmente a falar e, como tal, faz da prepotência a sua linha de força.

Mais precisamente os trabalhadores afirmam que «sem diálogo não há hipótese de satisfazer as nossas reivindicações. O diálogo é a via de chegarmos a soluções fáceis que não implicam elevados custos».

A luta está firme

A ministra da Saúde não é desta opinião — tal como a totalidade do Governo que integra. Por isso, a luta dos trabalhadores continua. Os paramédicos, em plenário realizado nas instalações do Hospital da Estefânea, em Lisboa, decidiram cumprir 24 horas de greve no próximo dia 12 de Junho e os tra-



balhadores da saúde, marcaram a realização de um plenário em Lisboa até ao fim do mês para decidirem de novas formas de luta. Também as comissões instaladoras dos hospitais distritais afir-

mam que se demitem em bloco se não forem recebidas até ao dia 23 por Leonor Beleza. Três lutas diferentes, duas posições distintas, um mesmo objectivo: o direito ao diálogo e o fim da prepotência.

Seminário sobre o Poder Local e a CEE

Por iniciativa das revistas «Poder Local» e «EC-Economia» realiza-se no próximo dia 24, domingo, um seminário-debate sobre o «Poder Local e CEE». A iniciativa tem como palco o Instituto Superior de Economia, em Lisboa, e começa às 10 horas, estando convidados a participar todos os eleitos e técnicos das autarquias locais, técnicos interessados no processo de planeamento regional e personalidades ligadas à problemática em discussão.

O seminário, em que os temas em discussão serão, mais concretamente, a «caracterização dos Fundos Comunitários e mecanismos de acesso», as «Fi-

nanças Locais e Fundos Comunitários» e o «sistema de planeamento, Poder Local e Fundos Comunitários», tem como objectivos divulgar as experiências já existentes em diversas regiões e autarquias e alargar o debate sobre a necessidade de uma verdadeira política de desenvolvimento regional, de acordo com o projecto constitucional.

Objectivos ainda deste seminário — que segundo os organizadores constituirá «um amplo espaço de diálogo aberto entre quantos se interessam e se interrogam sobre esta tão candente problemática» — é a denúncia das distorções na atribuição dos recursos financeiros e os efeitos

negativos das sucessivas baixas de transferências reais do Orçamento de Estado, aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de acesso aos fundos comunitários e contribuir para o reforço da capacidade das autarquias na elaboração de projectos de acordo com as normas exigidas para a atribuição de verbas.

No texto do convite, os organizadores afirmam que a realização desta iniciativa se prende com as várias questões que a integração de Portugal na CEE têm vindo a levantar às autarquias locais. Como consequência, «as autarquias sentem necessidade de dominar bem os mecanismos de acesso aos fun-

dos e de participar na selecção de programas e projectos».

«Finalmente — e segundo os organizadores — com o aparecimento dos fundos comunitários, ainda se coloca com maior urgência a necessidade de definir e implementar um sistema eficaz de planeamento do desenvolvimento regional que também contribua para uma mais correcta política de atribuição desses fundos.»

Será a todas estas questões que o seminário-debate procurará dar resposta. Uma resposta que melhor será quanto maior for o número de participantes e o debate por eles travado.

Juventude

Encontro distrital

A Organização Distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa realiza este domingo, dia 25, o seu 2.º Encontro.

A reunião, na qual participam cerca de 200 delegados eleitos nas organizações, realiza-se no Cine-Plaza da Amadora a partir das 9 e 30.

O 2.º Encontro Distrital de Lisboa da JCP tem como objectivos analisar os problemas juvenis, a actividade do movimento da juventude e da organização da JCP e apontar as perspectivas

de trabalho para o futuro.

A Organização Distrital de Lisboa convidou ainda para participarem no Encontro dezenas de jovens e representantes das diversas organizações políticas juvenis do distrito.

No final dos trabalhos, realiza-se uma festa-convívio que estará aberta a todos os jovens que nela queiram participar.

Os jovens comunistas do distrito de Lisboa reúnem-se sob o lema «viva a juventude, viva a Paz!».

Acampamento «Mulheres pela Paz»

Os próximos dias 31 de Maio e 1 de Junho vão ser de festa lá para as bandas de Sines, com a realização do acampamento «as mulheres pela Paz», organizado pelo Movimento Democrático de Mulheres.

A iniciativa, integrada no Ano Internacional da Paz, é a primeira de uma série de realizações promovidas pela direcção distrital do Movimento e que se prolongam até ao dia 21 de Junho, com a Marcha da Paz, à qual este Movimento se associou.

Nesta reunião — onde foram

debatidos os principais problemas da condição feminina em Portugal — o MDM constatou «a ausência de medidas governamentais de acordo com as sete reivindicações e vinte e cinco medidas» apresentadas pelo MDM e que visam melhorar as condições de vida das mulheres e a conquista da igualdade de direitos e de oportunidades».

Por isso, foi decidida a solicitação de audiências ao Governo e à Comissão Parlamentar da Condição Feminina.

Em Santarém, realizou-se no

passado domingo o 1.º Encontro Distrital do MDM. Nesta iniciativa, que se realizou na Casa do Povo de Almeirim, fez-se um levantamento dos problemas que mais afectam as mulheres neste distrito, nas suas componentes social, do trabalho e da família.

Em Castelo Branco, o Movimento Democrático de Mulheres promove as comemorações do Dia Mundial da Criança. Da iniciativa, que conta com o apoio da Câmara Municipal, constará a passagem de filmes, jogos e de um lanche para todas as crian-



ças que nele queiram participar. Trata-se de uma realização já com tradições em Castelo Branco.

Nacional

Movimento juvenil na forja

Os mais de 600 jovens do distrito de Setúbal que no domingo se reuniram na Escola Secundária da Amora propuseram a criação de um Movimento Juvenil pelo Direito ao Trabalho e à Aprendizagem. Esta proposta, ainda não estruturada, está agora a ser estudada por um grupo de trabalho composto pela União dos Sindicatos de Setúbal, pela Associação de Municípios de Setúbal — entidade organizadora do Encontro — e pelos jovens que mais se destacaram no debate.

Esta será a mais importante das propostas saídas deste encontro que decorreu sob o lema «que juventude somos, que amanhã queremos». Outra importante conclusão foi a de transformar o Festival da Paz e da Juventude, que se realiza em Alcochete a 15 de Agosto numa importante iniciativa pela Paz e em defesa dos direitos e interesses da juventude.

O Encontro da Amora funcionou em cinco secções. Em cada uma delas, os painéis discutidos foram «educação e ensino», «emprego, desemprego», «tempos livres», «associativismo juvenil», e «que futuro?», tendo os

jovens feito um levantamento da situação juvenil no distrito e perspectivado soluções para alterar a situação.

No que respeita ao ensino, os jovens que participaram neste painel aprovaram a Carta dos Direitos dos Estudantes, lançada por um grupo de estudantes do Maria Amália, de Lisboa, no 24 de Março, e apontaram as dificuldades económicas, a falta de condições de estudo e a desarticulação de programas como factores principais no distrito para o insucesso escolar.

Na discussão sobre emprego/desemprego, os participantes exigiram a atribuição de um sub-

sídio para os jovens à procura do primeiro emprego e sublinharam a necessidade da implementação urgente de um plano de desenvolvimento do distrito de Setúbal, tendo constituído um grupo de trabalho para a preparação da realização de uma iniciativa, ainda este ano, sobre formação profissional.

Na secção sobre tempos livres, os jovens, depois de sublinharem a acção das câmaras do distrito, sensibilizaram as autarquias para a criação de espaços próprios para serem usufruídos colectivamente pelos jovens do distrito.

Na secção «que futuro?», a Paz esteve em foco, tendo sido sublinhada a necessidade de terminarem os esforços armamentistas. «Para a guerra não, para a medicina sim» expressa esse sentir unânime.

Como se pode ver, «o trabalho não parou aqui. Começou aqui!».

Angola e Nicarágua

Solidariedade ao vivo

«Que horror!», exclamou a senhora encolhendo-se de encontro ao marido, mão na boca numa críspação desesperada, os olhos esbugalhados para a fotografia que mostrava uma criança com a perna esfacelada. Ao lado, outras fotografias completavam a amostragem: uma jovem com o rosto desfeito, sobre o qual brilhavam olhos alucinados de dor, outro com a cabeça rasgada por profundo golpe, mais além um velho, depois uma mulher, sempre o sangue e a dor. Eram fotografias de vítimas indefesas dos ataques da Unita, em Angola, expostas em plena Praça da Figueira, em Lisboa, e integradas na jornada de solidariedade de 24 horas com Angola e Nicarágua, realizada entre sexta-feira e sábado últimos, com a afluência de muitos milhares de pessoas.

Mas os horrores perpetrados pelo banditismo da Unita não ocupavam, exclusivamente, a exposição referente a Angola: ao lado viam-se igualmente testemunhos fotográficos do esforço de reconstrução, de paz e de desenvolvimento que mobilizam a pátria de Agostinho Neto, numa luta heróica que não cede face às monstruosas agressões inspiradas e financiadas pelo imperialismo norte-americano e racismo sul-africano.

Tal como a Nicarágua — igualmente com uma zona de exposição fotográfica patente ao público na Praça da Figueira. Os testemunhos do quotidiano nicaraguense mostravam, por um lado, um povo em armas, decidido na defesa da sua pátria e da revolução que constrói no dia-a-dia, e por outro o esforço de desenvolvimento e da paz que é levado a cabo com grande energia, arrosando com todas as dificuldades que a pressão (e a agressão) norte-americana impõem.

Esta jornada de solidariedade com Angola e Nicarágua — que começou às 18.00 da passada sexta-feira e terminou com um comício, às 17.00 de sábado (de que falaremos mais adiante) — teve um palco instalado «junto» à estátua, onde passaram dezenas de artistas e intelectuais portugueses e também dos países

inspiradores da jornada. À noite houve uma vigília, o que fez desta acção um movimento contínuo de solidariedade.

E de gente. Na verdade a zona da Praça reservada à iniciativa esteve permanentemente habitada por participantes ou simples visitantes, que ora apreciavam as exposições atrás referidas, ora se detinham junto à banca montada no local, ora assistiam aos espectáculos ou se sentavam, nos bancos e mesas ali colocados pela organização e que tinham o «apoio» de vários comes e bebes. O comício, na parte final, reuniu talvez a maior multidão da jornada.

Manuela Cunha foi a primeira oradora do comício, lendo uma mensagem da Frente Sandinista onde, a dado passo, se afirmava:

«Os imperialistas não sabem o que um povo digno e livre pode fazer para desbaratar os seus sinistros planos. Nem os imperialistas nem os savimbis nem os somozistas poderão vencer os anseios de progresso e liberdade de Angola e da Nicarágua». Cunha Serra, da Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua, sublinharia que é indispensável a crescente solidariedade internacional para com estes dois povos, no sentido de dificultar aos EUA intervenções

militares que podem desencadear uma nova guerra mundial.

Daniel de Matos, da Associação de Amizade Portugal-Angola, para além de se congratular pelo sucesso da jornada e de censurar o facto de a iniciativa ter sido completamente silenciada pelos órgãos de Comunicação Social estatizada, condenaria ainda o facto de nada ter sido feito até agora para pôr termo às acções antiangolanas desencadeadas a partir de território português.

Adriano Botelho da Cruz, adido cultural da embaixada de Angola em Portugal, encerrou o comício em nome da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP), acusou a administração Reagan de adoptar «medidas de terrorismo de Estado, financiando e armando grupelhos de bandidos com a finalidade de instaurar mais um Estado neocolonial e tribal» em Angola, denunciando «a forma fria e desumana como são dizimadas as vítimas, todas elas civis», estranhando que tais bandos de assassinos encontrem eco em certa imprensa ocidental.

Internacional

Repressão na Jordânia

A violência repressiva abate-se nestes dias sobre as forças progressistas na Jordânia e em particular sobre os comunistas.

No último fim-de-semana foram presos quase duas dezenas de quadros e dirigentes do Partido Comunista Jordaniano, incluindo o seu primeiro secretário, Faiq Warrad.

Em comunicado distribuído em Beirute, os comunistas da Jordânia, na clandestinidade, denunciaram: «Os serviços de repressão e de segurança jordanos lançaram no sábado de manhã uma vasta campanha de prisões nas fileiras dos dirigentes nacionalistas jordanos». E simultaneamente revelam as razões da repressão: «esta campanha terrorista visa pôr fim ao movimento de legítimo protesto que se manifestou nomeadamente através das marchas populares na localidade cercada de Irbid, no seguimento do massacre perpetrado pelos serviços de repressão na Universidade de Wanrmuk e que fez dezenas de mortos e feridos», tendo sido presas na mesma altura centenas de pessoas.

O massacre na Universidade surge como a resposta governamental ao levantamento estudantil, de protesto contra a expulsão de 33 estudantes, «acusados»

de terem participado em manifestações contra a agressão norte-americana à Líbia. Outras manifestações com o mesmo objectivo haviam sido violentamente reprimidas em Aman e diversas localidades jordanas.

Factos que nos introduzem na complexa realidade do Médio Oriente. E nos confirmam que, lá

mantêneas embora, de sectores objectivamente antagónicos pelas camadas de população que os enformam.

E nesta aposta do imperialismo e da reacção na divisão e no confundir das realidades — as vítimas principais são sempre os mais coerentes. Em particular os comunistas. Isto é verdade na

Telegrama de protesto

Para Hussein Ibn Tabal, rei da Jordânia:

Expressamos firme condenação brutal repressão PC Jordano.

Exigimos imediata libertação Faiq Warrad 1.º secretário CC PCJ e outros patriotas presos.

Secretariado Partido Comunista Português
20 Maio 1986

como cá, ainda que em realidades diversificadas, o que de fundamental está em jogo é a batalha de classes. Batalha por vezes obscurecida, e mesmo distorcida pelo peso de graves problemas não resolvidos ou pelo aproveitamento hábil da existência de diferentes etnias e religiões para dividir forças cujo interesse objectivo é a unidade e, gerar actuações paralelas, mo-

Jordânia, como no Líbano, e em muitos outros países do mundo árabe. E não só.

Acresce que no caso concreto da agressão à Líbia ressaltaram com particular nitidez as ambíguas posições de classe de diversos países árabes face ao imperialismo. Como oportunamente foi salientado no seminário de Damasco (que nesta mesma página noticiamos).

Seminário em Damasco contra agressão à Líbia

A agressão contra a Líbia, as ameaças à Síria, e as suas consequências para a situação no Médio Oriente e no Mediterrâneo e para a Paz e Segurança Internacional — foram tema do Seminário, promovido pela revista dos partidos comunistas dos países árabes, «Al Nahj», que teve lugar em Damasco, de 11 a 13 de Maio.

Nele participaram mais de 50 partidos comunistas e organizações e movimentos democráticos e revolucionários provenientes de 27 países, sobretudo de países árabes. O PCP esteve representado pelo camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Realizado poucos dias após a bárbara agressão militar dos

EUA contra a Líbia e no momento em que o imperialismo norte-americano, a pretexto do «combate ao terrorismo», ameaçava directamente a Síria, este Seminário constituiu uma importante afirmação de solidariedade, não apenas com os povos daqueles países, mas com todo o movimento de libertação nacional e social dos povos árabes, que continua a constituir um dos alvos prioritários da política agressiva do imperialismo.

A política de terrorismo de Estado praticada pela administração Reagan, quer directamente, quer através dos seus instrumentos (como os sionistas de Israel e os racistas da África do Sul) foi unanimemente condenada como parte integrante da estratégia do imperialismo norte-americano visando a hegemonia

mundial. Ao mesmo tempo foi sublinhada a decisiva importância do fortalecimento da cooperação de todas as forças anti-imperialistas no combate pelo progresso social e em defesa da paz e posto em relevo o papel da URSS e dos países socialistas como aliado fundamental dos povos árabes e de todos os povos do mundo na sua luta libertadora.

Foi ainda destacada, em numerosas intervenções, a incapacidade de diversos Estados árabes — devido à sua natureza de classe — para se oporem ao imperialismo, sendo firmemente denunciada a repressão de que foram alvo manifestações populares contra a agressão dos EUA à Líbia, como aconteceu designadamente na Tunísia e na Jordânia.



Internacional

Delegação do Partido Comunista Romeno

Uma delegação do Partido Comunista Romeno, encontra-se em Portugal, a convite do PCP.

A delegação é dirigida pelo camarada Ion Coman, membro do Comité Político Executivo e secretário do Comité Central do PCR, e integra os camaradas Horobet Constantin, membro do CC e secretário do Comité Distrital de Satu Mare, e Ion Dan Stefan, da secção internacional do CC.

Ao longo dos dias de perma-

nência no nosso país, a delegação do PCR contactou com diversos aspectos da realidade portuguesa e manteve conversações com uma delegação do PCP.

Hoje, às 21.30, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, realiza-se um comício de solidariedade com o povo e os comunistas romenos, que conta com a presença do camarada Ion Coman e do camarada Álvaro Cunhal.



Camponeses brasileiros formam organização

A luta pela reforma agrária no Brasil está a mobilizar dezenas de milhares de camponeses que formaram recentemente o «Movimento por uma terra livre», durante uma reunião realizada em São Paulo, capital da principal zona agrícola do país.

O manifesto divulgado pelo Movimento sublinha a necessidade da aplicação imediata de uma reforma agrária progressista, como forma de erradicar a ordem semifeudal que continua a prevalecer no campo brasileiro. A terra — afirma-se no documento — não pode continuar a pertencer só aos fazendeiros e latifundiários para quem constitui uma fonte de enriquecimento, quando a maioria absoluta dos trabalhadores rurais vive na extrema miséria, passando fome.

De registar que só no Estado de São Paulo há cerca de um milhão de camponeses sem terra.

Prosseguem entretanto os confrontos entre camponeses e latifundiários pela posse da terra, que de acordo com a igreja brasileira provocaram já a morte de 150 pessoas, entre as quais um sacerdote morto a tiro a semana passada por pistoleiros que as autoridades dizem estar ligados a grandes latifundiários. Segundo a mesma fonte, no ano passado, para além de assassinios, foram incendiadas 37 casas, desalojadas 200 famílias, 1050 ameaçadas de desalojamento e 20 de morte.

Ainda segundo a igreja, não há dúvidas quanto aos responsáveis por estes crimes, pois «é bem conhecida a existência de organizações de proprietários que pretendem impedir a reforma agrária».

África precisa de ajuda

O secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Ide Oumakou, anunciou que os países africanos necessitam de 126 mil milhões de dólares nos próximos cinco anos para levarem a cabo o programa de recuperação económica de urgência.

Espera-se que daquela verba 88 mil milhões sejam conseguidos pelos próprios países africanos, enquanto os restantes 38 provirão de fontes externas, na sequência da sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre a situação económica em África, a realizar no final do corrente mês. Para esta sessão foi preparado um relatório especial que determina o volume de investimentos necessários para cada um dos países africanos, em particular no que respeita ao desenvolvimento da agricultura e produção de víveres.

Na ordem do dia deverá estar também a questão das injustas relações económicas predominantes no mundo (caso da quebra nos mercados internacionais do preço das matérias-primas, os embargos comerciais impostos pelos países ocidentais e as oscilações do dólar americano), que afectam em particular os países em vias de desenvolvimento.

Moçambique critica governo português

O governo português foi acusado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, de continuar a permitir que a organização terrorista da «Renamo» se sirva do território nacional para fazer a sua propaganda anti-moçambicana.

O ministro, que discursava num comício em Nampula, sublinhou que os membros da «Renamo» são «fantoques da África do Sul e dos círculos reaccionários de Portugal», que atentam contra a soberania de Moçambique, e reafirmou que o governo moçambicano não encetará conversações com os bandidos armados. O único diálogo possível, disse, é o das armas.

Luta contra a ditadura no Paraguai

A luta popular contra a ditadura de Stroessner, no poder no Paraguai há 32 anos registou nos últimos tempos um notável incremento que começou já a preocupar seriamente o maior apoiante daquele regime — os EUA.

O Paraguai, que vive actualmente a mais grave crise económica da sua história, está a braços com uma dívida externa de dois mil milhões de dólares, uma inflação da ordem dos 40 por cento, e um desemprego que afecta cerca de 44 por cento da população activa. As reservas do país estão praticamente esgotadas.

O regime de Stroessner, que se tem mantido no poder com o apoio económico e militar norte-americano, traduzido na repressão mais brutal (existem no país 300 mil presos políticos, foram assassinadas mais de 30 mil pessoas e um milhão foi forçado a emigrar), encontra-se praticamente isolado na América Latina e no mundo, sendo evidente que Washington se prepara agora para «facilitar» uma substituição de poder que não ponha em causa os seus interesses na região. Interesses que vão desde bases militares ao papel predominante das multinacionais no país, em particular norte-americanas.

Sacrificar Stroessner será para a administração norte-americana um mal menor, já que o grande «perigo» é que as lutas contra a ditadura conduzam a um verdadeiro regime democrático cujo controlo escape à Casa Branca.

Armas químicas

Tóquio programa inovação Praga exige o seu fim

Tóquio não foi — nem ninguém por tal esperaria — uma cimeira de paz, de desanuviamento da tensa situação internacional. Muito pelo contrário. Foi de guerra. Guerra coordenada, em nome da luta antiterrorista, contra os povos que lutam e afirmam o seu direito à liberdade em todos os domínios, nomeadamente às vias de desenvolvimento socioeconómico. Guerra de provocação anti-soviética, pelo cínico aproveitamento do grave desastre de Tchernobyl. Guerra até entre os sete grandes, no plano económico, muito embora Reagan tenha imposto exigências do capital norte-americano.

Esta a face do — pouco — que foi divulgado.

Agora vão entretanto surgindo novos elementos que não só confirmam este carácter da cimeira dos ricos, como lhe dão mais graves contornos.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Gensher, confirmou que o chanceler Helmut Kohl e o presidente dos EUA, chegaram a acordo no que respeita à produção e instalação de novas armas químicas na RFA, durante a cimeira dos sete.

Claro que os esforços vão no sentido de apresentar esta decisão da forma mais benigna possível, pois bem conhecida é a força que o movimento de paz na RFA é capaz de assumir. Por isso se afirma que, em primeiro lugar, se procederá à retirada das armas químicas norte-americanas da anterior «geração» (até 1992), enquanto as substâncias tóxicas da nova «geração», ou seja, as armas químicas binárias, só seriam instaladas na RFA em situações «críticas».

A verdade é que o Congresso norte-americano aceitou conceder meios para a produção de agentes tóxicos da nova «geração» na condição de os parceiros dos EUA na NATO não se oporem à instalação de armas químicas no seu território nas ditas situações «críticas». Na reunião de ministros da Defesa da NATO a realizar em Bruxelas ainda este mês tudo indica deverá ser definitivamente aprovada a produção de cargas binárias nos Estados Unidos, o que na prática significa aceitar o seu armazenamento na Europa da NATO quando assim for entendido.

Acresce que os dirigentes da RFA referem mesmo já os locais programados de armazenamento. Segundo a imprensa oeste-alemã, prevê-se que as armas binárias sejam instaladas perto de Hanau, Mannheim, Allgau, Pirmasens e Schwarz Vald.

Contra as armas químicas

O acordo estabelecido em Tóquio e a proximidade da reunião da NATO que referimos dá nova acuidade à questão das armas químicas: armas de extermínio em massa cujos efeitos, em muitos domínios, se equiparam aos nucleares.

E se os grandes do capital acertam agulhas para relançar mais este negócio (e grave ameaça), também ao arripio do

que foi consagrado no comunicado final da cimeira Gorbachov-Reagan — a luta contra as armas químicas vem-se desenvolvendo na Europa. Uma batalha em que a República Democrática Alemã tem um papel destacado.

Nestes dias realizou-se em Praga um encontro entre destacados dirigentes políticos do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA — partido dirigente da RDA), Partido Comunista da Checoslováquia, e Partido Social-Democrata da RFA (SPD — o maior partido oeste-alemão na oposição).

Os três partidos apelaram à opinião pública mundial, aos parlamentos e governos da Europa, para desenvolver esforços no sentido de acelerar as negociações com vista a uma proibição global de todas as armas químicas.

Em nome do PSUA, o camarada Hermann Axen, declarou que agora é mais urgente do que nunca, em simultâneo com as negociações sobre a liquidação de armas químicas, intensificar as conversações entre a RDA, a Checoslováquia e a

RFA, no sentido da criação de uma zona livre de armas químicas na Europa central, ideia já avançada em Junho passado.

De Praga, os representantes do PSUA, do PCC e do SPD apelam à Polónia, à Hungria, Dinamarca, Holanda, Bélgica e Luxemburgo — países que confinam com a zona livre de armas químicas proposta — para não estacionarem no seu território as armas que serão retiradas dos territórios da RDA, RFA e Checoslováquia, e ainda à adesão ao acordo, o que levaria ao alargamento da zona livre de armas químicas. A posição da comunidade socialista, no que respeita a toda e qualquer forma de desarmamento, é conhecida. Entretanto, o ministro da Defesa da Holanda, discursando no Parlamento do seu país, declarou que Haia se recusa à instalação das novas armas químicas e não permitirá que as suas FFAA as utilizem. O ministro da Defesa da Dinamarca afirmou que o seu governo não apoia a produção de armas binárias nem a sua instalação na Europa Ocidental.

Dados de uma luta árdua — com perspectivas significativas.



Internacional

Três países são alvo da agressão da África do Sul

● Um exemplo de terrorismo de Estado

«Isto é terrorismo na sua pior versão — terrorismo de Estado» — Foi o comentário do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, à agressão simultânea da África do Sul às capitais da Zâmbia, Zimbabwé e Botswana, três países da Linha da Frente. «Eu tinha avisado que o exemplo dado pelo presidente Reagan seria seguido pelos racistas, e foi o que aconteceu hoje em Lusaka, Harare e Gaborone».

O presidente da Zâmbia levanta assim, de par de um veemente protesto, uma questão bem oportuna: a do terrorismo de Estado como prática política corrente por parte de Washington e dos regimes que contam com o seu apoio.

A pretexto da repressão da luta de libertação contra o «apartheid», dirigida pelo ANC — ou da batalha desenvolvida pela SWAPO pela independência da Namíbia (consagrada mesmo por decisões da ONU) —, a África do Sul tem atrás de si uma longa história de agressões contra países vizinhos, em particular contra Angola, de que ocupa ainda uma faixa de território.

Nessa história de agressões sempre tem contado com o mul-

tiforme apoio do mundo capitalista, mesmo quando em termos diplomáticos por vezes tal apoio é recusado (recordemos, a propósito, o veto dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha à imposição de sanções).

Multinacionais com sede nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, RFA, entre outras, financiam e defendem como seu o regime de «apartheid». Muito embora a heróica luta do povo da África do Sul tenha gerado uma situação em que, na previsão de um futuro com um sistema socio-político enformado pelos interesses de toda a população sul-africana, já se tenham mesmo realizado contactos entre representantes do grande capital e dirigentes do ANC.



Repressão interna, agressão externa — duas faces da mesma moeda

Tudo tem sido feito para abafar a grande luta de massas contra um regime que — nos planos interno e externo — é inequívoco factor de violência, e se caracteriza pelo seu conteúdo inumano.

Manobras demagógicas são avançadas no sentido de tentar dar uma nova imagem ao sistema, mantendo-se intacto nos seus fundamentos.

Manobras que se autodenunciam pela terrível repressão de

que são acompanhadas. Todos os dias morre gente na África do Sul, vítima da repressão. E a luta continua.

A agressões militares aos países vizinhos (e repare-se que já não estão só em causa países como Angola popular, onde se visa também pôr em cheque o próprio regime, porque se tende a todo o custo impedir que frutifique uma opção socialista, pelo valor de exemplo que terá sobre os povos de África) desenvolvem-se num quadro em que simultaneamente se reflecte:

- O medo de Pretória pelo inegável ascenso da luta do povo sul-africano. E se todos os dias morre gente nas ruas das cidades da África do Sul é porque um povo está disposto a pagar qualquer preço pela sua liberdade.

- A presença do total e multiforme apoio do imperialismo ao regime de «apartheid».

O presidente da Zâmbia referiu — e justamente — o exemplo da agressão dos Estados Unidos à Líbia.

Há que somar-lhe o que tem sido a política de ingerência e de verdadeiro terrorismo de Estado praticada pelos Estados Unidos.

E lembrar Granada. E a minagem do porto de Manágua. O cerco permanente, a guerra não-declarada, as ameaças de intervenção directa contra a Nicarágua revolucionária.

Os mísseis Stinger — arma de guerra até agora exclusivamente fornecida aos aliados no quadro da NATO (portanto a nível estatal) — entregues aos bandos terroristas que actuam contra os povos de Angola e do Afeganistão.

A anulação da emenda Clark, que abre portas a um mais intenso e descarado apoio aos ban-

dos criminosos que actuam em Angola (e que, nunca é de mais reafirmá-lo, gozava de toda a margem de manobra aqui em Portugal).

A realização de manobras militares que podem ser equiparadas a actos de provocação e guerra, com destaque para as realizadas na América Central ou nas fronteiras da Coreia socialista.

Uma lista imensa que se alimenta de acções quotidianas contra a luta dos povos pela liberdade — mesmo e também quando passa por manobras de antecipação, como no Haiti ou nas Filipinas.

Weinberger disse em Lisboa que era política dos Estados Unidos o apoio à luta dos povos pela liberdade!...Ou não será antes de defesa dos «interesses vitais» dos Estados Unidos (que já se projectam no espaço...), como múltiplas vezes tem mesmo sido afirmado em sinceras e cinicas declarações de dirigentes norte-americanos?

Os factos falam por si.

Todos os paralelos entre situações forçosamente diversas, têm que ser abordadas de forma relativa. Não podemos naturalmente dizer que o que se passa no Médio Oriente e na África Austral é similar. São batalhas que se processam em condições diferentes.

Mas similar é entretanto a prática desenvolvida pelo imperialismo em ambas as zonas. E tanto num como noutro ponto geográfico Washington conta com a política — que de todas as formas apoia, nomeadamente no plano militar — de regimes racistas e agressivos: **Tel-Aviv e Pretória.**

É nesta perspectiva que temos que situar as novas agressões da África do Sul.

PCP condena

1. O PCP condena firmemente as criminosas agressões militares ontem perpetradas pelas Forças Armadas da África do Sul contra as capitais do Botswana, Zimbabwé e Zâmbia e expressa aos povos destes países soberanos a activa solidariedade dos comunistas portugueses.

2. O PCP repudia e denuncia a arrogância e a insolência com que o governo racista de Pretória tenta justificar e legitimar a sua política de ingerências e agressões contra os Estados soberanos da África Austral. Procurando identificar a luta libertadora dos povos da África do Sul e da Namíbia com o «terrorismo», os racistas da África do Sul prosseguem a mais impiedosa política de terrorismo de Estado, tanto no plano interno como internacional.

É uma evidência que uma tal política não seria possível sem a coordenação e o activo apoio do imperialismo, e, em primeiro lugar, do imperialismo norte-americano. Pelo contrário, ela inscreve-se na política militarista e agressiva conduzida pela administração Reagan à escala mundial, de que são expressão a recente agressão militar contra a Líbia e as ameaças directas produzidas contra a Nicarágua, Angola, Afeganistão e outros países.

3. A política de agressões terroristas da África do Sul contra Angola, Moçambique e Botswana, agora ampliadas ao Zimbabwé e à Zâmbia, encerra perigos gravíssimos, não apenas para os povos da África Austral mas para a própria paz mundial. Ao mesmo tempo, as agressões agora praticadas constituem uma operação desesperada dos racistas sul-africanos para salvar o criminoso regime do «apartheid» cuja abolição a heróica luta do povo sul-africano, conduzida pelo ANC, colocou na ordem do dia.

Reiterando ao Partido Comunista Sul-africano,

no, ao ANC e ao povo da África do Sul, a activa solidariedade dos comunistas portugueses, o PCP apela à classe operária, aos trabalhadores, a todos os democratas para que, pelos meios ao seu alcance, exijam o fim do criminoso regime do «apartheid».

4. As novas agressões racistas contra o Botswana, a Zâmbia e o Zimbabwé, colocam uma vez mais o governo minoritário do PSD perante as pesadas responsabilidades que assume ao prosseguir uma política de alinhamento servil com os EUA na sua estratégia em relação à África Austral. Através de declaração do porta-voz do MNE, o governo condenou formalmente estas agressões. Fé-lo porém de forma ambígua, reticente e nitidamente sintonizada com idênticas declarações dos EUA e dos países da NATO e da CEE.

Que significa aliás uma tal «condenação» quando o governo mantém estreitos contactos de todo o tipo com o regime do «apartheid», quando deixa livre campo de manobra em Portugal às acções dos terroristas da UNITA, da RENAMO e outros instrumentos dos racistas de Pretória, quando na ONU vota contra resoluções visando a aplicação de sanções obrigatórias contra a África do Sul?

O PCP exige uma vez mais do governo que, no respeito estrito pelo preceituado na Constituição portuguesa, seja posto termo imediato às actividades desenvolvidas em território nacional pelos inimigos da RPA, da RPM e dos Estados soberanos assim como medidas efectivas que, de acordo com numerosas resoluções da ONU, contribuam para o isolamento económico, político e diplomático do criminoso regime do «apartheid».

20-5-86

SIP do PCP

AVANTE!

«A Comissão Executiva do Comité Central do nosso Partido lançou no dia 3 de Maio um manifesto ao povo português em que, pondo em destaque o grande significado da jornada do 1.º de Maio em Lisboa, faz um apelo para a organização e a intensificação das lutas dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, dos militares.

«É necessário — diz o manifesto — que as diferentes camadas da nossa população lutem pelas suas mais prementes reivindicações económicas, que por todo o lado se intensifique a luta contra a repressão, contra os assassinatos e pela Amnistia e que ganhem amplitude e força todas as acções contra as guerras coloniais, contra a ida dos soldados, pela vinda de todos os expedicionários e pela Paz mundial.

«E depois de apelar para novas acções de massas pelo 28 de Maio, o manifesto lança palavras de ordem que devem guiar os esforços de todos os antifascistas:

«Reforcemos a unidade das forças democráticas!

«Organizemos muitas e muitas Juntas Patrióticas para dirigir acções de massas!

«Lutemos firmemente pelas grandes aspirações que unem todo o povo!

«Eis o único caminho para o levantamento nacional que conduzirá os portugueses à vitória sobre o fascismo!»

(«Chamemos Novas Camadas do Povo à Luta» — «Avante!», VI série, n.º 329, 1.ª quinzena de Maio de 1963)

Avante!

«Sobre o golpe militar fascista cresceu e desenvolveu-se o poder dos monopólios, o poder dos capitalistas. Dia após dias, em quarenta anos da sua existência, a ditadura consumou a mais nefasta acção contra a classe operária e o povo português.

«(...) 40 anos de fascismo são 40 anos de violência contra a classe operária.

«Em 40 anos de fascismo intensificou-se a exploração da classe operária, introduziram-se os ritmos infernais de produção, cresceu a miséria do povo trabalhador, ao mesmo tempo que as grandes fortunas tomaram um incremento nunca atingido (...).»

(«40 Anos de Fascismo» — «Avante!», VI série, n.º 366, Maio de 1966)

Avante!

«Ao longo dos anos, o governo fascista demitiu milhares de funcionários públicos, entre os quais muitos dos mais categorizados professores e cientistas, médicos, militares, etc.

«Entre as reivindicações do movimento democrático conta-se a reintegração nos seus cargos (ou naqueles a que tenham direito) de todos aqueles que foram demitidos por motivos políticos.

«Na sua demagogia 'liberalizante' e no quadro da chamada 'Reforma do Ensino' de Veiga Simão, o governo procura agora iludir esta reclamação democrática considerando isoladamente a reintegração de alguns professores.

«Urge desmascarar esta manobra, continuando a estalar a reintegração de todos aqueles que foram demitidos por motivos políticos.»

(«Reintegrações» — «Avante!», VI série, n.º 429, Maio de 1971)

João Aniceto
O quarto Planeta

CAMINHO
ficção científica

Em Foco

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 647

22 de Maio de 1986

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

TCHERNOBIL

A VERDADE



Mikhail Gorbatchov na TV soviética:

«A avaria de Tchernobil veio mostrar uma vez mais o abismo em que a Humanidade pode cair se uma guerra nuclear eclodir»

Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbatchov, fez na passada quarta-feira uma intervenção na televisão soviética sobre o acidente ocorrido na central atómica de Tchernobil.

A gravidade do acidente, as legítimas preocupações que suscitou na opinião pública e, em particular, a intensa campanha de desinformação sobre o assunto levada a cabo pelos meios imperialistas, justificam plenamente que a verdade sobre Tchernobil seja reposta e a opinião pública alertada para o que verdadeiramente está por detrás de todas as especulações feitas.

A reprodução integral da intervenção de Mikhail Gorbatchov contribuirá certamente para esse objectivo.

Medidas sérias para uma situação séria

Todos vós sabeis que recentemente fomos atingidos por um triste acontecimento, o acidente na central atómica de Tchernobil, doloroso para os soviéticos e inquietante para a opinião pública internacional. Pela primeira vez defrontámo-nos com uma força tão perigosa como a energia nuclear quando se lhe perde o controlo.

Tendo em conta o carácter extremo e perigoso do sucedido em Tchernobil, o «Bureau» político tomou nas suas mãos toda a organização dos trabalhos com vista a liquidar a avaria e limitar as suas consequências. Foi formada uma comissão governamental que imediatamente se deslocou para o local do acidente, enquanto no «Bureau» Político foi criado um grupo, dirigido por Nikolai Rijkov, para decidir questões práticas urgentes.

No essencial, todos os trabalhos decorrem sem interrupção, dia e noite. Foram mobilizadas potencialidades científicas, tecnológicas e económicas de todo o país. Na região do acidente trabalham organizações de muitos ministérios e instituições da URSS sob a direcção de ministros, destacados cientistas e especialistas, unidades do Exército soviético e forças do Ministério do Interior.

Uma enorme parte dos trabalhos e da responsabilidade foi assumida pelos organismos partidários, estatais e económicos da Ucrânia e da Bielorrússia. O colectivo responsável pela exploração da central atómica de Tchernobil trabalha corajosa e abnegadamente.

O que foi que sucedeu?

De acordo com os relatórios dos especialistas, no período em que estava planeado retirar do serviço o quarto bloco, as potências do reactor aumentaram repentinamente. Uma grande libertação de vapor e a reacção que se lhe seguiu levaram à formação de hidrogénio, à sua explosão, à destruição do reactor e, por esse motivo, à fuga de radioactividade.

Por enquanto é cedo para fazer uma apreciação definitiva acerca das razões do acidente. Todos os aspectos do problema, referentes à construção, ao projecto, às questões técnicas e de exploração da central são objecto de atento exame pela comissão governamental. Naturalmente, de acordo com os resultados obtidos no que toca ao esclarecimento dos motivos do acidente, serão tiradas todas as conclusões necessárias e tomadas medidas de forma a impedir que suceda algo semelhante.

Como já disse, foi a primeira vez que nos defrontámos com uma situa-

ção extrema deste género, que exigiu refrear rapidamente a perigosa força do átomo fora de controlo e limitar o mais possível as dimensões do acidente.

Era evidente que estávamos perante uma situação séria. Era necessário avaliá-la com urgência e com competência. E mal recebemos informação segura original, esta foi dada a conhecer aos soviéticos e enviada pelos canais diplomáticos aos governos dos países estrangeiros.

Com base nesta mesma informação foi dado início aos trabalhos práticos para reparar a avaria e limitar as suas pesadas consequências.

Em tal situação, considerámos dever primordial, um dever da máxima importância, garantir a segurança da população e prestar auxílio efectivo às pessoas afectadas. Em poucas horas foram evacuados os habitantes da vila anexa à central. Em seguida, quando se esclareceu a existência de uma ameaça potencial à saúde das pessoas que viviam nas proximidades, estas foram também deslocadas para regiões seguras. Toda esta complexa actividade exigiu uma rapidez extrema, organização e precisão.

Mas as medidas que foram tomadas não puderam proteger muitas pessoas. No momento do acidente morreram duas pessoas: Vladimir Nikolavitch Chachenok, ajustador de sistemas automáticos, e Valeri Ivanovitch Khodemichuk, operador da central. Foram hospitalizadas 299 pessoas, com diagnóstico referindo leucemia de diferentes níveis de gravidade. Sete destas pessoas morreram. As restantes estão a ser prestado todo o auxílio possível. Foram mobilizadas as melhores forças da ciência e da medicina da URSS, clínicas especializadas de Moscovo e de outras cidades. À sua disposição foram colocados os meios mais modernos da medicina.

Em nome do CC do PCUS e do Governo soviético expresse profundo pesar às famílias e amigos dos sinistrados, aos colectivos de trabalhadores, a todos os que sofreram com este acidente e a todos os que foram atingidos pessoalmente pela dor. O Governo soviético terá em atenção as famílias dos sinistrados e afectados.

A solidariedade

Merecem o mais elevado reconhecimento os habitantes das regiões que receberam solidariamente as pessoas evacuadas. Eles assumiram a infelicidade dos vizinhos como se fosse a sua própria infelicidade. Fiéis às melhores tradições do nosso povo, mostraram-se compreensivos, decididos e atenciosos.

O Comité Central do PCUS e o Go-

verno soviético receberam milhares de cartas e telegramas de soviéticos e de cidadãos estrangeiros que expressam a sua dor e apoio aos sinistrados. Muitas famílias soviéticas prontificaram-se a acolher crianças na época de Verão e ofereceram a sua ajuda material. Muitas pessoas pedem que se lhes permita deslocar-se para trabalhar na região da central avariada.

Estas manifestações de filantropia, autêntico humanismo e elevada moral não podem deixar de comover cada um de nós.

A assistência às pessoas, repito, continua a ser a nossa tarefa prioritária.

Ao mesmo tempo desenvolvem-se na própria central e no território adjacente enérgicos trabalhos com vista a limitar as proporções da avaria. Em condições difíceis conseguiu-se extinguir o incêndio e evitar que este alastrasse aos outros blocos energéticos. O pessoal da central logrou parar os três reactores garantindo a sua segurança. Todos eles são permanentemente controlados.

Uma prova severa, passaram e continuam a passá-la todos: bombeiros, empregados dos transportes, operários da construção, médicos, unidades especiais de protecção química, pilotos de helicópteros e outras unidades do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior.

Nessas complexas condições muito tem dependido da avaliação científica correcta da evolução da situação, uma vez que sem isso teria sido impossível

elaborar e aplicar medidas eficientes de combate à avaria e às suas consequências. Os nossos eminentes cientistas da Academia das Ciências, destacados especialistas dos ministérios e departamentos da União, da Ucrânia e Bielorrússia cumprem com êxito esta tarefa.

As pessoas, a dizer francamente, actuaram e continuam a actuar de forma heróica e abnegada. Creio que haverá oportunidade para citar os nomes destas pessoas corajosas e apreciar condignamente o seu gesto.

Posso dizer com todo o direito que, apesar da gravidade do acidente, o prejuízo foi limitado em grande parte graças à coragem e à mestria da nossa gente, graças à fidelidade ao seu dever e à unidade de acção de todos quantos se empenham na eliminação das consequências da avaria.

Este problema, camaradas, está a ser resolvido não só na região da própria central atómica, mas também em institutos de investigação científica e em muitas empresas do país que fornecem tudo o necessário àqueles que travam directamente um combate difícil e perigoso contra a avaria.

Graças às eficientes medidas tomadas, pode-se dizer hoje que o pior já ficou para trás.

Conseguiu-se evitar as consequências mais sérias. De certeza que é ainda cedo para fazer o balanço final. Não se deve parar. Temos que realizar ainda grandes e longos trabalhos. O nível de radiação na zona da central e no território que lhe é directamente contí-

guo continua a ser perigoso para a saúde das pessoas.

Por isso os trabalhos para a eliminação das consequências da avaria são hoje a tarefa primordial. Foi elaborado e está em vias de concretização um amplo programa de desactivação da área da central atómica e da povoação, dos edifícios e das instalações. Para o efeito foram mobilizados os recursos humanos e técnico-materiais necessários. A fim de evitar a contaminação radioactiva da água, estão a ser tomadas as devidas medidas, tanto na própria central, como no território adjacente.

Os centros de serviço meteorológico vigiam permanentemente o nível de radioactividade na terra, nas águas e no ar, dispendo de meios técnicos necessários e utilizando aviões e helicópteros especialmente equipados, além de postos de controlo terrestre.

É óbvio que todo este trabalho levará tempo considerável e exigirá esforços significativos, devendo prosseguir de acordo com um plano e de forma metódica e bem organizada. É preciso tornar aquela área absolutamente segura para a saúde e a vida normal da população.

É forçoso focar mais um aspecto do assunto. Refiro-me à reacção no estrangeiro aos acontecimentos de Tchernobil. Vale a pena realçar que o mundo, de um modo geral, se mostrou compreensivo em relação ao desastre e as medidas que adoptamos nesta situação complexa.

Agradecemos profundamente aos amigos dos países socialistas a sua solidariedade com o povo soviético nesta altura difícil. Agradecemos igualmente a muitos políticos e figuras públicas de outros países a sua sincera dor e apoio.

Transmitimos o nosso reconhecimento aos cientistas e especialistas estrangeiros que se prontificaram a ajudar-nos a vencer as consequências do acidente. Quero valorizar a participação dos médicos norte-americanos R. Gale e P. Tarasaki no tratamento de enfermos e agradecer aos círculos de negócios dos países que atenderam rapidamente o nosso pedido de aquisição de alguns equipamentos técnicos, materiais e medicamentos.

Damos o devido valor à posição objectiva da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e do seu director-geral, Hans Blix, relativamente aos acontecimentos na central atómica de Tchernobil.

Por outras palavras, temos em grande apreço a dor de todos quantos olharam de coração aberto o nosso desastre e os problemas daí decorrentes.

O aproveitamento político

É, todavia, impossível deixar passar despercebida e sem uma avaliação política a reacção aos acontecimentos de Tchernobil dos governos, políticos e «mass media» de alguns países da NATO, particularmente dos Estados Unidos. Eles lançaram uma desenfreada campanha anti-soviética. O que não foi dito ou escrito naqueles dias! Insinuou-se sobre «milhares de vítimas», «valas comuns», «Kiev deserta», «contaminação de todo o território da Ucrânia» e assim por diante.

Estudantes portugueses em Kiev «Para descanso das nossas famílias e para esclarecimento contra as mentiras e boatos»

Tendo tomado conhecimento da campanha de desinformação que se desencadeou logo após o acidente na Central Atómica de Tchernobil, e que se mantém, nomeadamente na imprensa portuguesa, os portugueses que estudam na cidade de Kiev, consideram importante prestar alguns esclarecimentos.

Na altura do acidente, os estudantes portugueses participavam num grande festival da juventude, dedicado à luta pela Paz.

No dia 30 de Abril, em Kiev decorreu com entusiasmo e alegria uma iniciativa comemorativa do 12.º aniversário da Revolução de Abril.

No 1.º de Maio em Kiev decorreu uma grandiosa manifestação na qual participaram portugueses, nomeadamente um grupo turístico.

Em Kiev, a 6 de Maio, iniciou-se a 39.ª corrida da Paz, em ciclismo.

Estes alguns dados que provam que em Kiev não houve explosões, nem um único morto, nem nuvens de poeira negra, nem evacuação da população.

É com indignação que vamos tendo conhecimento da campanha de diversão e manipulação sobre o acidente de Tchernobil e suas consequências, que têm servido de pretexto para desencadear mais uma cruzada anti-soviética e anticomunista com o objectivo de justificar a política agressiva do imperialismo e procurando impor a corrida aos armamentos, e por outro lado omitindo e desvalorizando as importantes propostas de paz avançadas pela URSS.

A vida em Kiev continuou e continua a decorrer normalmente, como em qualquer cidade da União Soviética.

E, nós, estudantes portugueses, continuamos a frequentar os diversos estabelecimentos de ensino e preparamo-nos para os exames que terão lugar em breve.

Subscrevemos esta carta e pedimos a sua publicação, para descanso das nossas famílias e para esclarecimento contra as mentiras e boatos aí postos a circular.

Agradecemos a atenção dispensada e subscrevemo-nos:

Ana Filipe, Francisco Oliveira, João Braga, Jorge Pinho, José Costa Dias, Paula Santos, Pedro Filipe, Amílcar Fernandes, Maria José, Paulo Marcelo, Fernanda Gutierrez, Catarina Almeida, Henrique Gonçalves, Alvaro Peliz, João Queiroz, Lélío Carmo, Rui Martins, Anabela Fernandes, Ana Rodrigues.

Sintetizando, trata-se de um autêntico amontoado de mentiras, as mais descaradas e maldosas. Embora seja desagradável recordá-lo, é imprescindível fazê-lo para que a opinião pública internacional saiba com o que esbarrámos e para podermos responder à questão sobre as verdadeiras raízes daquela campanha extremamente imoral.

Claro que os seus arquitectos se interessavam pouco ou nada pelas informações verdadeiras sobre o acidente ou pelos destinos da população de Tchernobil, da Ucrânia e da Bielorrússia, como pouco lhes importa os destinos humanos em qualquer outro sítio, em qualquer outro país. O que precisam é de um pretexto para se lhe agarrar e tentar denegrir a União Soviética e a sua política externa, debilitar a influência das propostas soviéticas com vista à cessação dos ensaios nucleares e, simultaneamente, afrouxar as crescentes críticas ao comportamento dos Estados Unidos no cenário internacional e ao seu militarismo.

Para dizer francamente, alguns políticos ocidentais perseguiram objectivos bem transparentes: reduzir a zero as possibilidades de estabilização das relações internacionais e voltar a semear a desconfiança e a suspeita para com os países socialistas.

Tudo isso veio patentear-se nitidamente na cimeira dos «Sete Grandes» em Tóquio. O que disseram ao mundo os seus participantes, contra que perigos alertaram? Acusaram gratuitamente a Líbia de «terrorismo» e sofismaram que a União Soviética lhes forneceu informações «insuficientes» sobre o acidente de Tchernobil. Todavia, não disseram uma única palavra sobre o essencial: como pôr fim à corrida aos armamentos e afastar o perigo nuclear do mundo. Tão-pouco fizeram a mínima referência às iniciativas soviéticas, às nossas propostas concretas de suspender os ensaios nucleares, livrar a Humanidade das armas nucleares e químicas e reduzir os armamentos convencionais.

Como devemos compreender tudo isso? Cria-se a impressão voluntária de que os líderes das potências capitalistas reunidos em Tóquio pretenderam aproveitar Tchernobil como pretexto para desviar a atenção da opinião pública mundial destes problemas que lhes parecem inconvenientes, mas que são por demais reais e importantes para todo o mundo.

O acidente ocorrido na central de Tchernobil e a reacção por ele provocada tornaram-se uma espécie de pedra de toque da moral política, pondo a descoberto uma vez mais duas atitudes diferentes, duas maneiras diferentes de se comportar.

Os círculos governamentais dos Estados Unidos e os seus aliados mais diligentes, com destaque para a Alemanha Federal, tomaram o acidente por uma nova possibilidade de levantar obstáculos adicionais ao desenvolvimento e aprofundamento do diálogo Leste-Oeste, já bastante difícil, e de justificar a corrida aos armamentos nucleares. Mais do que isso, foi empreendida uma tentativa de persuadir o mundo da impossibilidade de negociar e muito menos de firmar acordos com a União Soviética, dando assim «luz verde» ao prosseguimento dos preparativos bélicos.

A nossa reacção à tragédia foi contrária. Interpretámo-la como mais um sinal de alarme, mais uma advertência tenebrosa de que a época nuclear requer uma nova mentalidade política e uma nova política.

Isso reforçou ainda mais a nossa convicção de que a política externa elaborada pelo XXVII Congresso do PCUS é certa e de que as nossas propostas sobre a destruição total das armas nucleares, a cessação das explosões nucleares e a criação de um sistema universal de segurança internacional correspondem às exigências implacavelmente duras que o século nuclear faz aos dirigentes políticos de todos os países.

Quanto à «carência» de informações, à volta da qual foi lançada uma campanha à parte, note-se, de conteúdo e carácter políticos, esta questão é, neste caso, inventada. O seguinte facto confirma esta tese. Todos se lembram de que as autoridades norte-americanas levaram dez dias para informar o seu próprio Congresso e meses para notificar a comunidade internacional acerca da tragédia ocorrida em 1979 na central atómica «Three Mile Island».

Já disse como nós fizemos.

Tudo isso revela quem e como informa o seu próprio povo e outros países.

o verdadeiro problema

Mas a essência da questão é outra. Consideramos que o acidente de Tchernobil, tal como as avarias que tiveram lugar em centrais atómicas norte-americanas, britânicas e outras, colocam problemas muito sérios a todos os Estados que exigem uma abordagem responsável.

Mais de 370 reactores atómicos trabalham hoje em vários países. É um facto. É impossível imaginar o futuro da economia mundial sem o desenvolvimento da energia atómica. No nosso país funcionam 40 reactores com uma potência total superior a 28 milhões de kw. É notório que o átomo pacífico dá muitos benefícios à Humanidade.

Mas, como é evidente, devemos trabalhar com uma cautela ainda maior e concentrar os esforços da ciência e da técnica na garantia da segurança e aproveitamento das grandiosas e tenebrosas forças que o núcleo do átomo encerra.

Na nossa perspectiva, a lição transcendente de Tchernobil diz que as questões da segurança do material técnico, da disciplina, da ordem e da organização são primordiais no avanço impetuoso da revolução científica e técnica. É preciso apresentar as mais rígidas exigências a tudo e por toda a parte.

Mais: consideramos necessário ampliar sensivelmente a cooperação no âmbito da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). O que se pode fazer?

Primeiro. Estabelecer um regime internacional de desenvolvimento seguro na produção de energia nuclear na base da estreita cooperação entre todos os países que usam a energia atómica. No âmbito desse regime deve-se organizar um sistema de alerta e de

transmissão de informações em casos de avarias ou falhas técnicas nas centrais atómicas, particularmente se estas forem acompanhadas de fuga de radioactividade. É igualmente preciso organizar um mecanismo internacional, tanto bi- como multilateral, para facultar quanto antes ajuda recíproca em situações perigosas.

Segundo. Seria racional convocar em Viena, sob a égide da «AIEA», uma conferência internacional altamente credenciada para examinar todo esse conjunto de questões.

Terceiro. Tendo em conta que a «AIEA» foi fundada ainda em 1957 e que os seus recursos e pessoal não estão adequados ao presente nível da produção de energia nuclear, seria útil elevar o papel e as capacidades desta organização internacional. A União Soviética prontifica-se a contribuir para o efeito.

Quarto. Na nossa convicção, é preciso envolver mais activamente na tomada de medidas para garantir a segurança da actividade nuclear pacífica a Organização das Nações Unidas e os seus organismos especializados como, por exemplo, a Organização Mundial de Saúde e o programa das Nações Unidas para o meio ambiente.

Não se deve esquecer, em face de tudo isso, que no nosso mundo interligado existem, paralelamente aos problemas do átomo pacífico, os problemas do átomo bélico que hoje são essenciais. A avaria de Tchernobil veio mostrar uma vez mais o abismo em que a Humanidade pode cair se uma guerra nuclear eclodir. Com efeito, os arsenais nucleares acumulados encerram milhares de catástrofes muito mais terríveis que o acidente de Tchernobil.

O Governo soviético, face ao aumento da atenção prestada à problemática nuclear e tendo ponderado todas as circunstâncias relacionadas com a segurança do seu povo e de toda a Humanidade, decidiu prorrogar a sua moratória unilateral aos ensaios nucleares até ao dia 6 de Agosto deste ano, data do 41.º aniversário do lançamento da primeira bomba atómica sobre a cidade japonesa de Hiroxima, que matou centenas de milhares de pessoas.

Voltamos a convidar os Estados Unidos a ponderar com toda a responsabilidade na gravidade da ameaça que paira sobre a Humanidade e a dar ouvidos ao ponto de vista da comunidade mundial. Que os dirigentes norte-americanos dêem provas práticas do seu desvelo pela vida e saúde das pessoas.

Renovo a minha proposta ao Presidente Reagan para nos encontrarmos sem demoras na capital de qualquer país europeu que se prontifique a receber-nos ou, digamos, em Hiroxima, a fim de acordar a proibição dos ensaios nucleares.

O século nuclear impõe o imperativo de adoptar uma nova atitude para com as relações internacionais e a conjugação dos esforços dos países com sistemas sociais diferentes para acabar com a fatal corrida aos armamentos e melhorar radicalmente o clima político global. Serão então abertos vastos horizontes à fecunda cooperação entre todos os países e povos, o que beneficiaria toda a população da Terra!.

(Os subtítulos são da responsabilidade da redacção) ■

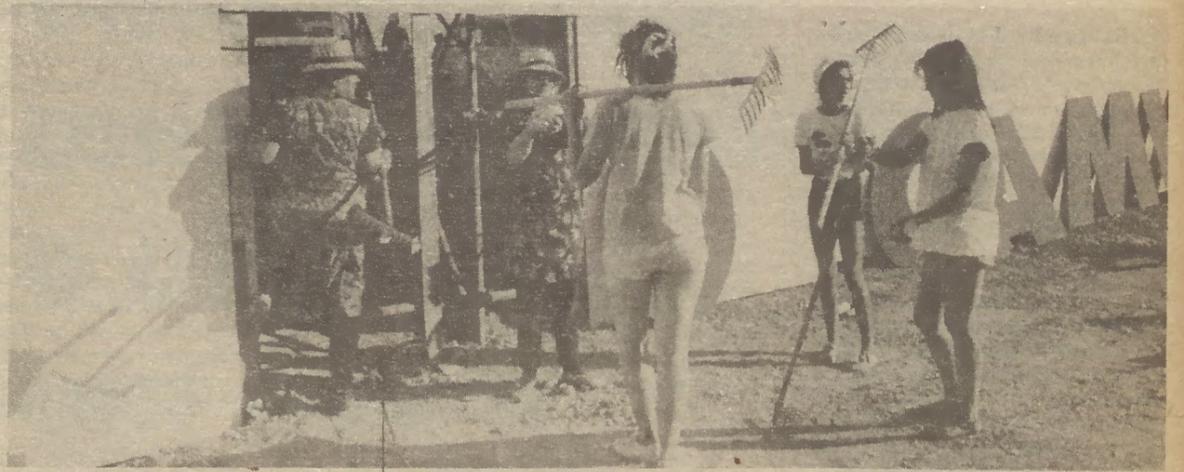


Festa do Avante! ela aí está!

De longe (muito ao longe...) parece um suave campo de golfe à beira-Tejo: o verde ondulado por 20 e tal hectares quase lisos (as interrupções abrigam-se na frescura de alguns renques de árvores), um silêncio quase bucólico e sem dúvida surpreendente para quem considere o quadro envolvente: a ponte 25 de Abril ao fundo, a cidade a desmaiar, ali mesmo, um bulício que entretanto se cansou de chegar.

Cansou?!... Pois esperem-lhe pela pancada! Um dia destes (5, 6 e 7 de Setembro próximos, se querem que sejamos exactos), o bulício andará por ali em pleno — e muito maior que o da cidade, porque é do País inteiro!

Falamos, é claro, do Alto da Ajuda. Falamos, é claro, da «Festa do Avante!», este ano na sua 11.ª edição e neste momento pronta a arrancar. No terreno, para já: «um suave campo de golfe à beira-Tejo» que espera por nós, camaradas e amigos, para que de novo o moldemos ao jeito do Partido que somos e à dimensão da força que representamos — o mundo do trabalho no Portugal de Abril. Para que em Setembro aconteça a Festa — que é de todos — e prossiga a luta — que começa, sempre, por ser nossa. Até ser de todos!

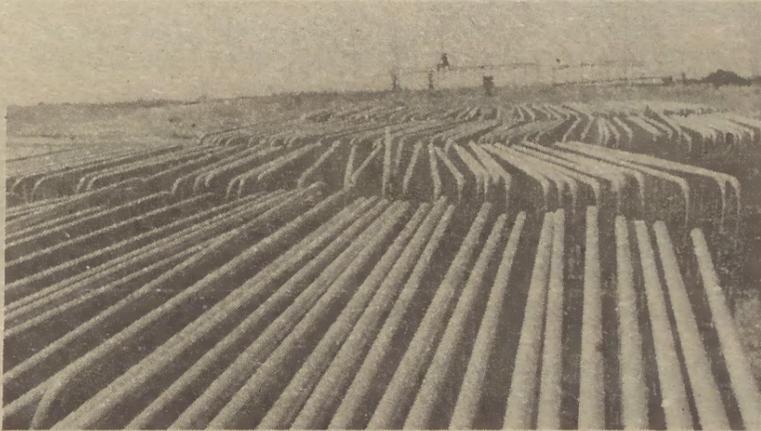


Não há profissão que não sirva, não há habilidade que não possa ser aproveitada, não há esforço que não seja bem-vindo! Entretanto se tiverem ferramenta própria, é levá-la também!

Pode-se dizer que está tudo a postos — só falta meter mãos à obra! Nos estaleiros da Festa os materiais aguardam, arrumadinhos e ao dispor, que de novo os animem e com eles construam a grande cidade. O que hoje se vê silencioso e repousado — naves inteiras atulhadas de milhares e milhares de elementos que hão-de organizar-se, um a um e momento a momento, no grande recinto da Festa — dentro de dias ferverá de bulício, dará o sinal de partida para a primeira festa da Festa: a do trabalho voluntário, a do esforço generoso que, todos os anos, põe o primeiro toque de alegria no vasto recinto.

Falamos com conhecimento de causa. Na verdade é impensável uma Festa do «Avante!» sem alegria, quer durante a sua realização, quer no longo período em que milhares e milhares de homens e mulheres a põem de pé, tubo a tubo, prancha a prancha, pavilhão a pavilhão, rua a rua, palco a palco, ombro a ombro. É um esforço nacional que transporta consigo a genuína alegria do trabalho colectivo, é uma realização colectiva que transmite, a cada um, a alegria incomparável da participação pessoal numa obra de tais dimensões e objectivos. O trabalho voluntário adquire, na Festa do «Avante!», uma dimensão nova. E por duas ou três razões de fácil alinhamento.

Dimensão nova porque se constrói com jornadas onde o esforço individual se aplica, por inteiro, numa obra



Milhares e milhares de peças sossegadamente à espera que lhes ponhamos as mãos, para tecer a maior Festa do Portugal de Abril

que nem está ao pé de casa nem tem nada a ver com eventuais benefícios locais, mesmo que colectivos: é, toda ela, uma realização política, cultural e social ao serviço de todos, comunistas ou não comunistas, num projecto que, não sendo abstracto, também não devolve qualquer tipo de gratificação concreta, como o chafariz que era necessário, se fez colectivamente e agora está ali ao serviço de todos, ou a luta conjunta que obrigou o patronato a dar os tais 20 e tal por cento de aumento. Na Ajuda sabe-se que o trabalho vai, inteirinho, para uma realização que começa, à partida, por ser um acto político.

Dimensão nova porque, sendo a Festa à partida um acto político, tra-

balhar nela é em primeiro lugar um acto de militância. O estímulo para a mobilização move-se, exclusivamente, no campo das ideias e é apenas na base da consciência política, social, cívica e de classe que lá se vai dar o engenho, o esforço e o trabalho.

Dimensão nova porque, com tais pressupostos, é também adequado aqui dizer que a construção e realização de cada Festa do «Avante!» são acontecimentos sem paralelo na vida portuguesa.

Como dissemos, camaradas e amigos, aquele «suave campo de golfe à beira-Tejo» está de novo à nossa espera. Tragam as vossas ferramentas, se as tiverem e... mãos à obra, que é altura de tocar para a frente! ■

Querem novidades?!...

É natural que queiram novidades da Festa. Também já vai sendo tempo de as dar, embora sem o rigor e a abundância com que se fará lá mais para a frente, dado que ainda estamos em fase de acertos. Mas, para já, aqui vão algumas coisas!

O 100.º aniversário do 1.º de Maio vai ter lugar de destaque na Festa, particularmente a nível de exposições, quer as Centrais, quer as das Organizações Regionais. Focará três grandes momentos e datas: os mártires de Chicago (1886), o 1.º de Maio de 1962 em Portugal (ano de grandes lutas político-sociais nomeadamente pelas 8 horas) e o primeiro 1.º de Maio após o derrube do fascismo, em 1974. Articulando-se com esta, haverá mais duas, de relevo: uma sobre o PCP, como o grande Partido dos Trabalhadores, outra sobre a Mulher e o Trabalho.

Relevo também para a exposição de fotografia «Objectiva/86» subordinado ao tema «O Trabalho e a Paz», cujo regulamento será em breve divulgado.

Entretanto novidade, novidade, é a realização do 1.º Festival Juvenil da Festa do «Avante!» orga-

nizado pela Comissão Nacional da Festa, as Organizações Regionais do Partido e a JCP, a que poderão concorrer «jovens portugueses com idades até 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham discos editados por editoras comerciais», como se define no art.º 2.º do regulamento, também a divulgar oportunamente. Sempre adiantamos que «cada concorrente (solista ou conjunto) inscrever-se-á com uma canção de tema livre que será por ele interpretada em português» (art.º 4.º), «não é obrigatório que as letras e músicas das canções referidas sejam da autoria do concorrente» (art.º 5.º), mas nesse caso o autor(a) da música terá de obedecer aos requisitos definidos no art.º 2.º. Os prémios são nos valores de 150 000\$00, 100 000\$00, 80 000\$00, 50 000\$00 e 25 000\$00, constituídos em material e equipamento musical à escolha dos concorrentes vencedores (art.º 7.º). O Festival Nacional, na Festa, será o resultante do apuramento dos diversos festivais locais a realizar por todo o País.

Uma palavra ainda para o programa desportivo a desenvolver nesta 11.ª edição da Festa do «Avante!»: assentou-se, já, na realização de torneios de futebol de salão masculino e feminino, de chiniquinho (várias modalidades) e de damas, que terão a sua finalização na Festa, segundo regulamento a distribuir.

E temos o resto, que é quase tudo: quanto a isso estejam atentos, que não vão faltar novidades!

Até para a semana, camaradas e... todos à Ajuda! ■



Alto da Ajuda: uma planura verde à nossa espera. Vamos ao trabalho!!!

LEI DA SEGURANÇA INTERNA

○ Governo entregou na passada sexta-feira a proposta de lei da Segurança Interna. No dia anterior fora votado em plenário um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo à admissão de uma proposta de lei para autorizar o Governo a legislar em matéria de processo penal. Dois temas que ocuparam a entrevista com o deputado do Grupo Parlamentar do PCP, José Magalhães.

— Qual a pretensão do Governo com o pedido de autorização legislativa cujo parecer foi votado na quinta-feira passada?

— O que está objectivamente em causa é a futura elaboração de um novo Código de Processo Penal. O Código é absolutamente indispensável e vem sendo preparado de há muito por uma comissão revisora, à margem das tempestades políticas de cada momento. O Governo fomentou, porém, o enxerto nesse texto de soluções de dúbia constitucionalidade, restrições inaceitáveis a liberdades dos cidadãos (incluindo a inviolabilidade do domicílio) e, pior do que isso, pretende que a AR não debata profundamente todas as implicações das suas propostas (por isso solicitou uma mera autorização).

Mais grave ainda é que preparou simultaneamente uma proposta de lei de Segurança Interna em que pretende incluir disposições que de certa forma duplicam as constantes da proposta do Código do Processo Penal. É uma espécie de «Código de Processo Penal paralelo» que concede poderes excepcionais às polícias e ao ministro da Administração Interna, permitindo-lhe que autorize interceptações de correspondência e escutas telefónicas (administrativas, sem intervenção judicial prévia) proibidas pela Constituição (e pelo Código de Processo Penal...).

— Trata-se, pois, da recuperação da lei de Segurança Interna já discutida na generalidade na anterior legislatura?

— Trata-se da reincidência em alguns aspectos mais gravosos da anterior proposta...

— Mas o Governo tem veiculado para a comunicação social que a actual proposta foi atenuada...

— Há recuos, há soluções idênticas, há soluções ultrapassadas pelos factos e há até «avanços» gravosos como é o caso da qualificação da PSP como «força policial militarizada»...

Não se atreveram a retomar as tentativas de atribuir às Forças Armadas missões de policiamento que a Constituição lhes veda. Desistiram também de misturar as questões de segurança interna com a resposta às calamidades e catástrofes (a chamada «Protecção Civil» já não consta do diploma agora proposto).

Há no entanto outros aspectos polémicos da anterior proposta que só não constam da actual porque entretanto... foram realizados: o estatuto da PSP entretanto publicado estabeleceu cláusulas anti-sindicais desejadas na altura; o banco de dados dos Serviços de Informações regulamentado na proposta 71/III não consta desta porque foi incluído na lei dos Serviços de Informações (e não se sabe em que medida não será já realidade invasora da intimidade dos cidadãos...). Diga-

— se, no entanto, que o que «sobrou» é de molde a inspirar as maiores preocupações, tanto mais que o Governo procurou dissimular certas opções inconstitucionais (decreta a militarização da PSP em três palavrinhas do art.º 14, n.º 2, alínea b)...

— Considerando a proposta de Código de Processo Penal poderá, então, dizer-se que o Governo dividiu o mal pelas leis...

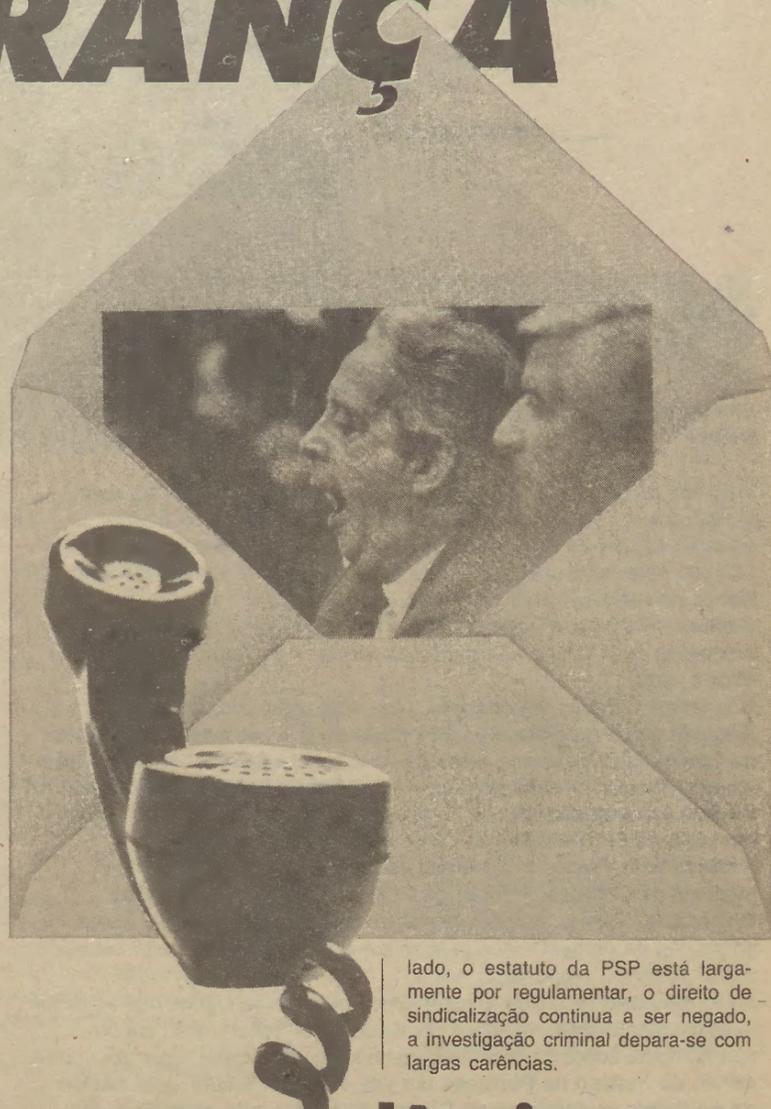
— Exactamente! Quanto ao Código de Processo Penal o mal encontra-se diagnosticado e a terapêutica em curso. O parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, corroborado por declarações em plenário, especialmente dos deputados dos partidos da oposição, vai no sentido de que «qualquer texto legislativo a aprovar na especialidade, mesmo sob a forma (que achamos inadequada) de autorização

edifícios ao encerramento de empresas.)

— Mas são medidas a aplicar apenas aos casos de terrorismo?

— De forma nenhuma! Um dos problemas fundamentais é que se pretende criar um instrumento de aplicação virtualmente universal que pode permitir, por exemplo, que sejam conduzidos «ao posto mais próximo» e aí mantidos incommunicáveis (a proposta refere «pelo tempo estritamente necessário» mas não fixa prazo) quaisquer cidadãos, a pretexto da sua identificação. A leitura do recente Relatório revelado pelo Provedor de Justiça é suficientemente esclarecedora quanto aos abusos já registados neste domínio para que se possa conceber a liberalização do respectivo regime legal.

O mesmo se pode dizer quanto à inconstitucional proposta de concessão ao sr. Eurico de Melo de poderes para mandar interceptar correspondência ou pôr sob escuta o telefone de cidadãos «por motivo de urgência insuperável» quando considere isso indispensável «à prevenção ou repressão do terrorismo e da criminalidade violenta ou organizada». É certo que conhecendo a Constituição e as críticas de partidos da oposição, o



lado, o estatuto da PSP está largamente por regulamentar, o direito de sindicalização continua a ser negado, a investigação criminal depara-se com largas carências.

O Governo quer abrir a correspondência e escutar as conversas telefónicas

legislativa deverá assegurar o cumprimento das disposições constitucionais atinentes às garantias individuais de processo penal definidas na Lei Fundamental).

— Mas existe idêntico compromisso no tocante à proposta de lei da Segurança Interna?

— Creio que as críticas dirigidas pelas diversas bancadas aos aspectos controversos do Código de Processo Penal valerão por maioria de razão (e até redobradamente) quanto a esta proposta. Além de duplicar o Código de Processo Penal ela define uma noção de Segurança Interna demasiado vaga (percebe-se o interesse governamental de tratar questões suscitadas pelos cidadãos e, em particular, pelos trabalhadores como se fossem questões de polícia...). Impõe aos cidadãos em geral deveres de colaboração com os Serviços de Segurança, incluindo o dever de «facilitar» (art.º 5, n.º 1) a actividade dos Serviços de Informações. Fixa para certos cidadãos (trabalhadores da Função Pública e gestores públicos) o dever de delação e outras formas de colaboração, aliás mal delimitadas (sob pena de falta disciplinar grave). Prevê a concessão de vastos poderes de contornos indefinidos a um extenso rol de autoridades de polícia que o Governo ainda poderia alargar. (Essas medidas de polícia, a aplicar em condições indelimitadas, vão desde a vigilância de pessoas e

Governo previu que as medidas sejam «simultaneamente submetidas à validação pela autoridade judicial competente». É um artifício! A Constituição exige para este efeito autorização prévia do juiz. Qualquer outro regime poria a autoridade judicial perante um facto consumado. E como uma coisa é o envio de uma comunicação de escuta e outra o seu percurso, porventura intrincado, até à recepção pelo juiz, a margem para a consumação é vastíssima (porque se não se trata de querer consumir à viva força, então se há tempo para pedir ao juiz uma «validação», há tempo para lhe pedir a autorização que a Constituição exige).

— Será igualmente inconstitucional o Conselho de Segurança Interna que o Governo pretende constituir?

— A questão aí é outra. O Governo sempre aos gritos de que a AR lhe invade a competência, pretende que seja esta a dizer que ministros é que não-de participar no dito Conselho e até quais as competências do primeiro-ministro e do ministro da Administração Interna (matéria que nos termos do art.º 201, n.º 2 da Constituição é da exclusiva competência do Governo). Esta oferta à Assembleia é assim um verdadeiro presente envenenado. Pretende-se que ela edifique mais uma estrutura tentacular chefiada pelo primeiro-ministro. Parece-me evidente, no entanto, que se as polícias andam descoordinadas o Governo pode e já

deveria ter legislado para atalhar o mal. O que não pode é invocar a necessidade de coordenação das polícias para impor à AR a aprovação de um aborto legislativo recheado de inconstitucionalidades.

— Caso os partidos da oposição não aceitem a proposta de lei da Segurança Interna, não haverá o risco de o Governo responsabilizar a AR pelo aumento da criminalidade e do terrorismo?

— Do Governo Cavaco Silva são de esperar toda a espécie de práticas chantagistas. Há que dar-lhes respostas. Entendemos que é extremamente irresponsável e perigoso que se jogue com o medo dos cidadãos e com os sentimentos de insegurança. Mas atenção: é uma matéria em que o Governo não está em posição confortável. Estão hoje em vigor instrumentos legais para o combate à criminalidade cuja aplicação é da inteira responsabilidade governamental. Por isso o Executivo não pode fugir às responsabilidades pelo que nesta matéria se verifica ou venha a verificar.

Por outro lado, é injustificável que não adopte medidas para atalhar a questões verdadeiramente explosivas no aparelho de combate à criminalidade, como sejam a situação do sistema prisional, a escassez de meios ao dispor da Polícia Judiciária, a penúria dos tribunais e, em particular, dos tribunais de instrução criminal, tanto em meios técnicos como pessoais, as insuficiências que tolgem a eficácia das polícias (incluindo as limitações à sua vida interna democrática). É particularmente grave que, por inação governamental, o regulamento disciplinar da PSP — que é inconstitucional, como reconheceu a Procuradoria Geral da República no parecer n.º 90/83 — continue a ser aplicado. Por outro

O Governo prefere agir noutros campos. Multiplica de forma obscura iniciativas tendentes a reforçar os poderes do Serviço de Estrangeiros e outros dependentes do ministro da Administração Interna e lançou uma campanha tendente a estabelecer uma confusão entre a justa crítica da violação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos por agentes policiais e uma suposta (e aliás inventada) campanha contra a PSP.

Ineficaz em relação aos pontos fulcrais de que depende o êxito do combate à criminalidade, o Governo desenvolve ainda intensa actividade em duas áreas altamente preocupantes. Por um lado, a dos Serviços de Informações (cujo Conselho de Fiscalização a eleger pela AR não se encontra ainda em funcionamento e cujo processo de construção os confirma como verdadeira polícia política em regime democrático). Por outro lado prolifera impune o uso de meios informáticos pelas polícias no tratamento de dados pessoais dos cidadãos, à margem de qualquer sistema de controlo. Certas polícias — e ignora-se se os próprios Serviços de Informações — podem dispor hoje, através de interconexões cujo âmbito não é conhecido, de dados ilegais sobre a vida dos cidadãos, porventura de organizações de cidadãos, questão que consideramos da máxima gravidade. O Governo acha excelente e anunciou há dias novo banco de dados (dos Serviços de Estrangeiros).

É a isto que o Governo se dedica e a campanhas contra a AR e não ao necessário combate ao terrorismo, que deve ser prosseguido no quadro do regime democrático, combinando a eficácia nas medidas a adoptar com o pleno respeito dos direitos dos cidadãos e demais normas constitucionais aplicáveis. ■

1.ª ASSEMBLEIA
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL
DA BEIRA INTERIOR DO PCP

COM O PCP
COM ABRIL
DESENVOLVER
A BEIRA INTERIOR



10 DE JUNHO 1986
10 HORAS - CINE-TEATRO
COVILHÃ

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

BEIRA INTERIOR

■ José Paulo Oliveira

A Assembleia Regional do PCP não é só no dia 15 de Junho...

Numa região como esta, com 489 freguesias e 1589 povoações e aglomerados dispersos e por vezes bastante isolados, é claro que se encontram dificuldades e deficiências no trabalho da organização. O que interessa não é apenas detectar problemas, mas sim superá-los ou, pelo menos, abrir perspectivas para isso. (José Soeiro)

Estamos no Centro de Trabalho do PCP na cidade da Covilhã, numa manhã quente de sábado, fria apenas para os homens do PSD, estarecidos com a recepção popular ao Primeiro-Ministro junto da Câmara Municipal: uma vintena de pessoas, que, acabaram também por entrar, no meio das personalidades da região, para o salão nobre da Câmara, revelando-se completamente desnecessária a instalação sonora preparada para Cavaco Silva falar da janela. A Praça do Pelourinho estava vazia...

Não fomos à Beira, naturalmente, para acompanhar a deslocação do dirigente máximo do Governo minoritário do PSD. A nossa presença ali na Covilhã constituía uma etapa de uma reportagem por terras da Beira Interior (distritos de Castelo Branco e da Guarda) para ver por dentro o Partido e a organização, em vésperas da sua 1.ª Assembleia Regional, marcada para 15 de Junho, na Covilhã.

À nossa frente temos o camarada José Soeiro, 38 anos, membro suplente da Comissão Política do PCP, responsável da Direcção Regional do Partido, que, nessa manhã de sábado respondeu a uma imensidão de perguntas que já levávamos na manga e a muitas outras que surgiram a propósito.

De forma muito resumida apresentamos de seguida alguns dos aspectos aí abordados, ficando desde já combinado que voltaremos com um apontamento sobre os encontros mantidos com a nossa reportagem pela célula do Partido na Portucel, em Vila Velha de Ródão, pelo núcleo de mulheres comunistas de Castelo Branco e pelo executivo da Concelhia de Seia (distrito da Guarda), para além das impressões recolhidas pela participação numa reunião distrital de eleitos da APU nas autarquias de Castelo Branco, promovida pelo Partido.

Marcada para o próximo dia 15 de Junho, a 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior do PCP está a ser preparada em todos os núcleos do Partido. A interpretação do significado desta importante iniciativa por parte dos comunistas de Castelo Branco e da Guarda pode ser assim sintetizada nas palavras de José Soeiro:

«Com a Assembleia, no trabalho que está agora a ser dinamizado e no que, naturalmente, se seguirá após a sua realização, pretende-se que os militantes do Partido conheçam melhor a Organização. Pretende-se que a Organização seja mais sensível aos princípios do Partido.

«A Direcção Regional apresentou para análise e discussão um

documento preparatório propositadamente breve, que facilita a leitura e a recolha dos contributos individuais e colectivos nas reuniões, encontros, assembleias e plenários previstos no âmbito da actividade preparatória.

«Há, na verdade, um esforço e uma tentativa para que o máximo de militantes leia e interprete esse documento, dividido em três capítulos essenciais: "a realidade económica e social dos dois distritos", "a 1.ª Assembleia da ORBI não deve ser nem uma repetição nem uma soma das duas assembleias distritais já realizadas" e "reforçar a organização do Partido".

«Em torno da Assembleia é possível, nesta linha de acção, criar um interesse diferente por parte dos militantes no que toca à leitura e discussão de documentos. A Assembleia não será um ponto de chegada, mas um ponto de partida para novos horizontes na vida do Partido. E se as coisas correrem como esperamos, um salto qualitativo será dado, certamente, no trabalho da organização nestes dois distritos.

«A Assembleia tem suscitado entusiasmo e expectativa. A sua volta temos hoje um significativo plano de realizações — nomeadamente assembleias de militantes —, marcadas para antes e depois de 15 de Junho.

«Entre outros exemplos, e falando de células de empresas, posso apontar as convocações das assembleias dos trabalhadores comunistas da Fisel (Seia), Giltêxtil (Covilhã), Portucel (Vila Velha de Ródão), TLC (Gouveia), Minas da Panasqueira, entre outras.

«Já agora, uma referência final para a discussão das intervenções colectivas, em preparação, que serão apresentadas no decorrer da Assembleia. A par da discussão



Entrevista com José Soeiro

José Soeiro ao «Avante!»: 21 por cento dos militantes da Organização Regional da Beira Interior têm mais de 50 anos.

Tem-se destacado a participação de jovens em reuniões promovidas pelo Partido em várias aldeias da região. Recentemente, decorreu na Covilhã um interessante debate com jovens sobre os Estatutos do Partido. Em termos de juventude e de mulheres, há muito trabalho para desenvolver.

dos documentos e da elaboração destas intervenções, há que eleger também em cada organização os delegados à 1.ª Assembleia da ORBI.

Ideias concretas

Para além das questões ligadas ao trabalho partidário, a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Partido dedicará uma atenção especial à realidade económica, política, social e cultural dos distritos de Castelo Branco e da Guarda. Não ficando apenas pela caracterização dessa realidade multifacetada, a Assembleia irá apresentar um conjunto de propostas objectivas para o desenvolvimento da região.

Salientando logo à partida que aprofundar o conhecimento dos problemas e das realidades é tarefa que não se vai esgotar com a realização da Assembleia e que as comunicações colectivas que estão a ser preparadas não podem ser dadas como concluídas quando subirem à tribuna da Assembleia, José Soeiro refere que, sem hesitações, mas com a prudência necessária, os comunistas da Beira Interior podem avançar ideias muito concretas para o desenvolvimento da região, nomeadamente no campo dos grandes projectos, como o da Cova da Beira — «o grande projecto hidro-agrícola da região» — e das potencialidades desaproveitadas ou subaproveitadas, como na agricultura, floresta, têxteis, recursos mineiros, turismo e energia.

Industrialmente dominada pelo sector têxtil, que define a «corda da serra» como zona de mono-indústria (concelhos da Covilhã, Seia, Gouveia, Mantelgas), a Beira Interior — aponta o documento-base da 1.ª Assembleia Regional, em debate nas organizações — caracteriza-se por ser uma região essencialmente agrícola.

Da amêndoa (Foz Côa) à cereja (Fundão), do vinho generoso, dito do Porto (Douro) ao medronho (Zona do Pinhal), da castanha ao pêssego, do trigo ao tabaco, do milho ao centeio, da batata ao tomate, do olival ao pinhal, da ovelha ao bovino, tal é a mostra da realidade. A par desta realidade, encontram-se instaladas na região importantes empresas, tais como a Beral, Tin & Wolfram (minas), Renault Portuguesa (automóvel), Portucel (celulose), Femsa (componentes), Solima (aglomerados de madeira), EDP (electricidade), Alprema (rações), Fábrica Lusitana (farinhas), para além de empresas de transformação de produtos agro-pecuários (Gelgurte, Progurtes, Lactovil, Lactínios da Marofa, Ribeiro & Guimarães, Concentra, Salpol, Cooperativas de Fruticultores, de Produtores de Azeite, Adegas Cooperativas) e de construção civil (Argibloco, Sobetão, Coviga)...

4500 militantes

Como nos revela José Soeiro, a Organização Regional da Beira Interior é hoje um colectivo com cerca de 4500 militantes comunistas, espalhados pelos 25 concelhos dos dois distritos serranos. Uma situação muito diferente da dos primeiros anos a seguir ao 25 de Abril...

«Em Julho de 1974, no 1.º Balanço, a organização contava 266 militantes (246 em três concelhos de Castelo Branco) e duas dezenas em todo o distrito da Guarda.

«Só a partir de 1977 se cobrem todos os concelhos da região. Depois, em 1979, na sequência das decisões do IX Congresso do Partido, os dois distritos passam a constituir a Organização da Beira Interior, separando-se, assim, dos distritos de Coimbra e Viseu, que deram origem à Organização Regional da Beira Litoral (ORBL).»

Com as suas insuficiências, com as suas dificuldades e limitações, a organização do Partido na grande zona serrana é hoje uma realidade. Dela fazem parte cidadãos prestigiados, gente que labuta nas fábricas e na agricultura, nos serviços, nas escolas, nos órgãos do Poder Local, gente que dinamiza a vida sindical e as colectividades e que cada vez mais intervirão de forma directa e actuante nos problemas e nas lutas do povo.

Quanto ao crescimento do Partido, os camaradas da Beira Interior têm também, naturalmente, os seus projectos.

«Os recrutamentos anuais têm decorrido num bom ritmo. Em 1984 aderiram ao Partido 422 novos membros e em 1985 vieram às nossas fileiras mais 244. Em dois anos, fizeram-se pois, 668 recrutamentos. Esta direcção de trabalho continua presente na nossa acção quotidiana, registando-se exemplos muito significativos nalguns concelhos.»

Falando da experiência dos militantes comunistas na região, José Soeiro sublinha que «é fazendo iniciativas que nós crescemos», como dizem frequentemente os nossos camaradas de Famalião da Serra, no concelho da Guarda, que vão realizar a 29 de Junho a sua 1.ª Assembleia da organização de freguesia.

E é na base da experiência colectiva que o responsável da DORBI relaciona o tema agora em foco na nossa entrevista com os objectivos da 1.ª Assembleia da Organização Regional: «Há que realizar um recrutamento dinâmico, orientado para os homens, mulheres e jovens que nas empresas, nos campos, nas organizações populares e de massas mais se destacam na luta pela melhoria das condições de vida e pelo desenvolvimento harmonioso da sua terra.»

Entretanto, «a grande batalha» — conclui José Soeiro — «é estruturar a

Onde estão os comunistas

Considerada politicamente uma «zona difícil», onde persistem elevados índices de caquismo e de forte pressão obscurantista sobre as populações, nomeadamente nos concelhos mais isolados, como os da zona do pinhal no distrito de Castelo Branco (Sertão, Vila de Rei, Oleiros, Prouença-a-Nova), a região que integra esse distrito e o da Guarda, região raiana entre o Douro e o Tejo, conta hoje com um colectivo de militantes comunistas que, apesar das dificuldades, dos obstáculos e das insuficiências orgânicas, participam e dinamizam todas as componentes da vida democrática nos 25 concelhos da Beira Interior.

Os comunistas estão nas comissões de trabalhadores das grandes empresas (da Portucel à EDP, passando pelas do sector têxtil), estão nas direcções sindicais (como sucede, por exemplo, nos sindicatos dos tra-



As Assembleias Distritais de Castelo Branco e Guarda do PCP, realizadas a 9 e 10 de Março de 1985, demonstraram que a Beira Interior tem grandes possibilidades de desenvolvimento e que o seu atraso e as difíceis condições em que vivem as suas gentes não são uma fatalidade.

As Assembleias distritais apontaram, no concreto, muitas das soluções possíveis que contribuiriam para a melhoria das condições de vida dos que nela produzem, sofrendo no dia-a-dia o preço de uma interioridade degradada devido à política dos que em vésperas de eleições tudo prometem, mas que no poder nada fazem.

(Do documento-base em discussão)

organização existente; acompanhar o nossos militantes, enquadrá-los na vida do Partido, responsabilizá-los por tarefas, iniciativas e direcções de trabalho, encontrar e chamar as camaradas que estão desilgados, criar os organismos necessários, formar quadros, numa palavra: melhorar toda a acção do Partido na região.»

Os Centros de Trabalho

Abriu mais Centros de Trabalho e melhorar as condições dos existentes são projectos realizados por José Soeiro no encontro com o «Avante!».

«No total, a nossa Organização Regional conta com 18 CTs, sendo 12 concelhos. Num destes, onde agora nos encontramos, está instalada a DORBI do Partido. Nove dos

balhadores têxteis da Beira Baixa e da Beira Alta); os comunistas estão nas estruturas do movimento sindical unitário; estão nas colectividades e associações culturais; estão nos órgãos de Poder Local, salientando-se a eleição, nas últimas autárquicas, de dois vereadores da APU para a Câmara Municipal da Covilhã e de 5 presidentes de Juntas de Freguesia nesse concelho.

Como sublinha o documento-base da 1.ª Assembleia da Organização Regional, preparado pela DORBI, esta iniciativa deve constituir um processo dinâmico que no plano imediato (até 15 de Junho) conduza à resolução de algumas das dificuldades que nos confrontamos e projecte as linhas de acção futura, a desenvolver pelos comunistas da Beira Interior, por forma a fazer compreender às massas o papel insubstituível da sua luta na resolução dos seus problemas ■

Centros são propriedade do Partido, 5 são casas emprestadas e nas restantes 4 pagamos renda.

«Neste momento, as campanhas de recolha de fundos com mais envergadura decorrem na Covilhã e em Castelo Branco. Os comunistas da Guarda, Seia, Gouveia e Gonçalo também movimentam campanhas com o mesmo fim, embora menos significativas.

«Na freguesia de maior implantação do Partido em toda a região, o Tortosendo, no concelho da Covilhã, estamos em vias de concretizar a compra do edifício onde está instalado o Centro de Trabalho do Partido.»

Também quanto ao funcionamento dos Centros de Trabalho, refere José Soeiro, «há muito a melhorar na Organização da Beira Interior». A vida dos CTs, o seu embelezamento e manutenção, os seus espaços de convívio e de reunião, os equipamentos, a gestão são tarefas que exigem empenhamento, responsabilidade e iniciativa. Disso estão conscientes os comunistas da Beira Interior (um parêntesis para noticiar a abertura do bar e a montagem de uma estrutura metálica para um aparelho de TV a cores no Centro de Trabalho de Castelo Branco).

A terminar esta parte da nossa entrevista, a resposta a uma curiosidade do repórter: sendo Castelo Branco e a Guarda as capitais dos distritos que constituem a ORBI, porque é que está instalada na cidade da Covilhã a Direcção Regional do Partido?

«Por três motivos essenciais: por um lado, é neste concelho que está a maior concentração operária da região; por outro lado, é aqui que o Partido regista a sua maior influência (qualquer coisa como um terço da organização está no concelho da Covilhã); e por outro lado ainda a Covilhã é como que o centro da região, uma ponte de ligação entre os dois distritos.»

Fundos e Imprensa

Considerada por José Soeiro como «uma batalha de todos os dias», a frente de trabalho de fundos regista uma evolução positiva, que se

pretende reforçar no âmbito da actividade preparatória da Assembleia.

«Neste momento o aumento da quotização mostra já sinais positivos. Por exemplo em 210 camaradas contactados, o balanço do aumento das respectivas quotas aponta um valor de 93 900\$00.

«A preocupação com a frente de fundos, a entrega de novos cartões e o aumento da quotização está ligada também à necessidade da actualização do ficheiro, trabalho que está a decorrer em toda a Organização Regional.»

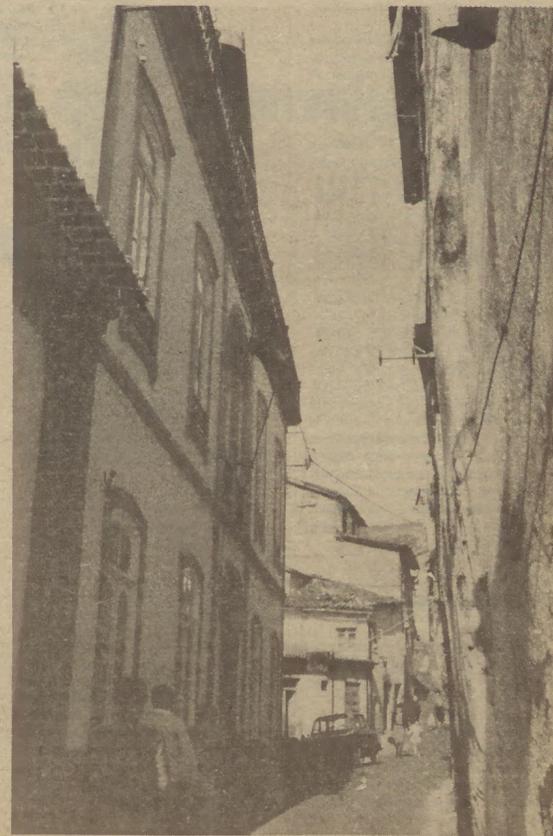
A Imprensa do Partido também esteve em foco na conversa com José Soeiro. E das suas palavras, podemos retirar duas ideias-base: há uma evolução positiva na divulgação do «Avante!» e de O Militante, mas a situação está ainda longe do que seria, a todos os títulos, uma situação razoável.

Nota-se — e nós podemos comprová-lo — em praticamente todos os sec-

Uma bela região, com imensas potencialidades por aproveitar, incluindo o turismo, como sublinha o documento-base, em discussão nas organizações, para a 1.ª Assembleia Regional do Partido

tores da Organização um certo carinho pelo Avante!. Há agora mais freguesias que recebem o órgão central do Partido. Nalguns concelhos, como Seia, por exemplo, assume extraordinário empenhamento o trabalho desenvolvido por camaradas responsáveis pela divulgação e distribuição da Imprensa do Partido. As alterações gráficas introduzidas no nosso jornal foram bem aceites na generalidade dos camaradas e amigos. As organizações estão conscientes da importância do Avante! (pedido semanalmente para 20 dos 25 concelhos da ORBI) e de O Militante.

Mas a outra «face» da questão não deixa de ser preocupante. A distribuição de exemplares do nosso jornal e de O Militante não responde às possibilidades existentes. Ainda não foram encontradas formas de superar as dificuldades resultantes da dispersão das freguesias e dos seus lugares. E, apontando um exemplo específico, José Soeiro refere que o Avante! não chega à cidade da Guarda. E sabe-se que temos lá potenciais compradores e leitores do nosso jornal. Enfim, problemas no circuito de distribuição que temos de superar com urgência. «O Avante!» deve chegar a toda a organização.»



À esquerda, o Centro de Trabalho do PCP na Covilhã, um dos 18 da Organização Regional da Beira Interior



A 1.ª Assembleia da ORBI do PCP reunirá no Cine-Teatro da Covilhã, a partir das 10 horas do próximo dia 15 de Junho

■ João Chasqueira

BAIXO MONDEGO

Agricultores são cobaias de experimentação?

Estendendo-se por um imenso vale de 15 mil hectares de terras férteis banhadas pelo rio que lhe dá o nome, o Baixo Mondego constitui uma zona de extraordinária aptidão agrícola onde predomina o arroz, cereal obtido a partir de técnicas apuradas ao longo de anos e de uma elevada mecanização que colocam esta cultura e a região entre as mais modernas e desenvolvidas no plano da agricultura em todo o País.

Com vultosos investimentos em máquinas e outros meios, com o domínio das técnicas de cultivo, os agricultores do Vale do Mondego — muitos deles com uma vida inteira dedicada a este trabalho — contribuem com uma quota apreciável para a produção nacional de arroz tendo ainda alcançado, mercê de uma luta persistente e organizada, melhores preços e garantias de escoamento.

É neste contexto favorável que surge, porém, de há uns anos a esta parte, o propósito declarado das autoridades oficiais de reduzir numa primeira fase para cerca de metade a área de arroz e de incrementar outras produções em sua substituição sob a alegação de que existiria um baixo rendimento daquele cereal e de que não estariam a ser aproveitadas plenamente todas as vantagens das obras do Mondego.

Capitulação

Mas será mesmo assim? Parece-nos bem que não como o atestam as múltiplas tomadas de posição vindas a público por parte dos agricultores e suas organizações, posições essas em nada coincidentes com as opiniões do Governo, o qual, segundo afirmam, insiste em levar por diante uma política contrária aos interesses dos agricultores e da produção nacional.

Confrontemos, pois, alguns pontos de vista começando por perceber melhor quais têm sido as principais direcções que norteiam a acção governativa de Cavaco Silva, na esteira aliás dos governos que o precederam.

Duas grandes linhas se desenham na sua actuação. Em primeiro lugar, uma **ofensiva legislativa** que passa pela aprovação de novas leis, designadamente por uma nova lei do arrendamento rural, uma nova lei dos baldios e uma lei do emparcelamento e pela aplicação de todos os regulamentos da CEE.

Em segundo lugar, por uma **adaptação mecânica** e sem discussão, digamos mesmo de capitulação, perante os interesses e exigências da Comunidade, orientação esta que poderá conduzir o País a uma política de importações sem critério que condicionará inevitavelmente a produção agrícola em termos de quantidade e qualidade (repare-se, a título de exemplo, com o que se está já a passar com a importação de maçã de Espanha, isto numa altura em que os nossos agricultores estão a braços com o escoamento das suas produções).

Região cobiçada

Como enquadrar então neste contexto a situação do Baixo Mondego? Recorde-se que este vale fértil, onde não faltam as terras, a água e os homens, sofreu importantes transformações físicas sobretudo na última década, transformações essas que o tornaram numa zona cobiçada.

Veja-se o que se passa com as empresas de celulose entretanto instaladas (Soporcel e Celbi), veja-se o caso da Fosforeira que desde que defende que Portugal pode concorrer com a Europa em fósforos anda numa lufa-lufa

para plantar choupos a torto e a direito na região ou vejam-se ainda as tentativas de criar empresas agrícolas capitalistas, intuito a que não são alheias as iniciativas das empresa alemãs interessadas em adquirir terrenos ou as de grandes proprietários (muitos deles absentistas) apostados no alargamento das suas áreas e na ocupação das melhores terras.



Não se confinam ao emparcelamento os problemas que atingem o Vale do Mondego. Na Ereira, freguesia de Montemor-o-Velho, Joaquim Camarada explicou-nos o problema de 50 rendeiros que há perto de um ano vivem sob a ameaça de despedimento de terras onde alguns trabalham há mais de vinte anos, terras pertencentes a Maria Eduarda D'Eça, mais conhecida por viscondessa de Maiorca

E como tem actuado o Governo face a este quadro? Pelo que nos foi dado observar e pelas conversas havidas tudo indica que da pior maneira como o demonstra, por exemplo, o Plano de Viabilização da Exploração Leiteira da Beira Litoral, uma «coisa» de nome pomposo que se destina às explorações com um mínimo de 12 vacas e quatro hectares, isto é, um tipo de exploração que pelas dimensões exigidas exclui à partida destes apoios a esmagadora maioria dos produtores (no concelho de Coimbra apenas uma empresa agrícola está a beneficiar dos apoios previstos no referido Plano).

Copiar a CEE

Pretende ainda o Governo, por outro lado, que o Baixo Mondego, devido



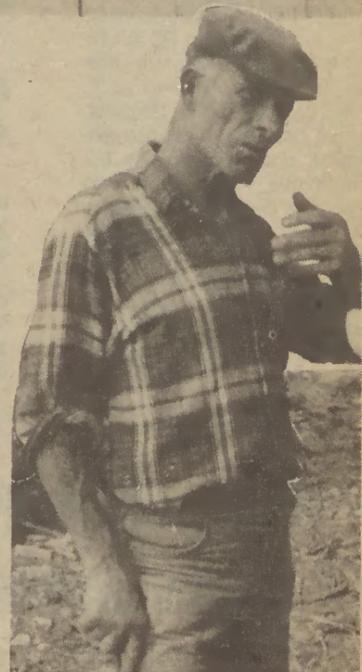
Reduzir para aumentar...

E quanto ao reordenamento agrícola? A este respeito dizem os responsáveis dos Ministérios da Agricultura e do Plano que é preciso aproveitar mais intensamente o Baixo Mondego pelo que — repare-se no paradoxo — defendem a redução da área cultivada de arroz na medida em que é preciso diversificar as culturas.

Sabendo-se que Portugal é altamente deficitário na produção de cereais (com enormes importações, nomeadamente o arroz), sabendo-se ainda que a CEE tem fraca produção deste cereal, afigura-se no mínimo inexplicável, se atendermos a critérios de simples competência, tal posição.

Com efeito, ao contrário do que o Governo está a fazer, tudo parece aconselhar, sim, no respeito pela defesa dos interesses nacionais, a implementação de medidas de incentivo e de carinho no sentido de aumentar e defender esta produção nacional que constitui, hoje, sem dúvida, um factor de equilíbrio da balança comercial e de independência económica.

Aliás, quando o Governo fala na necessidade de incrementar novas culturas importa também esclarecer outros aspectos. Como nos dizia o camarada Vasco Paiva, membro do CC e do organismo de direcção da Beira Litoral do PCP, a substituição destas culturas impõe elevados custos até quanto ao próprio parque de máquinas. «Mudar uma produção para outra exige que o Estado e os organismos oficiais digam com rigor quais as novas produções de que falam, quais os seus custos, quais os seus rendimentos. Impõe ainda que se criem mecanismos financeiros para que o agricultor não seja prejudicado e, pelo contrário, seja estimulado.»



João Leal: «encaro esta situação com apreensão. Se me tiram isto fico desgraçado»

Plantar gambozinos

«Se me disserem que plantar gambozinos é mais rentável, dá mais dinheiro, eu vou fazer gambozinos», dizia-nos a propósito com uma ponta de ironia Mário Galvão, agricultor que amanhã com o pai 40 hectares de arroz na freguesia de Carapinheira do Campo, concelho de Montemor-o-Velho. «Mas a verdade é que eles ainda não disseram quais as novas culturas que são mais rentáveis e esta espera gera preocupação e insegurança entre os homens do campo.»

Na verdade fala-se em novas culturas mas o que é certo é que até ao

Afonso Mano: «as pessoas que assinaram estão a ser enganadas. Está tudo revoltado!»



momento ainda ninguém explicou quais são. Sabe-se que foram feitos campos de experimentação perto de Coimbra (Campo de Bolão e na Quinta do Canal, entre outros) mas até agora ainda não foram dados a conhecer os resultados neles obtidos.

Bem pelo contrário — e a este respeito não subsistem dúvidas — sabe-se que algumas variedades de arroz experimentadas na região, essas sim, já atingiram os 6000 quilos e mais, por hectare.

Assim sendo, como entender por exemplo que se fale em substituir o arroz pela produção de leite e carne quando se sabe que a CEE é excedentária nestes produtos ou quando se fala em substituir por hortícolas quando é sabido que um único concelho bastaria para inundar o País, facto a que importa juntar a não existência na região de indústrias agro-alimentares que procedessem à respectiva transformação dos produtos hortícolas.

Desorganizar a produção

Com as suas explorações dimensionadas e equipadas para esta cultu-

ra, com um domínio das técnicas que levou muitos anos a aperfeiçoar, com uma elevada mecanização da produção agrícola (um dos maiores parques de máquinas do País), com boas produções quer em quantidade quer em qualidade, os agricultores do Baixo Mondego encaram pois com sérias apreensões a reconversão que o Governo pretende fazer nas suas terras e na sua vida.

A irem por diante tais projectos — o que parece altamente improvável dada a crescente consciência e capacidade de luta dos agricultores — isso representaria a destruição de explorações rentáveis para construir uma nova dimensão que ninguém conhece. Seria a desorganização da produção e da exploração agrícola. Seria a aplicação de um plano que não associa agricultores nem organiza produtores e apenas beneficia quem não tem função activa na terra.

Daí a crescente revolta que se instala entre os homens do campo do Vale do Mondego, prenúncio de que não se afigura fácil a tarefa dos que pretendem — à custa dos que trabalham a terra — impor modelos importados em benefício exclusivo dos grandes proprietários e dos grandes intermediários e industriais. ■

José Cruz: «estou farto de pedir que me expliquem por que é que me tiram as terras para dar a outros que precisam menos do que eu mas eles não explicam»



Mário Galvão: «fala-se que dos cerca de nove mil orizicultores existentes pretendem reduzir esse número para pouco mais de setecentos e que das 30 mil explorações actuais querem passar para 5700»



Lei coerciva e arcaica

tira aos pequenos para dar aos grandes

«Sou agricultor com 48 anos e toda a minha vida foi ligada à terra. Vi-me perdido para comprar umas terras antes de 1974. Estava convencido que o emparcelamento fosse de outra maneira. Eles disseram que não mexiam nas vinhas e pomares e que era juntar as pequenas parcelas às maiores. Não é verdade. Não estão a cumprir nenhuma das promessas feitas. Estou farto de pedir que me expliquem porque é que me tiram terras boas para dar a outros que precisam menos que eu e eles não conseguem explicar». As palavras são de José Mendes Cruz, agricultor, um dos 587 abrangidos pela acção de emparcelamento «piloto» levada a cabo na freguesia de S. Martinho do Bispo, a segunda freguesia em extensão e população do concelho de Coimbra.

A sua opinião, expressa em palavras e gestos de mágoa e revolta, é partilhada pela grande maioria dos agricultores e rendeiros afectados por esta experiência que, segundo nos garantiram, irá desorganizar a produção e as explorações agrícolas.

Faltar às promessas

Para este descontentamento, segundo nos afirmou Afonso Alves Mano, 74 anos, há 60 ligado à agricultura, existem fundamentalmente quatro razões. A primeira, tem a ver com

os critérios de avaliação dos terrenos, ou seja, uma incorrecta pontuação que originou que terrenos de primeira fossem classificados como de terceira e vice-versa.

Um segundo aspecto prende-se com o facto de os organismos oficiais não terem cumprido promessas anteriormente feitas, designadamente a promessa da entrega de terras da mesma qualidade, de que não tocariam em vinhas e pomares, de que procederiam ao emparcelamento apenas em terrenos com mais de um hectare e de que dariam direito de preferência a quem assinasse.

Um terceiro aspecto diz respeito ao facto de os rendeiros «não terem sido vistos nem achados», não fazendo parte activa em todo este processo que, de acordo com as autoridades, diz respeito exclusivamente aos proprietários. Deste modo dezenas de rendeiros são pura e simplesmente banidos da questão perdendo os direitos de contrato de arrendamento e não podendo sequer adquirir os novos terrenos.

Por último, importa sublinhar que deste emparcelamento, cuja cadastro ficou concluído em Março último, saíram claramente beneficiados os grandes proprietários (alguns deles nada tendo a ver com a agricultura) os quais ficaram com as melhores terras enquanto que os agricultores que dependem economicamente do cultivo desses terrenos foram mandados para terras de qualidade inferior, que produzem mal, sem valor, terras que só criam felgas.

À frente dos bois

«Não só me deram terras de menor qualidade como ainda por cima são terras afastadas. Sempre pensei que podia comprar uns bocaditos em que trabalho há dez anos que são pertença dos serviços da Direcção-Geral mas só o mês passado é que soube que não só não podia comprar essas terras como ainda me vão tirar aquelas de que sou proprietário», refere ainda o José Mendes, considerado o maior produtor hortícola da freguesia semi-rural de S. Martinho do Bispo, que nos garante ser sua intenção não assinar nada: «as minhas filhas foram criadas à frente dos bois. Passel muitos sacrifícios para lhes dar uma vida melhor. Sempre lutei pela agricultura e não estou disposto agora a que me roubem o que conquistei com muito suor».

Opiniões idênticas encontramos, aliás, em todos os homens com quem conversámos. Ouçamos João Pires Leal, de 61 anos, reneiro: «amanho este terreno há dez anos e é com ele que governo a minha família. Daqui retiro o milho, as batatas, o feijão e as couves para todo o ano. Já ando a preparar e a adaptar estas terras há muitos anos e agora que elas estavam a dar é que isto me acontece. Até há coisa de uma semana era obrigado a fazer quatro horas de caminho (ida e volta) para chegar à propriedade que fica no

Agrijó; tinha que ir ao açude, Choupal abaixo, para lá chegar. Agora que finalmente abrimos esta passagem sobre o Mondego é que me querem tirar a terra».

A ser enganados

«Em 1985 o engenheiro Nelson disse-me que dado que eu só tinha terrenos de primeira e segunda, tinha preferência na escolha. Agora dizem-me que não podem juntar as terras nem cá em cima nem lá em baixo e querem-me dar terrenos de qualidade inferior noutra sítio onde não tenho nenhuma propriedade». As palavras são já de Afonso Mano, com propriedades no lugar das Redondas e nos Amieirinhos que não se conforma com a ideia de perder as terras em que o seu «falecido pai sempre trabalhou», e que nos garante que «os que assinaram estão a ser enganados» e que está disposto «a defender por todos os meios» o que é seu. «Têm que me dizer — afirma, peremptório — por que é que me tiram as terras boas para as darem a outros e me atiram a mim para terras com arela».

Lei coerciva

Explicadas estão, pois, embora sucintamente, as razões para o descon-

tamento e para a revolta que percorre os homens do campo de S. Martinho do Bispo e que podem alargar-se a todo o vale.

Em causa estão não apenas a aplicação de uma lei coerciva que põe em causa a produção e a exploração agrícola — recorde-se que as explorações de rendeiros constituem a grande maioria da região sendo a sua percentagem já em 1963 de cerca de 60 por cento — como favorece escandalosamente os grandes proprietários em detrimento dos que têm uma função activa na exploração da terra.

Esquecem-se que o desenvolvimento agrícola se faz com aqueles que produzem e que os pequenos agricultores têm índices de produtividade indiscutivelmente superiores aos grandes.

Não se pode seguir uma política que em vez de aproveitar toda a produção agrícola, em vez de acarinhar e estimular os que produzem procura impor de forma violenta os seus pontos de vista, tirando o meio de vida aos que devem sacrifícios e uma dedicação ímpar geram uma riqueza imprescindível ao País.

Os grandes responsáveis pelo atraso na agricultura continuam a ser os governos de direita, os grandes intermediários e industriais. É por aí que devem começar as alterações e reconversões com vista ao progresso e desenvolvimento e não por um processo de emparcelamento que nem o fascismo conseguiu levar por diante. ■

■ Lígia Calapes

SOCIALISMO

a arma da verdade

São díspares — e mesmo contraditórias — as imagens que se nos pretendem impor de socialismo. Apesar dos inegáveis e gravíssimos problemas sociais, a liberdade, a democracia, seriam característica da «aberta» sociedade capitalista. Do outro lado do mundo — na comunidade socialista — a realidade quotidiana seria de opressão e de atraso (em aberrante contradição com o nível técnico exigível para que possa constituir «perigo» para o mundo capitalista, no quadro militar), agressividade e limitação dos «direitos humanos». Imagens tão falsas como as do incêndio de uma fábrica de Trieste, passadas nos nossos ecrãs como se viessem direitas do local do desastre do reactor nuclear na Ucrânia. E só possíveis na base do silenciamento sistemático da realidade socialista (importa ter presente que cerca de 90% da informação em todo o mundo é veiculada pelas maiores agências de informação do mundo capitalista), da sistemática manipulação dos factos.

O objectivo é claro: negar a própria possibilidade de mudança, negar a alternativa que de facto constitui o socialismo. E tanto mais quanto o socialismo se afirma numa prática cada vez mais difícil de escamotear aos olhos dos povos: na batalha da paz.

Do que é a deturpação e a calúnia, o silenciamento da verdade em relação à realidade socialista, temos o exemplo bem próximo do arraial de anticomunismo, a propósito — ou despropósito — de Tchernobyl. E paralelamente a pesada cortina de silêncio que caiu sobre a realização histórica que foi o Congresso do PCUS ou o

plano de paz Gorbachov, divulgado em 15 de Janeiro.

O facto é que alimentar a ignorância e uma imagem deturpada e invertida das realidades é vital para o imperialismo. Não por acaso Gorbachov afirmaria em discurso aos trabalhadores de Togliatti: «No que nos diz respeito devemos ter presente que a frente principal **para garantir o sucesso da luta pela paz** consiste em atingir os objectivos no que respeita ao aperfeiçoamento da sociedade socialista. O estado da nossa economia nacional, o desenvolvimento da ciência e da técnica, a transformação qua-

litativa da economia, o desenvolvimento do potencial espiritual, intelectual e moral da União Soviética são determinantes. Em última análise, tudo se joga no trabalho de cada um de nós. Em síntese, uma economia forte e saudável é o garante do sucesso da política de paz. É o que se chama a ligação entre a política externa e a política interna.»

O tempo trabalha a nosso favor.

Neste nosso pequeno planeta, que a evolução histórica e hoje mais ainda a revolução técnico-científica, transformam numa única realidade estreitamente interdependente, englobando a profunda contradição do frente a frente de dois sistemas antagónicos, sob a ameaça colectiva da possibilidade de autodestruição — a arma do silenciamento e da calúnia tenderá a tornar-se arcaica. Como as outras.

E a arma da verdade do socialismo assumirá carácter altamente mobilizador.

É essa mesmo que utilizamos.

Abordando de momento apenas algumas questões interligadas e profundamente sentidas — por vezes da forma mais dramática — no mundo capitalista: a realidade do trabalho e do emprego, as perspectivas dos trabalhadores e da juventude nesse domínio, nas condições da revolução técnico-científica.



Juventude — Uma outra perspectiva

A juventude é vulgarmente proclamada como senhora e garante do futuro. Afirmá-lo é rotina. E muitas vezes fórmula utilizada para melhor vender shampoos, blusões ou música. Ou pior: para mobilizar no sentido do apoio de políticas anti-sociais, manobrando com a falta de experiência.

A realidade da juventude em capitalismo é neste momento particularmente difícil. Ensino degradado. Desemprego. Trabalho instável, mal pago e inadequado à classificação adquirida. Em síntese: fecha-se a porta do futuro na cara da nova geração.

No fundo a negação de perspectivas à jovem geração é um claro sintoma da falta de perspectivas do próprio sistema capitalista.

Para o socialismo, a juventude de hoje é a massa de homens e mulheres que vai moldar o próximo século. E que para isso deve ser preparada. E gozar das garantias sociais para a concretização de uma vida rica de conteúdo.

Em termos práticos, tal perspectiva reflecte-se em todos os domínios: na preparação, nas regalias, nas responsabilidades assumidas. Na garantia fundamental de um posto de trabalho

adequado à qualificação adquirida, harmonizando interesses sociais e desejos pessoais.

Cingimo-nos a um pequeno punhado de exemplos.

- A actual geração de operários é a mais preparada técnica e culturalmente de toda a história da URSS. 94% dos jovens operários industriais formou-se em escolas superiores ou secundárias. Englobando outras categorias de operários o índice é de 80% (cerca de 8% em 1945). O número de escolas técnico-profissionais secundárias — onde simultaneamente se aprende uma especialização e se termina o curso do ensino médio geral — aumentou, entre 1970 e 1983, de 600 para 4800.

- 20 milhões de jovens soviéticos participam em organizações e estruturas ligadas à inovação técnico-científica e são responsáveis por um terço das novas técnicas implantadas ao nível de todo o país. A produtividade do trabalho nos colectivos de jovens é de 12 a 15 por cento superior e a flutuação de quadros de 3 a 5 por cento inferior ao nível geral. Existem no país mais de 600 mil colectivos deste tipo, juntando mais de 5 milhões de jovens.

60 por cento dos jovens tomam parte em diversas formas de gestão da produção.

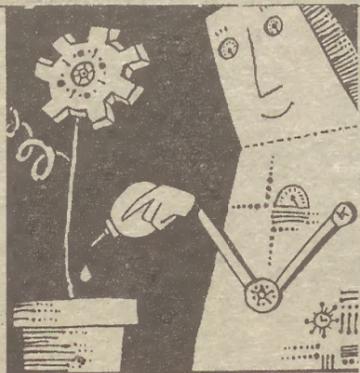
- A cláusula «educação, instrução e organização do trabalho dos jovens»

é obrigatória nos contratos colectivos. A administração compromete-se a criar condições, não só de trabalho, como no que respeita às condições de vida e tempos livres da juventude

assim como para a elevação do seu nível de instrução e qualificação.

Os jovens trabalhadores têm jornada de trabalho reduzida com salário igual e facilidades para estudo. ■





A única resposta possível

O 27.º Congresso do PCUS traçou directivas no sentido de um salto qualitativo no processo de desenvolvimento socialista soviético.

Em termos económicos, isso significa, por exemplo, que já no decurso deste 12.º quinquénio (considerado crucial) — 1986-1990 — o nível de automatização deve duplicar.

ram despedidos nos últimos 5 anos; na RFA preconiza-se o despedimento de 200 mil trabalhadores até final da década em curso.

Na União Soviética, entre 1981 e 1984, 3 milhões de trabalhadores saíram do sector industrial. Nenhum ficou sem trabalho, como é lógico, no quadro de uma sociedade onde o desemprego

gente a trabalhar onde não seria necessária. O que aliás hoje entraria em aberta contradição com os níveis de aumento de produtividade previstos (130 a 150 por cento até ao ano dois mil).

Que acontece na URSS aos trabalhadores afastados das suas tarefas clássicas pela aplicação da revolução técnico-científica?

Estamos antes de mais perante dois sistemas com lógicas antagónicas. E ainda com possibilidades diferentes. Para o socialismo trata-se do integral aproveitamento das suas possibilidades. Para o capitalismo — defrontar as condições insolúveis em que o próprio avanço da base técnico-científica o enreda.

Assim, como bem o sabemos, pela nossa própria experiência, é política actual do capital — generalizada — o corte nas **despesas sociais**. Isso quer dizer dificuldades acrescidas de vida para todos os trabalhadores. Mas não só. Quer dizer também menos postos de trabalho num sector em que o trabalho humano é condição de qualidade e que portanto seria privilegiado na absorção de mão-de-obra liberta pelos sectores directamente produtivos.

Por outro lado, os próprios avanços tecnológicos impõem-se reforçada preparação ao nível de informação e cultura dos trabalhadores, e a reciclagem dos que mudam de sector. O que se passa vai ao arrepio dessa exigência. Para citarmos um exemplo: no exercício financeiro de 1986, as verbas atribuídas ao ministério do Emprego nos EUA para reciclagem de desempregados foram reduzidas em 28%.

É a lógica do sistema que se impõe. O que não dá lucro não interessa. Pelas mesmas razões a actividade especulativa — e não investimento produtivo — assume proporções consideráveis.

Na União Soviética as estimativas apontam para a **reciclagem** anual de 4

milhões de trabalhadores, devendo um número quase igual obter uma segunda profissão, enquanto cerca de 20 milhões devem elevar a sua qualificação.

A distribuição de recursos laborais reflecte de forma muito clara as opções de política económica. Assim, enquanto no anterior quinquénio, o crescimento dos recursos laborais foi distribuído pelas esferas produtiva e não produtiva numa proporção quase idêntica, no actual quinquénio, quase todo o aumento (3,2 milhões de trabalhadores) será destinado ao **ensino, saúde e outros ramos dos sectores social e cultural**.

Saltam à vista as diferenças de opção.

«Nas viragens históricas complexas, o Partido leninista mais de uma vez demonstrou a sua capacidade de encontrar os caminhos certos do avanço, e de entusiasmar, unir e organizar milhões de trabalhadores. Assim foi nos anos da revolução, da construção pacífica, das provações da guerra e no período duro do pós-guerra. Estamos seguros de que assim será também no futuro».

Palavras que sem dúvida significam que estamos numa viragem, ou seja, perante a realidade de um salto qualitativo.

Mas não só.

Significam também que em socialismo a resposta às questões colocadas pela vida passam pela mobilização de massas, por essa participação democrática que se pretende negar.

Os números também ajudam a compreender a realidade.

Pequenos exemplos significativos: 66 milhões de pessoas — um terço da população adulta do país — participativa e constantemente em formas de gestão e direcção da sociedade socialista. Mais de 110 milhões de pessoas participaram em 1983 no debate do projecto-lei sobre os colectivos de trabalho, debate de que resultou a emenda de 21 dos 23 artigos do projecto. Em 1984, cerca de 120 milhões de pessoas participaram no debate sobre o projecto de reforma escolar.

Esta participação só é possível quando os projectos de uma sociedade, os seus objectivos, dizem respeito a todos nós.

Quando a realidade social é «para nós essencial» como disse Gorbachov em Togliatti — uma afirmação e uma prática comum em socialismo — «porque é aí que se realizam os grandes objectivos e os mais elevados valores do socialismo como regime social, que mais amplamente se manifesta o carácter profundamente humano e democrático do modo de vida socialista». ■



Na prática, e em termos de trabalho, o que é isto significa?

Para darmos exemplos concretos: uma máquina-ferramenta com comando digital programado permite libertar na indústria metalomecânica três ou quatro operários, uma linha automatizada complexa até 30 pessoas e um sector automatizado até 60 pessoas.

Só até ao fim do corrente ano, prevê-se a transferência de 800 mil trabalhadores da indústria convencional, pela introdução de novas tecnologias. Na indústria metalomecânica, a introdução até 1990 de mais cento e vinte mil robots provocará a transferência de mais de 350 mil trabalhadores.

São dados genéricos de um problema socio-económico comum ao socialismo e ao capitalismo, mais concretamente ligado à própria transformação do papel da ciência na produção.

Problema comum de uma época histórica.

Mas as respostas são completamente díspares: função do sistema socio-económico. A confirmar também o significado profundamente diferente das palavras e factos em contextos antagónicos.

Respostas - a lógica

De ambos os lados deste nosso planeta dividido se fala de novas tecnologias, de dispensa da mão-de-obra, de racionalização. Mas as consequências são bem diferentes. Em França, por exemplo, cerca de 30 mil operários fo-

é desconhecido. Não se trata tão-pouco, como por vezes é afirmado na imprensa capitalista (em contradição com o facto da insuficiência de mão-de-obra na URSS), de manter artificialmente



■ Lígia Calapes

SOCIALISMO

a arma da verdade

São díspares — e mesmo contraditórias — as imagens que se nos pretendem impor de socialismo. Apesar dos inegáveis e gravíssimos problemas sociais, a liberdade, a democracia, seriam características da «aberta» sociedade capitalista. Do outro lado do mundo — na comunidade socialista — a realidade quotidiana seria de opressão e de atraso (em aberrante contradição com o nível técnico exigível para que possa constituir «perigo» para o mundo capitalista, no quadro militar), agressividade e limitação dos «direitos humanos».

Imagens tão falsas como as do incêndio de uma fábrica de Trieste, passadas nos nossos ecrãs como se viessem direitas do local do desastre do reactor nuclear na Ucrânia. E só possíveis na base do silenciamento sistemático da realidade socialista (importa ter presente que cerca de 90% da informação em todo o mundo é veiculada pelas maiores agências de informação do mundo capitalista), da sistemática manipulação dos factos.

O objectivo é claro: negar a própria possibilidade de mudança, negar a alternativa que de facto constitui o socialismo. E tanto mais quanto o socialismo se afirma numa prática cada vez mais difícil de escamotear aos olhos dos povos: na batalha da paz.

Do que é a deturpação e a calúnia, o silenciamento da verdade em relação à realidade socialista, temos o exemplo bem próximo do arraial de anticomunismo, a propósito — ou despropósito — de Tchernobyl. E paralelamente a pesada cortina de silêncio que caiu sobre a realização histórica que foi o Congresso do PCUS ou o

plano de paz Gorbachov, divulgado em 15 de Janeiro.

O facto é que alimentar a ignorância e uma imagem deturpada e invertida das realidades é vital para o imperialismo. Não por acaso Gorbachov afirmaria em discurso aos trabalhadores de Togliatti: «No que nos diz respeito devemos ter presente que a frente principal para garantir o sucesso da luta pela paz consiste em atingir os objectivos no que respeita ao aperfeiçoamento da sociedade socialista. O estado da nossa economia nacional, o desenvolvimento da ciência e da técnica, a transformação qua-

litativa da economia, o desenvolvimento do potencial espiritual, intelectual e moral da União Soviética são determinantes. Em última análise, tudo se joga no trabalho de cada um de nós. Em síntese, uma economia forte e saudável é o garante do sucesso da política de paz. É o que se chama a ligação entre a política externa e a política interna.»

O tempo trabalha a nosso favor.

Neste nosso pequeno planeta, que a evolução histórica e hoje mais ainda a revolução técnico-científica, transformam numa única realidade estreitamente interdependente, englobando a profunda contradição do frente a frente de dois sistemas antagónicos, sob a ameaça colectiva da possibilidade de autodestruição — a arma do silenciamento e da calúnia tenderá a tornar-se arcaica. Como as outras.

E a arma da verdade do socialismo assumirá carácter altamente mobilizador.

É essa mesmo que utilizamos.

Abordando de momento apenas algumas questões interligadas e profundamente sentidas — por vezes da forma mais dramática — no mundo capitalista: a realidade do trabalho e do emprego, as perspectivas dos trabalhadores e da juventude nesse domínio, nas condições da revolução técnico-científica.



Juventude — Uma outra perspectiva

A juventude é vulgarmente proclamada como senhora e garante do futuro. Afirmá-lo é rotina. E muitas vezes fórmula utilizada para melhor vender shampoos, blusões ou música. Ou pior: para mobilizar no sentido do apoio de políticas anti-sociais, manobrando com a falta de experiência.

A realidade da juventude em capitalismo é neste momento particularmente difícil. Ensino degradado. Desemprego. Trabalho instável, mal pago e inadequado à classificação adquirida. Em síntese: fecha-se a porta do futuro na cara da nova geração.

No fundo a negação de perspectivas à jovem geração é um claro sintoma da falta de perspectivas do próprio sistema capitalista.

Para o socialismo, a juventude de hoje é a massa de homens e mulheres que vai moldar o próximo século. E que para isso deve ser preparada. E gozar das garantias sociais para a concretização de uma vida rica de conteúdo.

Em termos práticos, tal perspectiva reflecte-se em todos os domínios: na preparação, nas regalias, nas responsabilidades assumidas. Na garantia fundamental de um posto de trabalho

adequado à qualificação adquirida, harmonizando interesses sociais e desejos pessoais.

Cingimo-nos a um pequeno punhado de exemplos.

- A actual geração de operários é a mais preparada técnica e culturalmente de toda a história da URSS. 94% dos jovens operários industriais formou-se em escolas superiores ou secundárias. Englobando outras categorias de operários o índice é de 80% (cerca de 8% em 1945). O número de escolas técnico-profissionais secundárias — onde simultaneamente se aprende uma especialização e se termina o curso do ensino médio geral — aumentou, entre 1970 e 1983, de 600 para 4800.

- 20 milhões de jovens soviéticos participam em organizações e estruturas ligadas à inovação técnico-científica e são responsáveis por um terço das novas técnicas implantadas ao nível de todo o país. A produtividade do trabalho nos colectivos de jovens é de 12 a 15 por cento superior e a flutuação de quadros de 3 a 5 por cento inferior ao nível geral. Existem no país mais de 600 mil colectivos deste tipo, juntando mais de 5 milhões de jovens.

60 por cento dos jovens tomam parte em diversas formas de gestão da produção.

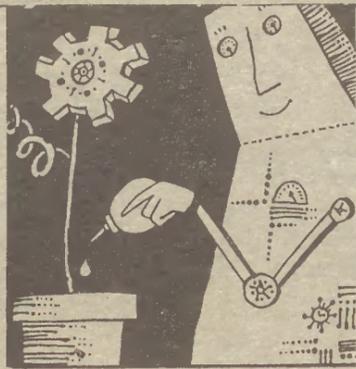
- A cláusula «educação, instrução e organização do trabalho dos jovens»

é obrigatória nos contratos colectivos. A administração compromete-se a criar condições, não só de trabalho, como no que respeita às condições de vida e tempos livres da juventude

assim como para a elevação do seu nível de instrução e qualificação.

Os jovens trabalhadores têm jornada de trabalho reduzida com salário igual e facilidades para estudo. ■





A única resposta possível

O 27.º Congresso do PCUS traçou directivas no sentido de um salto qualitativo no processo de desenvolvimento socialista soviético.

Em termos económicos, isso significa, por exemplo, que já no decurso deste 12.º quinquénio (considerado crucial) — 1986-1990 — o nível de automatização deve duplicar.

ram despedidos nos últimos 5 anos; na RFA preconiza-se o despedimento de 200 mil trabalhadores até final da década em curso.

Na União Soviética, entre 1981 e 1984, 3 milhões de trabalhadores saíram do sector industrial. Nenhum ficou sem trabalho, como é lógico, no quadro de uma sociedade onde o desemprego

gente a trabalhar onde não seria necessária. O que aliás hoje entraria em aberta contradição com os níveis de aumento de produtividade previstos (130 a 150 por cento até ao ano dois mil).

Que acontece na URSS aos trabalhadores afastados das suas tarefas clássicas pela aplicação da revolução técnico-científica?

Estamos antes do mais perante dois sistemas com lógicas antagónicas. E ainda com possibilidades diferentes. Para o socialismo trata-se do integral aproveitamento das suas possibilidades. Para o capitalismo — defrontar as condições insolúveis em que o próprio avanço da base técnico-científica o enreda.

Assim, como bem o sabemos, pela nossa própria experiência, é política actual do capital — generalizada — o corte nas **despesas sociais**. Isso quer dizer dificuldades acrescidas de vida para todos os trabalhadores. Mas não só. Quer dizer também menos postos de trabalho num sector em que o trabalho humano é condição de qualidade e que portanto seria privilegiado na absorção de mão-de-obra liberta pelos sectores directamente produtivos.

Por outro lado, os próprios avanços tecnológicos impõem-se reforçada preparação ao nível de informação e cultura dos trabalhadores, e a reciclagem dos que mudam de sector. O que se passa vai ao arripio dessa exigência. Para citarmos um exemplo: no exercício financeiro de 1986, as verbas atribuídas ao ministério do Emprego nos EUA para reciclagem de desempregados foram reduzidas em 28%.

É a lógica do sistema que se impõe. O que não dá lucro não interessa. Pelas mesmas razões a actividade especulativa — e não investimento produtivo — assume proporções consideráveis.

Na União Soviética as estimativas apontam para a **reciclagem** anual de 4

milhões de trabalhadores, devendo um número quase igual obter uma segunda profissão, enquanto cerca de 20 milhões devem elevar a sua qualificação.

A distribuição de recursos laborais reflecte de forma muito clara as opções de política económica. Assim, enquanto no anterior quinquénio, o crescimento dos recursos laborais foi distribuído pelas esferas produtiva e não produtiva numa proporção quase idêntica, no actual quinquénio, quase todo o aumento (3,2 milhões de trabalhadores) será destinado ao **ensino, saúde e outros ramos dos sectores social e cultural**.

Saltam à vista as diferenças de opção.

«Nas viragens históricas complexas, o Partido leninista mais de uma vez demonstrou a sua capacidade de encontrar os caminhos certos do avanço, e de entusiasmar, unir e organizar milhões de trabalhadores. Assim foi nos anos da revolução, da construção pacífica, das provações da guerra e no período duro do pós-guerra. Estamos seguros de que assim será também no futuro».

Palavras que sem dúvida significam que estamos numa viragem, ou seja, perante a realidade de um salto qualitativo.

Mas não só. Significam também que em socialismo a resposta às questões colocadas pela vida passam pela mobilização de massas, por essa participação democrática que se pretende negar.

Os números também ajudam a compreender a realidade.

Pequenos exemplos significativos: 66 milhões de pessoas — um terço da população adulta do país — participativa e constantemente em formas de gestão e direcção da sociedade socialista. Mais de 110 milhões de pessoas participaram em 1983 no debate do projecto-lei sobre os colectivos de trabalho, debate de que resultou a emenda de 21 dos 23 artigos do projecto. Em 1984, cerca de 120 milhões de pessoas participaram no debate sobre o projecto de reforma escolar.

Esta participação só é possível quando os projectos de uma sociedade, os seus objectivos, dizem respeito a todos nós.

Quando a realidade social é «para nós essencial» como disse Gorbachov em Togliatti — uma afirmação e uma prática comum em socialismo — «porque é aí que se realizam os grandes objectivos e os mais elevados valores do socialismo como regime social, que mais amplamente se manifesta o carácter profundamente humano e democrático do modo de vida socialista». ■



Na prática, e em termos de trabalho, o que é isto significa?

Para darmos exemplos concretos: uma máquina-ferramenta com comando digital programado permite libertar na indústria metalomecânica três ou quatro operários, uma linha automatizada complexa até 30 pessoas e um sector automatizado até 60 pessoas.

Só até ao fim do corrente ano, prevê-se a transferência de 800 mil trabalhadores da indústria convencional, pela introdução de novas tecnologias. Na indústria metalomecânica, a introdução até 1990 de mais cento e vinte mil robots provocará a transferência de mais de 350 mil trabalhadores.

São dados genéricos de um problema socio-económico comum ao socialismo e ao capitalismo, mais concretamente ligado à própria transformação do papel da ciência na produção.

Problema comum de uma época histórica.

Mas as respostas são completamente díspares: função do sistema socio-económico. A confirmar também o significado profundamente diferente das palavras e factos em contextos antagónicos.

Respostas - a lógica

De ambos os lados deste nosso planeta dividido se fala de novas tecnologias, de dispensa da mão-de-obra, de racionalização. Mas as consequências são bem diferentes. Em França, por exemplo, cerca de 30 mil operários fo-

é desconhecido. Não se trata tão pouco, como por vezes é afirmado na imprensa capitalista (em contradição com o facto da insuficiência de mão-de-obra na URSS), de manter artificialmente



Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 647
22 de Maio de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente



Comício de Solidariedade

Partido Comunista Romeno-Partido Comunista Português com os camaradas **Ion Coman** e **Álvaro Cunhal**
Hoje, 21.30 — Junta de Freguesia de Alcântara

Quinta 22

No início, projecção de um vídeo sobre a História do Partido. A partir das 21.30, no CT da Amadora.

LISBOA

Comício de solidariedade com o Partido Comunista Romeno. Com a participação da camarada **Ion Coman**, membro do Comité Político Executivo e secretário do CC do PCR, e do camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP. Às 21.30, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

LARANJEIRO

Visita de uma delegação do PCP à RN-CEP 7 (Laranjeiro).

COVILHÃ

Às 21.30, no Centro de Trabalho, reuniões da célula dos Professores e da Juventude.

AMADORA

Plenário de militantes da Organização da freguesia da **Venteira**. Para discussão da situação política e social e de problemas de organização.

Sexta 23

LISBOA

Debate: I.V.A. - Impacto sobre a Economia. Com a parti-

cipação de técnicos especialistas e empresários, a partir das 21 horas no Centro de Trabalho Vitória.

ALHOS VEDROS

Reunião da célula da «Corticeira Ibérica», no âmbito da preparação da 3.ª Assembleia da Organização do concelho da Moita. No Centro de Trabalho de Alhos Vedros, às 18 horas.

COVILHÃ

Plenário da Organização dos Reformados. No CT, às 15 horas.

Plenário de militantes das freguesias de Ferro e Peraboa. No mesmo local, às 21 horas.

Sábado 24

COVA DA PIEDADE

4.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Cova da Piedade. Na SFUAP, a partir das 10 horas.

LISBOA

Poder Local e CEE - seminário-debate promovido pelas revistas «Poder Local» e «Economia». Participação de eleitos e técnicos das autarquias, de técnicos interessados no processo de planeamento regional e de outras personalidades e entidades ligadas às matérias em discussão: 1. Caracterização dos Fundos Comunitários e mecanismos de acesso; 2. Finanças Locais e Fundos Comunitários; 3. Sistema de Planeamento, Poder Local e Fundos Comunitários. Às 10 horas, no Instituto Superior de Economia (R. do Queilhas/R. Miguel Lupi).

domingo, com a participação do camarada **Edgar Correia**, suplente da Comissão Política do CC.

COVILHÃ

Plenário de militantes do Sector Têxtil. Às 15 horas. Plenário de militantes da freguesia de Unhais da Serra. Às 21 horas.

Domingo 25

VILA REAL DE ST.º ANTÓNIO

Sessão de esclarecimento com o camarada **Álvaro Cunhal**. Às 21.30 no Salão do Lusitano.

OLHÃO

Reunião distrital de quadros da DORAL, para discutir problemas relacionados com a organização e funcionamento do Partido na região. A partir das 10 horas, no salão do Sindicato das Conservas de Olhão. Participa o camarada **Álvaro Cunhal**.

TORRES NOVAS

Visita dos deputados **Dias Lourenço** (PCP) e **Maria Santos** («Os Verdes»): às 10 horas à nascente do rio Almonda; às 13. almoço-debate em **Pedrogão** (Soc. Filarmónica Pedroguesa); às 18 horas, colóquio em **Torres Novas**, no Cine-Clube, sobre a poluição do rio Almonda.

GAIA

Plenário de militantes da Organização concelhia de Vila Nova de Gaia. Das 10 às 18 horas, na Escola Secundária n.º 2.

PORTO

4.ª Assembleia Distrital do MDM, que se ocupará dos seguintes temas: o cumprimento da legislação que defende os direitos da mulher e as acções e luta em sua defesa; o agravamento das condições de vida e os reflexos na condição feminina; a defesa da paz; o desenvolvimento e dinamização do MDM no distrito.

Durante todo o dia, no Liceu Rodrigues de Freitas.

LOURES

1.º Encontro de Trabalhadores Comunistas da CM de Loures sobre o funcionamento da autarquia. A partir das 14 horas, na Casa do Adro/Museu Municipal de Loures, com a participação dos organismos de direcção concelhia do PCP, do executivo da autarquia e ainda do camarada **Carlos Costa**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

COVILHÃ

Reuniões de militantes da freguesia de Aldeia de Carvalho (às 15 horas) e da freguesia de Cortes do Meio (às 21 horas).

ALMADA

4.ª Assembleia da Célula da Lisnave. A partir das 9.30, na Cooperativa Piedense.

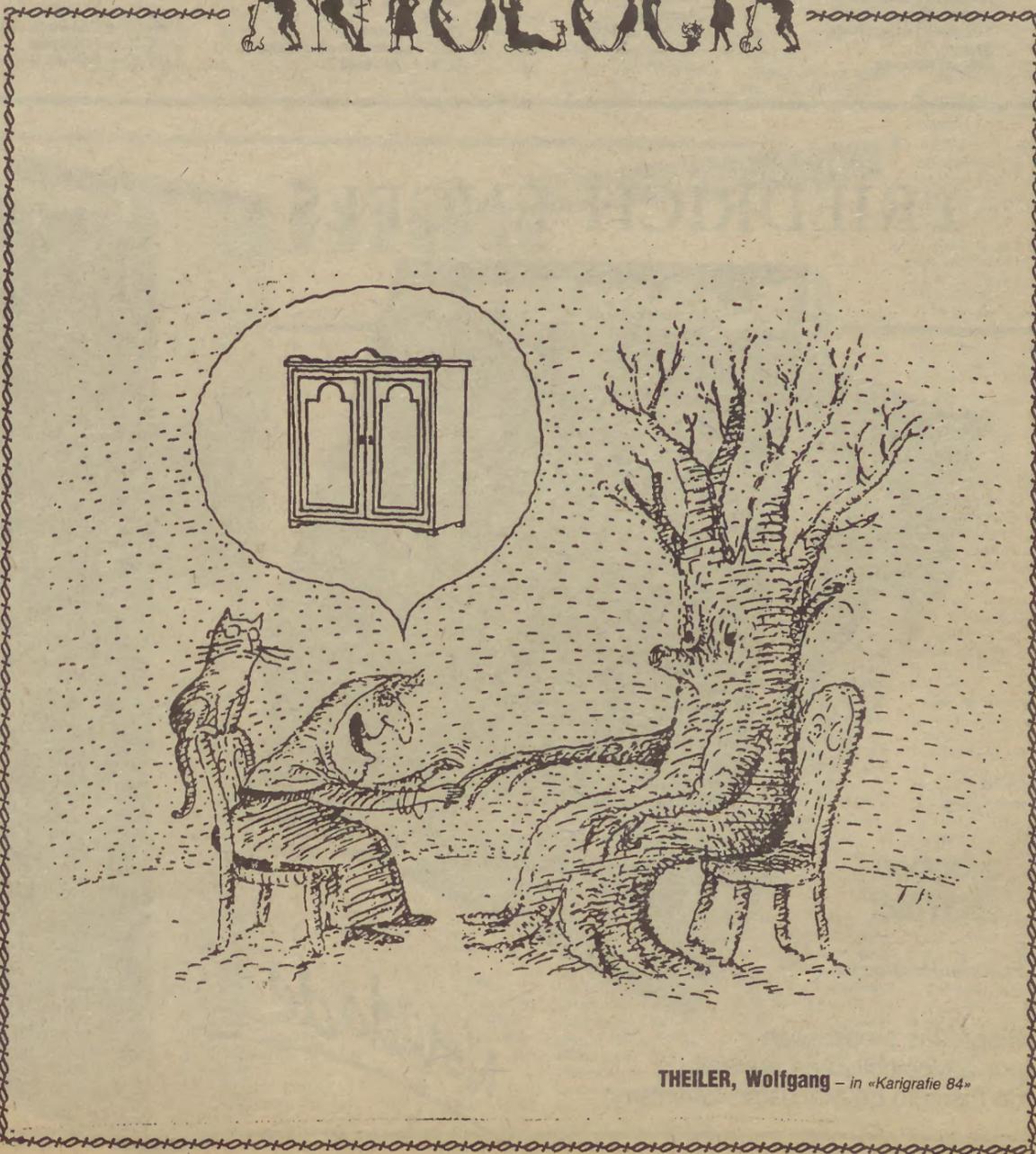
Assembleias do PCP

Organização da Freguesia da Cova da Piedade

Sábado, dia 24, na SFUAP

Célula da Lisnave

Domingo, 15, Cooperativa Piedense



THEILER, Wolfgang - in «Karigrafie 84»



Álvaro Cunhal no Algarve

Sábado

Silves, 16 horas
Sessão de esclarecimento
Faro, 21.30
Sessão de esclarecimento

Domingo

Olhão, 10 horas
Reunião Distrital de Quadros
V.R. St.º António, 21.30
Sessão de esclarecimento

ALCANENA

Os deputados **Dias Lourenço** (PCP) e **Maria Santos** («Os Verdes») participam num debate público sobre a poluição do rio Alviela, e estarão presentes numa visita a vários locais e instituições do concelho de Alcanena.

TOMAR

«A Paz e a Humanidade» - colóquio, às 16 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal.

CARTAXO

Plenário de eleitos da APU no concelho. Às 19 horas, no Centro de Trabalho do Partido.

BEJA

Tem início a Festa Alentejana - realização político-cultural já tradicional da DORA, este ano a decorrer hoje e amanhã (sábado e domingo) na Casa da Cultura e nas instalações da Piscina Municipal.

Espectáculos, exposições, colóquios, desporto, manhã infantil. E comício, no

TV

O Programa

Quinta ²²

RTP1

- 11.00 — Videopólis
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical», 31.º Epis.
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Desporto
- 19.45 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo», 53.º Epis.
- 21.30 — Europa — Irlanda e Dinamarca e o Mercado Comum
- 21.55 — México/86



22.25 — Série — «A Balada de Hill Street»
23.20 — 24 Horas
23.45 — Remate

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Conheça Melhor
- 20.30 — Série — «O Sonho de Marie Aubarede»
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Encontros com... Irene Lima — Obras de Vaughan Williams e Lopes Graça interpretadas por Irene Lima (violoncelo) e Olga Prats (piano)
- 22.15 — Últimas Notícias

Sexta ²³

RTP1

- 11.00 — Gente Singular — «Escalador de Antenas»
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.35 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Romanceiro Novelesco
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Série — «O Ano dos Franceses», 6.º Epis.
- 22.25 — Mátia, programa de Natália Correia — «A Linda Inês»
- 23.25 — 24 Horas
- 23.50 — Remate

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Os Açoreanos — «Os Novos Tempos»
- 20.30 — Adágio — Recital de Piano por Sofia Lourenço. Obras de Bach, Debussy, Luís Costa
- 21.00 — Viagens pelo Teatro
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Últimas Notícias

Sábado ²⁴

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Tempo dos Mais Novos
- 14.00 — Curso de Inglês («Follow me»)
- 14.30 — Sport Billy
- 15.00 — Revista de Toiros
- 15.30 — Série — «Jovens Heróis de Shaloin»



- 16.30 — Os Marretinhas
- 17.00 — Desenhos Animados
- 17.20 — Série — «Fama»
- 18.15 — Top Disco
- 19.10 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.50 — Boletim Meteorológico
- 21.00 — Série — «Dinastia»
- 22.00 — Concurso Miss Portugal 86
- 00.00 — Últimas Notícias

RTP2

- 16.00 — Trotéu
- 20.00 — Folclore
- 20.30 — Animação, programa de Vasco Granja — «A Banda Desenhada de Hoje»
- 21.00 — Eurocinema — «Variety», real E.A. Dupont/1925



22.30 — Série — «Ascensão e Queda do Algodão» (último epis.)
23.00 — Na Rota da Seda, 1.º Epis.

Domingo ²⁵

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.35 — Eucaristia Dominical
- 11.30 — 70 vezes 7

- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — TV Rural
- 13.40 — Tempo dos Mais Novos
- 15.00 — Manter o Coração Jovem
- 15.30 — Sessão da Tarde — «Ali Baba e os 40 Ladrões», real. Jacques Decker (França/1954)
- 17.15 — Clube Amigos Disney
- 18.45 — Tangos Argentinos
- 19.35 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Viva o Gordo
- 21.20 — Série — «Cristovão Colombo», 4.º Epis.
- 22.20 — Domingo Desportivo
- 23.25 — Últimas Notícias

RTP2

- 13.15 — Automobilismo — Grande Prémio da Bélgica/Fórmula 1 (transmissão directa)
- 15.30 — Tempo dos Mais Novos
- 15.55 — Pare, Escute, Olhe
- 16.25 — Adágio
- 16.50 — Falar de Macau
- 17.15 — Desenhos Animados
- 17.40 — Trânsito
- 18.05 — Romanceiro
- 18.30 — Europa TV
- 20.00 — Novos Horizontes
- 20.30 — Nós por Cá
- 21.15 — Teatro Português — «Um Homem é um Homem»

Segunda ²⁶

RTP1

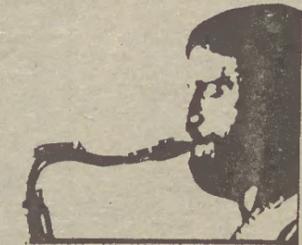
- 11.00 — Portugal Romano — «Vida Rural a Sul do Rio Tejo»
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.35 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — 2.ª Volta
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico



21.35 — Concurso 1, 2, 3 (último programa da série) — Tema: «1, 2, 3»
23.55 — 24 Horas
00.20 — México/86

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Desenhos Animados
- 20.25 — Série — «Horizontes 2000»
- 20.55 — Zoom
- 21.25 — Notícias



21.35 — Espaço Jazz
23.25 — Últimas Notícias

Terça ²⁷

RTP1

- 11.00 — Conheça Melhor — «Bélgica», 2.º programa
- 11.30 — Espaço 11/13



12.35 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Trânsito
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.30 — Boletim Meteorológico
20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
21.25 — Série — «Estranhos Poderes»
22.50 — 24 Horas
23.15 — México/86



RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Videopólis
- 20.30 — Falar de Macau — «Imprensa Chinesa»
- 20.55 — Cinema Português — «O Comissário da Polícia». Real. Constantino Esteves/1953, interp. Vasco Santana, António Silva

FRIEDRICH ENGELS

BIOGRAFIA



Uma iniciativa de **edições Avante!** e Editorial Progresso

Biografias preparadas por um colectivo de autores do Instituto de Marxismo-Leninismo

Novidade

Não se pode compreender o marxismo e não se pode expô-lo integralmente, sem ter em conta todas as obras de Engels *Lénine*

Mais de 600 páginas
Formato: 14,6x22,0
Volume encadernado
Vários extratextos
Com fotos

Preço: 1000\$00

À venda nas boas Livrarias e nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto

Cinema

A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Um Adeus Português	★★	★★	★★	★★	★★
B África Minha	★★★★	★★★	★★★★	★★★★	—
C O Alvo	—	★	★★	—	—
D Amor e Sangue	—	★★	★★	★★	—
E O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★★	★★★★	★★
F O Enigma da Pirâmide	★★	—	★★	—	★★
G Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
H O Fio do Suspeito	★★★	★★	★★	—	—
I Rumbly Fish - Juventude Inquieta	★★★★★	★★★	★★★★	★★★★	—

António Mira, pintura, Gal. Quadrum - Palácio Coruchéus, R. Alberto Oliveira. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 14/6).

António Sena, pintura, Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 31/5).

Artistas Húngaros da Escola de Paris (Arpad Szenes, Vazarely, Szasz, Prinnair, Vary), pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 19.30 (até 22/5).

Arte Moderna Portuguesa - Coleção Petrogal (Hogan, Viana, António Lino, Botelho, Bernardo Marques, Milly Posoz, etc.), Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom./10.00 às 20.00.

Arte Popular Ucraina - Seleção de peças do Museu Estatal de Arte Decorativa Popular de Kiev. Com a colaboração da Associação Portuguesa-URSS, na Junta de Freguesia de Alcântara. Das 15.00 às 21.00 (até 31/5).

Barbara Lessing, pintura, Gal. Gemini, R. Sousa Lopes (Campo Pequeno). De 3.ª a dom./12.00 às 15.30 e 18.30 às 22.00 (até 30/5).

Catarina Baleiras e Filipe Melreles, pintura, Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (na Gal. Novo Século a partir de 27/5).

Catarina Castel-Branco, pintura, e **Nuno Filipe**, fotografia. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00.

100 Anos de Tragédia em Portugal, documental e iconográfica, em colaboração com o Museu Nacional do Teatro, Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, de 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/5).

Curro Gonzalez (Espanha), pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 31/5).

Desenhos, Gravuras, Estampas, Arte do Livro (das Reservas da Coleção Gulbenkian). Gal. de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/5).

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Rastelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fernando Morais, «Sob o Sol de Lisboa». Pintura. Gal. Libris, Lg. Trindade Coelho, 4 (até 31/5).

«As Flores», Centro Artístico Infantil da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até Junho).

Gef, escultura. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 21.00 (até 30/5).

Gente de Palco - II Acto - Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

Günther Konrad Band, pintura. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira - Alvalade (até 30/5).

Jacques Pajak, (Suíça), pinturas e desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Joana Rosa, jóias (metais pobres), Museu Nac. do Traje, Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

João Cutileiro, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 17/6).

Jorge Marcel, pintura e desenho. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 28/5).

José Belo, aguarelas. Hotel Alfa, Av. Columbano Bordalo Pinheiro. De 2.ª a 6.ª/9.30 às 13.00 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./16.00 às 20.00.

Laurinha Silvério, pintura. Codilivro, Praceta Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A.

Leslie Martin, «Edifícios e Ideias 1933-86» - elementos da obra deste arquitecto (autor do edifício do CAM e de vários outros museus, auditórios, bibliotecas) e de arquitectos que trabalham com ele. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até Junho).

Lúcio, pintura e desenho. Atrium da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 4/6).

Luís Cruz e Rui Matos, escultura. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00; sáb./15.00 às 19.00 (até 31/5).

Luís Dourdil, pintura. Gal. Bertrand (Chiado). De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 30/5).

Luís Filipe Reis - «Veneza», fotografia. Instituto Italiano, R. Salitre, 146. De 2.ª a 6.ª/16.30 às 19.00 (até 30/5).

Luís Neuparth, escultura em mármore. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 27/5).

Mário de Oliveira, pintura. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167. 2.ª/15.00 às 19.30, 3.ª a sáb./10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.30.

Martha Telles, pintura. Livraria da Imprensa Nacional. R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

Mena Brito, pintura. Hotel Penta, Av. dos Combatentes (até 7/6).

Pedro Saraiva - «Ibéria», pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. De 2.ª a sáb. (até 25/5).

Silva Palmeira, pintura. Gal. Fonte Nova (Calhariz de Benfica). Das 10.00 às 24.00 (até 30/5).

Tratado de Windsor - 6.º Centenário - documental. Arquivo Nac. da Torre do Tombo, Palácio de S. Bento. De 2.ª a 6.ª/11.00 às 16.00 (até 30/5).

Tapeçarias de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Méridien, R. Castilho.

Thomaz de Mello/Tom, pintura 1985-86. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 22/5).

Vetó, pintura. Gal. Arte da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade. Das 12.00 às 15.00 e das 19.00 às 22.00 (até 30/5).

Vitor Pomar, pintura e gravura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.ª. De 2.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 7/6).

Xana, pintura, desenho. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 2.ª. D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/5).

Albino Moreira, pintura. Gal. Vantag, R. Júlio Dinis, 764. De 3.ª a dom./15.30 às 19.30. PORTO.

António Viana, pintura. Gal. EG, R. do Castro, 210. De 2.ª a sáb./16.00 às 19.30 (até 22/5). PORTO.

Arlindo Rocha, escultura. Gal. Alvarez/H. Méridien. Das 15.00 às 23.00 (até 30/5). PORTO.

Arte Contemporânea em Itália, (Ambiente, Arquitectura, etc.). Museu Nacional Soares dos Reis. R. D. Manuel II (até 2/6). PORTO.

Bartolomeu dos Santos, gravura. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. PORTO.

Carlos Mesquita - Pintura-1986. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO.

Cohen Fusé, Gal. Jornal de Notícias. PORTO.

A Companhia do Teatro Nacional de D. Maria II - fotodocumental. Museu Soares dos Reis. R. D. Manuel II. PORTO.

Fernando Castro - «Corpus», desenho. Gal. Alvarez/2, Av. Boavista, 707. PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro). PORTO.

Jorge Vieira - escultura, cerâmica, desenhos. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO.

Manuela Bronze, desenho e pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO.

Pedro Portugal, pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. PORTO.

Pedro Tudela - «Portugal Emigrante», pintura. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346 (até 22/5). PORTO.

José Alves, desenho e gravura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Obras de Arte e Documentos do espólio municipal de Aveiro. Galeria-Museu Municipal (até 8/6). AVEIRO.

João do Carmo, desenho e pintura. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00. Birre Centro. CASCAIS.

Graça Morais, pintura. Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, R. Castro Matoso. Das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00 (até 4/6). COIMBRA.

Graça Martins, pintura. Junta de Turismo da Costa do Estoril, Arcadas do Parque. Das 9.00 às 19.00. ESTORIL.

Marília Nunes, pintura. Até 25/5, Centro Cultural. ÉVORA.

Aguarelas - colectiva (Roque Gameiro, Miguel Lupi, Alves de Sá, Alberto Sousa, Hygino Mendonça, Paulo Ossião). Gal. D. Dinis, Centro Comercial D. Dinis. Das 15.00 às 20.00 (até 30/5). LEIRIA.

Cristina Ataíde, escultura. Até 19/6, Pousada do Castelo. PALMEIRA.

D. Pedro IV (Pedrol do Brasil) - sua época. Até fins de Outubro, Palácio Nacional. QUELUZ.

Serigrafia Portuguesa Anos 80. 6.ª, sáb. e dom./18.00 às 23.00 (até 30/5). TAVIRA.

Classificação de 1 a 5

A - Real. João Botelho - Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) - Lisboa; Lumière A (15.00, 17.45, 21.30) - Porto.

B - Real. Sidney Pollack - Alfa/1 (15.15, 21.15, 00.15), Amoreiras/1 (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), S. Jorge/1 (15.00, 18.15, 21.30) - Lisboa; Foco (14.15, 16.30, 21.30), S. João (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) - Porto; Cinestúdio Girassol um (15.00, 18.00, 21.30), Tivoli (14.00, 17.45, 21.15) - Coimbra.

C - Real. Arthur Penn - Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.

D - Real. Paul Verhoeven - Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30) - Lisboa.

E - Real. Michael Cimino - Alfa/Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Gemini (13.45, 16.30, 21.45, 00.15), Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Tivoli (13.45, 16.30, 19.00, 21.45) - Lisboa; Coliseu (18.00, 21.30), Nun'Álvares (18.00, 21.30), Stop/1 (18.45, 21.30) - Porto.

F - Real. Bary Levinson - Alfa/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) - Lisboa.

G - Real. Sérgio Leone - Berna (15.00, 21.00) - Lisboa.

H - Real. Richard Marquand - Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) - Lisboa.

I - Real. Francis Ford Coppola - Apolo 70 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Quarteto/4 (14.00, 16.00, 18.00, 19.45, 21.30) - Lisboa; Stop/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) - Porto.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

CAM, Sala Polivalente - Fref Luis de Sousa, de Almeida Garrett, enc. Jorge Listopad, cenog. Nuno Carinhos, música Telectu, 5.ª e 6.ª/21.30, sáb./15.00 e 21.30, dom./17.00, 3.ª e 4.ª/15.00.

Comuna-Sala Nova, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Calígula**, de Albert Camus, enc. João Mota.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb./21.00, dom. 16.00. **Bem-Vindo Sr. Sloane**, de Joe Orton, enc. Carlos Fernando - Grupo de Teatro Hoje.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 2.ª a 5.ª e sáb., às 21.30; dom., 16.00. **Volpone**, de Ben Jonson, adap. e enc. de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. **Sonata dos Espectros**, enc. de Luis Miguel Cintra pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro do Bairro Alto - Sala Manuela Porto, Rua Raul Cascais, 1. Sáb. 16.00, dom. às 11.30 e 21.30. **A Mulher que Matou os Pelxes**, texto de Clarisse Lispector, adap. e enc. de José Caldas.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Quinta, sexta e dom. às 18.30. **Viagem para a Felicidade**, de Franz Xaver Kroetz, enc. de Rogério de Carvalho. (Estreia hoje).

Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins - Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

PORTO

FITEI, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica. No Teatro do Campo Alegre, TEP, Auditório Carlos Alberto, Teatro Pavilhão dos Desportos do Porto (ver ... E Ainda)

Para crianças

LISBOA

Casa dos Tabuenes, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Sáb. e dom. às 16.30. **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo Grupo Maizum.

Comuna-Sala 2, Praça de Espanha. Sáb e dom. às 15. **Circo 30**, pelo Grupo de Teatro A Máscara.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. Sáb., dom. e feriados, às 16.00. **No Reino da Fantasia**, enc. de Agostinho Macedo.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, sáb. e dom. às 11 e 16. **Fecha os Olhos... Entra na História**, de Alexandra

Sólnado, enc. de José Alves.

CASCAIS Espaço Tec, «Farsa das Cigarras/Farsa de Inês Pereira» de Gil Vicente, enc. António Marques (só para escolas).

Festa Alentejana

É em Beja, vai sendo tradicional (é a 4.ª edição), e é, neste ano, a primeira das grandes festas de cultura e solidariedade de que as organizações do Partido promovem na Primavera e no Verão.

Além do comício - a realizar no domingo -, desporto, exposições, colóquios. Um espaço para as crianças e uma manhã infantil.

Espectáculos: na noite de sábado, com **Marla Guinot e Samuel**; ao longo dos dois dias, grupos corais alentejanos, e ranchos folclóricos, bandas, música popular portuguesa, teatro, cinema. E baile.

O Mercado da Reforma Agrária, artesanato, o centro do livro e do disco com a presença de escritores e intérpretes.

México/86 O próximo Campeonato do Mundo de Futebol não é só «quem passa à final», treinos, lésões, «adaptação à altitude», campos mais ou menos relvados e providos (ou despro-

México/86

vidos) de balneários... Não é sequer só a grande festa e o grande espectáculo do futebol: tem outra face. É sobretudo esta «outra face de México/86» que vai ser tema do colóquio que, hoje mesmo, quinta-feira, decorre a partir das 21 horas no Centro de Trabalho Vitória, numa das habituais iniciativas da comissão de Dinamização Cultural da DORL Moderadores, nomes de peso nestas coisas de futebol (e não só): os jornalistas Carlos Pinhão, Duda Guenness e Eduardo Miraglia.

numa semana mais pobre de música ao vivo do que é habitual, assinala-se o concerto pelos Alunos da Escola de Música de Braga «Calouste Gulbenkian», a realizar no Atrio do Museu Gulbenkian em Lisboa no próximo sábado, 24, às 15 horas. Obras de Haendel, Villa-Lobos, Bach, Debussy, Chopin, Mozart, Cláudio Carneiro.

Entrada livre. No Porto, dois concertos, ambos integrados nas 3.ªs Jor-

nadas da Oficina Musical: sábado, às 18 horas, concerto pela Orquestra Sinfónica da RDP-Porto sob direcção do maestro Álvaro Salazar; domingo, às 21.30, recital de piano por Sequeira Costa, com obras de Schumann e Liszt.

...e ainda

Música, debates, etc.

Teatro

Pelo contrário, Teatro abunda.

São os festivais sindicais de teatro de Aveiro e Viseu, promovidos pela Inter, que decorrem até ao fim de Maio; o CITAP - Il Ciclo de Teatro de Autores Portugueses em curso até 8 de Junho por colectividade da Amadora; é, de hoje até dia 25, o 3.º Festival do Jovem Teatro, com espectáculos na Casa de D. Hugo, na freguesia da Sé, Porto; é o «Teatro pela Paz», em Pinhal Novo, que termina a 1 de Junho.

É o FITEI, no Porto, que teve início a 17 e tem programados para esta semana os seguintes espectáculos:

Hoje, pela Companhia de Teatro Bala-da (Brasil), «A Chamada de Lauren», de

Pedro Pedrero, no Teatro; pela Companhia de Teatro de Almada «Jorge Dandins», de Molière, no Auditório Carlos Alberto, que também será representado amanhã na mesma sala.

Sexta e sábado, no Teatro, pelo grupo **Assembleia Teatro (Itália)**, «In Fra Li Casi...», de Renzo Siccò.

Sexta, sábado e domingo, no Pavilhão dos Desportos, «Teatro Chamado Cordel» (Literatura de Cordel), pelo Grupo Teatral Imbuca (Brasil).

Sábado e domingo, no Teatro do Campo Alegre, «Nós de Um Segredo», de João Brites, pelo grupo O Bando.

Reerguer o Maria Vitória

Trabalhadores do teatro e de outras áreas do espectáculo responderam imediatamente ao apelo pela reconstrução do Teatro Maria Vitória e de solidariedade com os seus trabalhadores, que perderam o seu local de trabalho, haveres pessoais e adereços de cena durante um incêndio. Governantes, «lamentaram»...

Primeiro passo de solidariedade bem concreta são os dois espectáculos que se realizam no Coliseu nos dias 27 e 28, à noite: mais de uma centena de artistas - e só porque mais não cabem... Ninguém promete «espectáculos afinados». Mas se não for o público, quem ajudará?

Segunda-feira, no Auditório Carlos Alberto, «Medeia», de Eurípedes, pelo Teatro Jovem de Gorna (Bulgária).

Ainda na segunda-feira mas no Teatro, «Ahl Kharallo Light», criação colectiva, pelo grupo **Teatro Máscara 17 (Espanha)**, e «Danças e Cantares» pelo Grupo de Danças e Cantares Tradicionais (Guiné-Bissau) - espectáculos que também se apresentarão na terça-feira nas mesmas salas.

Terça-feira, no Teatro, «Ahl Kharallo Light», criação colectiva, pelo grupo **Teatro Máscara 17 (Espanha)**, e «Danças e Cantares» pelo Grupo de Danças e Cantares Tradicionais (Guiné-Bissau) - espectáculos que também se apresentarão na terça-feira nas mesmas salas.

Quarta-feira, no Teatro, «Ahl Kharallo Light», criação colectiva, pelo grupo **Teatro Máscara 17 (Espanha)**, e «Danças e Cantares» pelo Grupo de Danças e Cantares Tradicionais (Guiné-Bissau) - espectáculos que também se apresentarão na quarta-feira nas mesmas salas.

Quinta-feira, no Teatro, «Ahl Kharallo Light», criação colectiva, pelo grupo **Teatro Máscara 17 (Espanha)**, e «Danças e Cantares» pelo Grupo de Danças e Cantares Tradicionais (Guiné-Bissau) - espectáculos que também se apresentarão na quinta-feira nas mesmas salas.

Sexta-feira, no Teatro, «Ahl Kharallo Light», criação colectiva, pelo grupo **Teatro Máscara 17 (Espanha)**, e «Danças e Cantares» pelo Grupo de Danças e Cantares Tradicionais (Guiné-Bissau) - espectáculos que também se apresentarão na sexta-feira nas mesmas salas.

Tempo Fim de Semana



De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o céu vai estar pouco nublado ou limpo em todo o território do continente. Vento moderado de Norte, soprando por vezes forte durante a tarde no litoral a norte do Cabo Carvoeiro.

a TV

Limão, e dos mais azedos

Cavaco veio de Londres. Encontrara-se lá com amigos velhos e também com alguns amigos recentes. É natural, há sempre os «amigos» que aparecem, quando se precisa deles... ou eles precisam de nós.

Bom. Supunha-se que o facto de Cavaco ter matado algumas saudades lhe aliviaria a alma, o tornaria mais receptivo, mais calmo. Não aconteceu assim. Cavaco vinha enervado, inseguro, mal disposto. E quem pagou as favas foi a repórter do Telegjornal que o entrevistou no aeroporto...

Agastado, era ele quem interrompia a jornalista. Dava a impressão de que se sentia ofendido com as perguntas. Mais uma vez, em lugar de esclarecer, optou pelo movimento de diversão, de propaganda.

Está a precisar de um prémio Limão. Dos mais azedos.

Fácil, prático, eficiente...

A informação do Telegjornal é a informação governamental. Rima e é verdade.

Pequenos pormenores dão-nos, por lá, ideia como tudo poderia ser diferente, se o Telegjornal seguisse por norma o que só por acaso lhe acontece.

Tomemos apenas um exemplo: a projectada extinção da Petroquímica.

Durante muito tempo, e servindo-se dos mais variados meios, o Governo lançou o veneno sobre a empresa, pondo a tónica sobre os seus imensos prejuízos. Só que...

Só que a Comissão de Trabalhadores procurou esclarecer a opinião pública e o Telegjornal ouviu o seu porta-voz, o trabalhador José Morais.

E num instante, e com a maior das simplicidades, o diabólico esquema governamental foi desmontado: a empresa funciona a nível jamais alcançado e quanto ao montante dos prejuízos a informação do Governo não passa de um sofisma.

O que se passa a respeito da Petroquímica, passa-se a respeito de um sem-número de situações. Os portugueses podem duvidar. Quem tem razão? Quem diz a verdade?

Pois bem. A Televisão tem ao seu alcance um processo fácil, prático, eficiente: organize um programa, ou vários, em que representantes do Governo e dos trabalhadores confrontem os seus pontos de vista.

Até hoje, o Governo tem-se mostrado insensível aos desafios nesse sentido, lançados pela CGTP-IN, pelos trabalhadores da Reforma Agrária, etc., etc...

...E a experiência diz que quem foge à discussão, não tem razão.

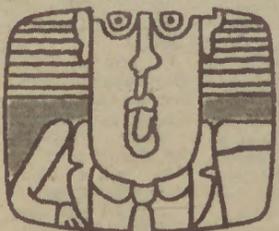
A rubrica **Parlamento**, pela mão do Hélder Freire, tratou do «caso» de Vizela. Estranhíssimo caso que desafia a mais ousada imaginação política e poderia facilmente servir de cenário a um enredo policial. E, sendo tudo isso, será ainda excelente pedra de toque para avaliar dos princípios (ou seja: da verdadeira natureza) da prática partidária.

Uma coisa ficou amplamente reconhecida quer pelo representante do PS, o deputado Oliveira e Silva, quer pelo deputado do PSD, deputado Manuel Moreira: do princípio ao fim do processo, o PCP foi o único que manteve uma atitude coerente, na defesa da razão e dos interesses do povo de Vizela. Como diria o representante do PCP, o deputado José Manuel Mendes, o seu partido guia-se **agora e sempre** pelo interesse e pelo respeito da vontade dos portugueses, não flutua ao sabor das circunstâncias, não faz dos seus princípios moeda de troca de nenhuma transacção.

A atitude dos outros partidos é, de facto, lamentável.

O PSD, pela voz épica de Manuel Moreira (agora deram nisto: para esconder que não têm razão gritam!) invoca, para seu voto de recusa, legislação que eles próprios travaram. Quanto às questões concretas, postas pelo moderador, pura e simplesmente não respondem...

■ **Ulisses**



Síntese semanal da IMPRENSA

Os interesses do Tio Sam

Na semana em que visitou Lisboa o secretário da Defesa norte-americano, Weinberger, vieram a lume várias notícias que revelam o carácter da política comercial externa e «de auxílio» dos EUA:

— anúncio de represálias comerciais contra a CEE devido à integração de Portugal e Espanha na comunidade;

— confirmação do não cumprimento do auxílio dos EUA a Portugal no quadro das contrapartidas da cedência da base das Lajes.

Amigos destes pesam mais que chumbo!

EUA-CEE: amigos, amigos exportações à parte

• «O presidente Ronald Reagan anunciou, ontem, represálias comerciais contra a Comunidade Económica Europeia, como resposta às repercussões nas exportações norte-americanas para Portugal e Espanha. Assim, a partir do dia 19, os EUA decidem contingentar as importações de bens agrícolas da CEE, nomeadamente vinho, chocolate, doces, sumos de frutos e cerveja. Tal resolução decorre do entendimento que Washington faz das regras do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas) relativamente às exportações de milho e soja dos EUA para os mercados da Península Ibérica. Por isso, os EUA pretendem que a CEE deixe de aplicar em Portugal o princípio da preferência comunitária em relação ao milho (Portugal comprará 15,5 por cento na CEE a partir deste ano) e à soja.»

(«Diário de Notícias», 16 Maio)

• «O controlo das importações de um conjunto de produtos norte-americanos foi decidido pela Comissão Europeia, como forma de retaliação contra as sanções económicas apresentadas por

Ronald Reagan, publicadas pelo DN na sua edição de ontem.»

(«Diário de Notícias», 17 Maio)

• «A tónica geral das reacções às medidas anunciadas pelos Estados Unidos como represália pela aplicação em Portugal e Espanha das regras da Política Agrícola Comum foi pautada pela necessidade de responder a Reagan segundo o lema "olho por olho dente por dente".

Michel Noir, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, considerou que "as medidas norte-americanas são infundadas e a Comunidade deve responder da mesma forma, como, em Abril, foi decidido no Conselho Europeu do Luxemburgo". Segundo Michel Noir, "a CEE responderá olho por olho dente por dente".

"As restrições sobre vinho branco, responderemos com restrições às importações de sementes de girassol e mel; às limitações sobre as maçãs e cervejas, responderemos com cortes nas compras de cerveja americana e também nas ameixas e sumos de frutos", especificou o ministro francês.

Michel Noir disse, ainda, que os Estados Unidos têm evidenciado uma grande incoerência ao afirmar, como o fizeram em Tóquio, a defesa de um sistema aberto e liberal, ao mesmo tempo que passaram alguns dias vêm anunciar medidas restritivas a esse comércio que dizem defender.»

(«Diário de Notícias», 17 Maio)

Acordo EUA-Portugal: menos 29 milhões em 86

• «O secretário de Estado da Defesa norte-americano concordou ontem que o auxílio militar dos EUA a Portugal tem diminuído. (...)

Este ano Portugal recebeu dos Estados Unidos menos 29 milhões de dólares do que tinha inicialmente previsto.

A Administração Reagan começou por pedir ao Congresso 218 milhões de dólares para a ajuda a Portugal durante o ano fiscal de 1986, mas essa verba foi posteriormente reduzida para 189 milhões de dólares.

Responsáveis governamentais portugueses bem como membros do Parlamento têm criticado os Estados Unidos por não cumprirem a promessa de aumentarem progressivamente os montantes da ajuda que prestam a Portugal no quadro das contrapartidas pelas facilidades concedidas na base açoriana das Lajes.

O acordo de cooperação na defesa em vigor entre os dois países foi assinado em 1984, exactamente por Weinberger, mas desde então tem sido ventilada a possibilidade de Portugal conceder novas facilidades pretendidas por Washington no continente, através de um anexo ao actual acordo.

Segundo o acordo já existente e que estará em vigor durante mais cinco anos, os EUA podem usar a base das Lajes para os seus objectivos militares, embora a sua utilização, fora do quadro da NATO, tenha de ser apreciada caso a caso pelas autoridades portuguesas.

Pelo menos numa ocasião, nos últimos dois anos, o Governo português não concedeu autorização aos Estados Unidos para que a base das Lajes fosse utilizada numa operação militar norte-americana. Tratou-se da recusa, em 1984, de que jactos que se dirigiam para o Egipto pudessem ser reabastecidos nas Lajes.

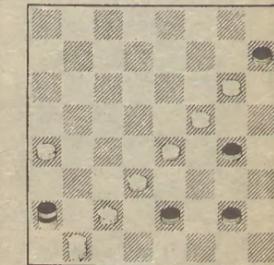
Entretanto o programa norte-americano de ajuda ao estrangeiro prevê que Portugal receba no ano fiscal de 1987, 224,5 milhões de dólares, ultrapassando assim a actual situação.

Dessa verba, cerca de 144,5 milhões de dólares destinam-se à assistência militar.»

(«Diário de Notícias», 18 Maio)

Damas

LIII — 22 de Maio de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 53
Por Francisco Henriques — Almeirim
«Cultura e Recreio», 30/IX/1939
Pr. 5-6(8)-13-25
Br. (4) — 7-11-14-16-18-21



Jogam as brancas e ganham
JOGO N.º 53
Campeonato Nacional — Apuramento
Almada, 29/1/1983

Br.: José A. Pereira
Pr.: Fernando A. Bernardo
(1.º Jogo)

1. 10-13, 24-20; 2. 12-15, 28-14; 3. 13-18, 21-14; 4. 11-18, 22-13; 5. 9-18, 20-11; 6. 7-14, 24-20; 7. 8-12, 20-16; 8. 3-7, 27-22; 9. 18-27, 31-22; 10. 6-11, 32-28; 11. 12-15, 28-24; 12. 5-10, 25-21; 13. 1-5, 22-19; 14. 15-22, 26-19; 15. 5-9, 29-26; 16. 9-13, 26-22; 17. 2-5, 21-17; 18. 5-9, 24-20; 19. 14-18, 19-15; 20. 18-27, 15-6; 21. 27-31, 23-19; 22. 13-18, 6-2; 23. 18-21, 20-15; 24. 21-25, 19-14; 25. 10-19, 15-12; 26. 25-29, 12-3; 27. 19-22, 2-24; 28. 29-25, 24-11; 29. 25-7, 3-29; 30. 31-28, 29-22; 31. 28-14 Empate.

GOLPE N.º 53
Por Dr. O.A.L. — 1953 (V)
1. 10-13, 21-18; 2. 6-10, 23-19; 3. 12-15, 19-12; 4. 8-15, 28-23; 5. 10-14, 26-21; 6. 13-17, 29-26; 7. 7-12, 31-28; 8. 2-6, 23-19; 9. 14-23, 28-19; 10. 6-10? (ou 5-10?) Perdentel J. Pr.G. (Br. 1-3-4-5-9-10-11-12-15-17 Pr. 18-19-21-22-24-25-26-27-30-31 J. Pr. G.).

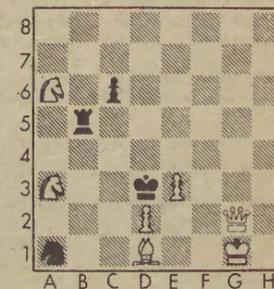
SOLUÇÕES DO N.º 53
N.º 52 (F.H.): 21-26, 8-29; 11-15, 29-3; 18-21, 25-11; 4-21!! G. Br. (4:18:9:2).

Golpe n.º 52: 10. ..., 19-14; 11. 10-19, 18-13; 12. 9-18, 21-7; 13. 4-11, 24-20; 14. 15-24, 22-8 G. Pr.

A. de M. M.

Xadrez

LIII — 22 de Maio de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 53
Por E. Palkoska
«The Puzzler», 1934
Pr.: (4) Pç6-Ca1-Tb5-Rd3
Br.: (7) Ps.d2, 63-Cs.a3, a6-Bd1-Dg2-Rg1



Mate em 2 lances
JOGO N.º 53
Torneio de Hastings, 1895
Br.: Steinitz
Pr.: Bardeleben

1. e4, e5; 2. Cf3, Cc6; 3. Bc4, Bc5; 4. c3, Cf6; 5. d4, éd4; 6. ç:d4, Bb4+; 7. Cç3, d5; 8. é:d5, C:d5; 9. 0-0, B66; 10. Bg5, B67; 11. B:d5, B:d5; 12. C:d5, D:d5; 13. B:é7, C:é7; 14. T61, f6; 15. D62, Dd7; 16. Taç1, ç6; 17. d5, ç:d5; 18. Cd4, Rf7; 19. C66, Thç8; 20. Dg4, g6; 21. Cg5+, R68; 22. T:é7+, Rf8; 23. Tf7+, Rg8; 24. Tg7+, Rh8; 25. T:h7+, neste momento Bardeleben abandona a sala, protestando contra o barulho que os espectadores faziam... ao mesmo tempo que Steinitz anuncia... mate em 10 (dez)!!! lances!!!

SOLUÇÕES DO N.º 53
N.º 53 (E.P.): Chave: 1. Cç4! Bloqueio com sacrifício! 1. ..., R:ç4; 2. D64 mate 1. ..., T joga fora da coluna; 2. Cb2 mate 1. ..., T joga na sua coluna; 2. C65 mate 1. ..., Cb3; 2. Cb2 mate 1. ..., Cç2; 2. B62 mate 1. ..., Dd5; 2. Dd5 mate ou 2. C65 mate. Jogo n.º 53: Mate de Steinitz: 25. ..., Rg8; 26. Tg7+, Rh8; 27. Dh4+, R:g7; 28. Dh7+, Rf8; 29. Dh8+, R67; 30. Dg7+, R68; 31. Dg8+, R67; 32. Df7+, Rd8; 33. Df8+, D68; 34. C7+, Rd7; 35. Dd6 Mate!!! A. de M. M.

«Finalmente Ross Macdonald em Portugal!» Assim reagiram importantes órgãos de informação à saída do n.º 4 desta colecção «A Bela Adormecida». Seguiram-se-lhe «Um Carro Funerário às Riscas» (n.º 12) e «O Arrepi» (n.º 20) que revelaram definitivamente um escritor autêntico e apaixonante e conquistaram o público leitor. Temos agora outro empolgante romance de Ross Macdonald «O Alvo em Movimento», que esteve na origem de um filme («Harper») com Paul Newman. Este filme foi um êxito. Me recidamente, porque se apoiava num texto excelente como são os deste autor. Leia, pois, mais um dos romances ímpares e surpreendentes de Ross Macdonald. E verá que vale a pena.

Tradução de Daniel Gonçalves

Ross Macdonald
O Alvo em movimento

CAMINHO DE BOLSO TEXTO INTEGRAL